



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
MESTRADO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

KÉZIA DE LIRA FEITOSA

**MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO NA FILATELIA BRASILEIRA:
ANÁLISE DO CATÁLOGO RHM (1975-2019)**

**RECIFE
2020**

KÉZIA DE LIRA FEITOSA

**MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO NA FILATELIA BRASILEIRA:
ANÁLISE DO CATÁLOGO RHM (1975-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos básicos para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Memória e Tecnologia

Orientador: Prof. Diego Andres Salcedo

**RECIFE
2020**

Catálogo na fonte
Bibliotecária Andréa Carla Melo Marinho, CRB-4/1667

F311m Feitosa, Kézia de Lira
Memória e representação na filatelia brasileira: análise do catálogo RHM (1975-2019) / Kézia de Lira Feitosa. – Recife, 2020.
185 f.: il.

Orientador: Diego Andres Salcedo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2020.

Inclui referências e anexos.

1. Catálogo RHM. 2. Memória postal. 3. Filatelia. 4. Representação da Informação. I. Salcedo, Diego Andres (Orientador). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2020-155)

KÉZIA DE LIRA FEITOSA

**MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO NA FILATELIA BRASILEIRA:
ANÁLISE DO CATÁLOGO RHM (1975-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em: 09/03/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Diego Andres Salcedo (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Hélio Márcio Pajeú (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a D^{ra} Zaira Regina Zafalon (Examinador Externo)
Universidade Federal de São Carlos

Dedico esta dissertação aos que acreditam no poder transformador da educação e que, assim como eu, travam batalhas diárias para seguir firme os caminhos de seu propósito. Ainda, dedico àqueles que, cada qual ao seu modo, me fortaleceram, apoiaram e guiaram-me durante este e outros ciclos. Aos meus pais **José Paulo** e **Romália Rodrigues**, meus irmãos **Gerson** e **Gabryel** e ao meu amigo e orientador **Diego Salcedo**.

AGRADECIMENTOS

O desafio da pós-graduação, por vezes, pareceu insustentável. Não pelo fazer científico ou por problemas interpessoais, mas pela dúvida de ser ou não capaz. Felizmente sempre tive em meus caminhos aqueles que me fizeram acreditar. Acreditar em mim, acreditar no processo e acreditar que todo carnaval tem seu fim.

Por essa e por outras razões meu muito obrigada à minha família, painho, mainha, Gerson e Gabryel, que me apoiam desde sempre. Ter verdadeiramente um lar vai muito além do que os olhos podem ver. Vocês são tudo pra mim.

Esse espaço é insuficiente pra demonstrar o quanto sou grata a tantos, entre eles, meu amigo e orientador Diego Salcedo que, por vezes, acreditou muito mais em mim do que eu mesma. Trabalhar ao seu lado durante esses anos me fez perceber que tipo de profissional eu gostaria de ser. Aquele que é capaz de mudar pra melhor a vida das pessoas ao seu redor. Muito obrigada por tudo.

Gratidão aos meus queridos Rafael Cardoso, Marília Lopes, Eduarda Roberta e Amanda Lima, por chorar meu choro e sorrir meu sorriso. Contar com vocês é um privilégio que sempre quero ter.

Aos amigos que fiz no Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco ao longo desses seis anos. Felizmente são muitos nomes e eu não me perdoaria por esquecer alguém. Quem é de verdade sabe. Obrigada por acreditarem e por tornarem o processo mais divertido.

Aos membros da banca pela disponibilidade e por todas as contribuições e críticas construtivas.

A Universidade Federal de Pernambuco por todas as vivências que foram proporcionadas e a CAPES pela bolsa de mestrado durante os anos letivos de 2018 e 2019.

*“Amar e mudar as coisas
Me interessa mais”*

-Belchior

RESUMO

O Catálogo de Selos do Brasil, produzido pela editora Rolf Harald Meyer (RHM), é a obra de referência que representa a produção filatélica com propriedade, legitimidade e credibilidade no cenário nacional. Publicada anualmente elenca todos os documentos filatélicos produzidos pelos Correios do Brasil desde a emissão da primeira trinca dos Olhos-de-Boi, em 1843. Após adquirido pela RHM incorporou os catálogos Martial Dias (1941 a 1944) e Bandeirante/Schiffer (1937 a 1944/74) e tornou-se a obra de referência da área da Filatelia Brasileira, tanto nacional quanto internacionalmente, ao servir de fonte para os catálogos mundiais. Dessa forma foram analisadas as 31 edições do Catálogo de Selos do Brasil a partir de 1975, incluindo duas edições especiais. Nesse estudo foi possível analisar historicamente as mudanças ocorridas e o contínuo aperfeiçoamento do catálogo com a inserção crescente da documentação filatélica. O catálogo reúne dados e informações tanto sob uma perspectiva econômica quanto descritiva em relação à dimensão da organização cronológica das emissões e da sua representação do conhecimento. Com o intuito de compreender a historicidade e a lógica organizacional adotada no catálogo, considerada nesta pesquisa como obra de referência e, conseqüentemente, da ampliação de seu alcance para além do objetivo mercadológico filatélico, a problemática observada aponta certa articulação entre o campo do colecionismo filatélico e o da Ciência da Informação, Bibliografia e Documentação. Desta forma, este estudo tem por objetivo geral investigar as variações nos padrões de metadados adotados na representação temática e descritiva dos selos postais comemorativos no Catálogo de Selos do Brasil, de 1975 a 2019. A pesquisa quanto ao seu objetivo caracteriza-se como exploratória e com relação aos procedimentos é bibliográfica ao utilizar literatura científica da Ciência da Informação, Filatelia e História, com uma perspectiva do debate sobre documento e memória. Observam-se variações nos graus de especificidade e exaustividade da representação temática, inserção de metadados, além do sistema de classificação adotado, incluindo o uso de notas explicativas. Esses elementos sofrem alterações de acordo com cada imagem a ser analisada, para além de todas as especificidades comuns aos selos postais comemorativos e de cada edição do Catálogo RHM.

Palavras-chave: Catálogo RHM. Memória postal. Filatelia. Representação da Informação.

ABSTRACT

The Stamp Catalog of Brazil, produced by the publisher Rolf Harald Meyer (RHM), is the reference work that represents the philatelic production with ownership, legitimacy and credibility in the national scenario. Published annually, it lists all the philatelic documents produced by the Brazilian Post since the issue of the first Bull's Eye crack in 1843. After its acquisition by RHM incorporated the catalogs Martial Dias (1941- 1944) and Bandeirante / Schiffer (1937-1944/74) and became the reference work in the area of Brazilian Philately, both nationally and internationally, as a source for world catalogs. Thus, the 31 editions of the Brazilian Stamp Catalog from 1975, including two special editions, were analyzed. In this study it was possible to analyze historically the changes occurred and the continuous improvement of the catalog with the increasing insertion of philatelic documentation. The catalog gathers data and information from an economic and descriptive perspective in relation to the dimension of the chronological organization of emissions and their representation of knowledge. In order to understand the historicity and organizational logic adopted in the catalog, considered in this research as a reference work and, consequently, the expansion of its scope beyond the philatelic marketing objective, the observed problem points to a certain articulation between the field of philatelic collecting. and Information Science, Bibliography and Documentation. Thus, this study aims to investigate the variations in the metadata patterns adopted in the thematic and descriptive representation of commemorative postage stamps in the Brazilian Stamp Catalog, from 1975 to 2019. The research on its purpose is characterized as exploratory and in relation to the procedures is bibliographic when using scientific literature of Information Science, Philately and History, with a perspective of the document and memory debate. There are variations in the degrees of specificity and completeness of thematic representation, metadata insertion, and the classification system adopted, including the use of explanatory notes. These elements change according to each image to be analyzed, in addition to all the specifics common to commemorative postage stamps and each edition of the RHM Catalog.

Keywords: RHM Catalog. Postal memory. Philately. Information Representation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Olhos-de-boi de 30,60 e 90 réis.....	23
Figura 2 – Obliteração Pré-Filatélica da Província de Pernambuco.....	26
Figura 3 – Assinatura da pintora Brasileira Tarsila do Amaral.....	28
Figura 4 – Cinta registrada no Rio de Janeiro em 1889.....	29
Figura 5 – Envelope de Primeiro dia de Circulação (Dia do livro 1978).....	30
Figura 6 – Edital filatélico nº 7 de 2017	31
Figura 7 – Capa do Catálogo da Exposição Filatélica Luso Brasileira.....	32
Figura 8 – Selos “Inclinados” de 1844.....	61
Figura 9 – Alegoria da República (1891).....	61
Figura 10 – Cinquentenário da emancipação política da mulher brasileira....	62
Figura 11 – Página 182 da 33ª edição do Catálogo RHM.....	63
Figura 12 – Selos Zeppelin (1930).....	64
Figura 13 – Selos “Cruzeiro do Sul” (1890).....	64
Figura 14 – Selos oficiais “1906, 1913 e 1919.....	65
Figura 15 – Selo de Taxa Devida (1923).....	65
Figura 16 – Campanha constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso.....	66
Figura 17 – Selo para porteamento telegráfico (1896).....	66
Figura 18 – Bloco filatélico (1972).....	67
Figura 19 – Folhinha autorizada “Campanha nacional da criança”	67
Figura 20 – Folhinha oficial “Vitória das nações aliadas” (1945).....	68
Figura 21 – Sobrecarta com “franquia mista”	70
Figura 22 – Bilhete postal do Rio de Janeiro para a Filadélfia/EUA (1889)..	72
Figura 23 – Máximo Postal (Tucano-de-bico-verde) 1983.....	75
Figura 24 – FDC (série animais brasileiros) 1974.....	76
Figura 25 – Imagens da capa artística do Catálogo enciclopédico	79
Figura 26 – Imagem da capa artística do Catálogo de Assinaturas	80
Figura 27 – Página inicial do Catálogo RHM digital.....	81
Figura 28 – Página inicial do Blog dos Correios	82
Figura 29 – Descobrimento do Brasil 1940.....	105
Figura 30 – Independência do Brasil 1940.....	105
Figura 31 – Abolição da escravatura 1940.....	105

Figura 32 – Proclamação da República 1940.....	106
Figura 33 – Padrão descritor catalogado entre 1975 e 1979.....	109
Figura 34 – Padrão descritor catalogado entre 1980 e 1990.....	110
Figura 35 – Padrão descritor catalogado em 1995.....	111
Figura 36 – Padrão descritor catalogado entre 1996 e 1999.....	112
Figura 37 – Padrão descritor catalogado entre 2001 e 2010.....	112
Figura 38 – Padrão descritor catalogado entre 1996 e 1999.....	113
Figura 39 – Padrão descritor catalogado entre 2001 e 2010.....	114
Figura 40 – Padrão descritor catalogado a partir de 2013.....	114
Figura 41 – Padrão descritor do catálogo on-line.....	115
Figura 42 – Padrão descritor do catálogo on-line.....	115
Figura 43 – Padrão descritor do catálogo on-line.....	115
Figura 44 – Componentes de análise do selo postal comemorativo.....	117
Figura 45 – Representação do Selo Comemorativo Bonecos de Olinda.....	118
Figura 46 – Protótipo de modelo para representar selos postais.....	119
Figura 47 – Elza Soares.....	123
Figura 48 – Hortência.....	124
Figura 49 – Hebe Camargo.....	125
Figura 50 – Carolina Maria de Jesus.....	126
Figura 52 – Maria da Penha.....	127
Figura 53 – Aracy de Carvalho Guimarães Rosa.....	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Procedimentos metodológicos.....	21
Quadro 2 -	Reforma postal na Europa por volta de 1840.....	22
Quadro 3 -	Cronologia das edições RHM.....	55
Quadro 4 -	Infográfico Catálogo RHM 1975-1986.....	71
Quadro 5 -	Infográfico Catálogo RHM 1987-1999.....	74
Quadro 6 -	Infográfico Catálogo RHM 2000-2017.....	78
Quadro 7 -	Autores e aparatos teórico-metodológicos para análise de imagens.....	88
Quadro 8 -	Classificação RHM.....	89
Quadro 9 -	Descritores e critérios.....	101
Quadro 10 -	Padrão de descrição para selos postais comemorativos e especiais.....	103
Quadro 11 -	Classificação RHM.....	107
Quadro 12 -	Critérios e descritores.....	120
Quadro 13 -	Padrão de descrição para selos postais comemorativos...	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPEX - Exposição Filatélica Brasileira

BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

BJC - Biblioteca Joaquim Cardoso

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CI – Ciência da Informação

CIA- Conselho Internacional de Arquivos

DC- Dublin Core

ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

FDC - First Day Cover

FEBRAF- Federação Brasileira de Filatelia

FIP- Fédération Internationale de Philatélie

ISAAR (CPF)- Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias

ISAD (G) - General International Standard Archival Description

LUBRAPEX- Exposição Filatélica Luso-Brasileira

MARC- Machine Readable Cataloging

NOBRADE- Norma Brasileira de Descrição Arquivística

OC – Organização do Conhecimento

OI – Organização da Informação

PPGCI - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

RDF- *Resource Description Framework*

RI – Representação da Informação

RC – Representação do Conhecimento

RHM- Editora Rolf Harald Meyer

SOC -Sistema de Organização do Conhecimento

UF- Unidade Filatélica

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	O INÍCIO.....	14
2	FILATELIA, DOCUMENTO E MEMÓRIA: ENTRELAÇAMENTOS CONCEITUAIS.....	22
2.1	DOCUMENTOS POSTAIS E FILATÉLICOS.....	24
2.2	MEMÓRIA E DOCUMENTO.....	36
3	CATÁLOGO DE SELOS DO BRASIL: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E EDITORIAL.....	50
3.1	HISTÓRICO DA RHM E ASPECTOS	
3.2	EDITORIAIS.....	52
3.3	EDIÇÕES DE 1975 A 1986.....	59
3.4	EDIÇÕES DE 1987 A 1999.....	72
	EDIÇÕES DE 2001 A 2019.....	75
4	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: DISTINÇÕES.....	84
4.1	REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA.....	87
4.1.1	Classificação.....	90
4.1.2	Indexação.....	92
4.1.2.1	Especificidade, exaustividade, precisão e consistência.....	95
4.2	REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA.....	97
4.2.1	Padrão Dublin Core.....	100
4.2.2	NOBRADE.....	102
5	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	104
6	O FIM.....	129
	REFERÊNCIAS.....	132
	ANEXO A - CAPAS DOS CATÁLOGOS RHM.....	144
	ANEXO B - CAPA DO CATÁLOGO ENCICLOPÉDICO.....	178
	ANEXO C - CAPA DO CATÁLOGO DE ASSINATURAS DO BRASIL	179
	ANEXO D – PORTARIA Nº 3.063, DE 12 DE JUNHO DE 2018.....	180

1 O INÍCIO

A passagem pela Universidade foi, de fato, um divisor de águas na minha vida, tanto pelas conquistas e boas experiências, como ter sido atleta da equipe de badminton da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) ou ter o privilégio de ser a estudante laureada da turma, mas principalmente pelos desafios que surgiram no meio do caminho.

Falo das histórias que geralmente não contamos em relatórios de pesquisa nem apresentamos em eventos científicos, como as crises de ansiedade e o processo de autossabotagem que mexem com nossa produtividade e saúde mental. Em muitos momentos eu estive em crise, no sentido catártico de autorreconhecimento, exposição e liberação de bloqueios mentais, mas olhar pra trás e sentir orgulho do caminho trilhado despertava novos sentidos para prosseguir.

Muitos foram os acontecimentos que guiaram-me até este momento. Em 2014, ano em que iniciei minha jornada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), era inimaginável a quantidade de práticas e vivências que me possibilitariam ampliar os horizontes e desenvolver não somente minha trajetória acadêmica, mas meu olhar enquanto ser social e humano.

Mulher, pobre e suburbana, a mais velha dos três irmãos, mãe professora autônoma e pai comerciário aposentado, a primeira da família a ingressar em universidade pública. As minhas perspectivas de vida sequer passavam perto do que estava por vir.

Ainda no primeiro ano enquanto universitária consegui minha primeira bolsa no Programa de Assistência Estudantil da UFPE e foi neste momento que a universidade deixou de ser apenas eu, a turma e os professores em sala de aula. Aproveito para destacar a importância da adoção de políticas públicas inclusivas e sensíveis às questões sociais nas instituições de ensino superior, pois sem elas a minha realidade, e a de tantos colegas, hoje possivelmente seria outra. Passei a desenvolver minhas primeiras atividades técnicas enquanto estudante de biblioteconomia e em paralelo a isso tive minha primeira bolsa de Iniciação Científica aprovada.

Por meio de participação nas atividades de pesquisa, extensão e cultura do Grupo de CoPesquisa Imago e Humanidades Digitais do Departamento de

Ciência da Informação (DCI) da UFPE, tive a experiência de participar em dois projetos de iniciação científica, ambos com bolsa pela Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação (Propesq)/CNPq, o primeiro intitulado “Elaboração de índices para obras de referência: aplicação no Repositório Filatélico Brasileiro”, entre 2015 e 2016, premiado tanto no Congresso de Iniciação Científica (CONIC) da UFPE 2017, quanto no 39º Encontro Nacional dos Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (ENEBD) como melhor trabalho no Eixo 2 (Biblioteconomia e Bibliotecas); o segundo denominado “Classificação de documentos filatélicos: aplicação no Repositório Filatélico Brasileiro”, entre 2016 e 2017, com enfoque prático na representação temática de selos postais comemorativos brasileiros. Foram dois anos de prática e maturação científica, momentos em que eu verdadeiramente fui estimulada a fazer e pensar diferente do que era costume.

Simultaneamente tive a oportunidade de desenvolver habilidades e competências no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem atuando em monitorias nas disciplinas dos cursos de Gestão da Informação e Biblioteconomia. Posteriormente pude retornar à sala de aula, desta vez durante o período de estágio docência, experiência que também foi muito produtiva e essencial durante a minha formação no Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), da UFPE.

Ainda, pude atuar como Comissão Científica do XXI Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação que aconteceu em janeiro de 2018 no DCI da UFPE, além de participar ativamente de vários outros eventos estudantis e científicos, com o objetivo de fomentar um processo de formação e capacitação contínua.

Vale pontuar que as pesquisas realizadas serviram como estímulo para o desenvolvimento do meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao final de 2017, que prosseguiu na linha de pesquisa Representação do Conhecimento, visto que analisa a Representação Temática de Selos Postais Comemorativos Brasileiros.

Os conteúdos estudados nas vivências já mencionadas corroboraram e estão articulados com a pesquisa desenvolvida e estão diretamente relacionados à escolha do objeto, o Catálogo de Selos do Brasil. Os catálogos filatélicos

surgiram com o objetivo de listar preços para comerciantes de selos. Em alguns casos essa ainda é uma das suas funções, mas à medida que a filatelia¹ se desenvolvia, houve um deslocamento de função social desses catálogos, ao acumular informações adicionais sobre as peças filatélicas, tais como data de emissão, variações de cor e outras.

Com a sua utilização demasiada por colecionadores, os catálogos passaram a ser aceitos enquanto obras de referência na prática filatélica, isto é, como a fonte da definição do que é ou não um selo autêntico, visto que alguns colecionadores não têm interesse por documentos que não estejam catalogados. Com o surgimento da Internet houve uma maior diversificação de fontes adicionais de informação filatélica, a tal ponto que alguns catálogos dispõem de uma versão on-line, incluindo o Catálogo de Selos do Brasil ou Catálogo RHM, produzido pela editora Rolf Harald Meyer (RHM).

Contudo, os catálogos antigos e impressos continuam a ser utilizados mundialmente pelos filatelistas, pois por vezes as obras clássicas contêm informações que não estão contidas nas versões mais modernas e nem todos os filatelistas ou colecionadores se preocupam com a evolução dos preços.

O Catálogo RHM é a obra de referência que representa a produção filatélica com propriedade, legitimidade e credibilidade no cenário nacional. Publicada anualmente elenca todos os documentos filatélicos produzidos pelos Correios do Brasil desde a emissão da primeira trinca dos Olhos-de-Boi, em 1843.

O catálogo reúne dados e informações tanto sob uma perspectiva econômica, quanto descritiva em relação à dimensão da organização cronológica das emissões e da sua representação do conhecimento, características que contemplam os temas abordados na Linha de Pesquisa 1 do PPGCI da UFPE.

Desde o ano de 1920, o catálogo RHM registra as tendências e cotações atualizadas do mercado filatélico nacional. Para além do seu objetivo maior de

¹Neste estudo, o termo **filatelia** designa a prática de colecionismo enquanto **Filatelia** trata do campo de estudo acadêmico. Isto também valerá para outros termos que designam sentidos similares entre *práxis* e campos de estudo científico.

produção, a obra possibilita acesso a uma série de informações históricas, sociais e culturais, por meio de toda documentação representada no catálogo.

A consulta à obra permite identificar que foram criados critérios e por sua vez esquemas de representação tanto temática quanto descritiva dos documentos elencados no catálogo. Contudo, sob um olhar atento é possível perceber a transformação da lógica adotada na padronização desses esquemas de representação ao longo das edições do Catálogo RHM.

Mas os selos são tantos que os catálogos precisam usar uma linguagem sintética, para registrar todos, e por isso quem os consulta pela primeira vez corre o risco de entender pouco ou nada. Para facilitar a consulta, nas primeiras páginas de cada catálogo há uma chave ou tradução dos códigos e abreviaturas usados (CIVITA, 1986, p. 57).

Com o intuito de compreender a historicidade e a lógica organizacional adotada no catálogo, considerada nesta pesquisa como obra de referência e, conseqüentemente, da ampliação de seu alcance para além do objetivo mercadológico filatélico, a problemática observada aponta certa articulação entre o campo do colecionismo filatélico e o da Ciência da Informação, da Bibliografia e da Documentação.

O estudo e estabelecimento de diretrizes para a representação documental não somente auxilia o profissional da informação enquanto técnica padronizadora, como influencia diretamente na qualidade do serviço de representação de modo a torná-la fidedigna à realidade contextual na qual os documentos estão inseridos. Dessa forma, promove maior possibilidade de acesso ao conjunto de informações históricas, sociais, culturais e econômicas que estão contidas nesses documentos auxiliando colecionadores, pesquisadores e professores além de todo o público-alvo em potencial².

Assim, partindo dos pressupostos de que (1) existem indivíduos com graus distintos de conhecimento no campo da Filatelia e que (2) o contexto de produção e sistematização do Catálogo RHM podem influenciar diretamente nas práticas do colecionismo filatélico, faz-se o seguinte questionamento: quais são os modos de representação documental no Catálogo RHM, considerado o período de 1975 até 2019?

²“Quem se aventura pelo mundo dos selos também precisa de um guia. Ele se chama catálogo” (CIVITA, 1986, p. 57).

Dito isso, a análise da representação da memória postal brasileira representa um olhar atento ao resgate na forma de documento as pessoas, os fatos, eventos, processos e o tempo, de forma geral, funcionando como um elo entre o humano, sua história e o conhecimento político, econômico, social e cultural. Implica dizer que o estudo da documentação postal emitida no Brasil desperta a possibilidade de um novo olhar sobre aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos do povo brasileiro.

O conjunto de documentos filatéticos do Brasil reúne materiais que englobam saberes, celebrações e formas de expressão de grande relevância para memória nacional. Estes registros permitem a leitura, interpretação e reconstrução das relações sociais e culturais. Assim, desde 1843, ano em que foi emitido o primeiro selo postal brasileiro, até os dias atuais, constituem-se de forma radical e singular num patrimônio material que pode servir de subsídio para pesquisas, ações extensionistas, atividades pedagógicas e culturais (SALCEDO, 2010).

Esta pesquisa, em certa medida, procura contribuir ao campo da Ciência da Informação porque vai além das metodologias centradas na descrição física e em dados quantitativos de livros e outros artefatos de leitura. Desde os anos de 1970, quem estuda a história do livro, considera esse artefato tanto como resultado ou materialização de culturas quanto criador de narrativas que influenciam culturas. Esse movimento nasce na História, mas expande-se por outras áreas de conhecimento.

Nesse sentido,

lo que más interesa es la historia del libro cómo incide en los saberes individuales y colectivos de las sociedades. La historia del libro se ha convertido en la historia de la lectura del libro y de los procesos que hacen de tal lectura parte del fundamento de las prácticas de grupos e individuos (OMAR ACHA, 2000, p. 62).

Por sua vez, sob uma perspectiva científica que dialoga com a Ciência da Informação no Brasil a bibliografia textual (HORCH, 1978) está relacionada a uma concepção teórica britânica, em que livros podem ser estudados enquanto artefatos de certa cultura material, diretamente, articulada com a produção e circulação de conhecimento eurocêntrico, assim permitindo a identificação de pistas de sua trajetória.

La bibliografía o ciencia del libro se propone buscar, identificar, describir y clasificar los documentos para elaborar repertorios que faciliten el trabajo intelectual. Desde esta perspectiva, los estudios y repertorios bibliográficos se centran más en la estructura interna de los libros que en su elaboración material, por lo que los límites son culturales y se ciñen a unas etapas históricas, que pueden variar de unos países a otros. (REYES GÓMEZ, 2005, p. 39-40).

Nesse sentido, isso pode ser considerado um modo de análise de texto, na qual características imanentes (descrição física e química) e transcendentales (articulação com outros artefatos e engajamento social), do objeto informacional, seja livro seja outro artefato bibliográfico, criem as condições para um detalhado estudo da intra e intertextualidade bibliográfica, consideradas certas particularidades distintivas entre mesmas edições, por exemplo (GASKELL, 2012). É inédito o estudo de uma série editorial filatélica na esfera acadêmica brasileira³. Ao considerar o conjunto das edições do Catálogo RHM, objeto desta pesquisa, não apenas constitui a valorização do livro, mas, também, enriquecimento de possibilidades de pesquisa sobre a bibliodiversidade⁴.

Desta forma, este estudo tem por **objetivo geral** investigar as variações nos padrões de metadados adotados na representação temática e descritiva dos selos postais comemorativos no Catálogo de Selos do Brasil, de 1975 a 2019. Para alcançar o objetivo geral foram definidos 3 objetivos específicos, a saber: 1) Examinar a representação temática e descritiva no Catálogo de Selos do Brasil; 2) Comparar a representação descritiva e temática dos selos postais comemorativos nas diferentes edições do Catálogo de Selos do Brasil; 3) Propor um padrão de descritores e critérios para a representação de selos postais comemorativos e especiais.

A pesquisa quanto ao seu objetivo caracteriza-se como exploratória, já que pretende uma maior aproximação e familiarização com o objeto da pesquisa investigado. Uma característica forte da pesquisa exploratória fica evidente na relação entre o objeto pesquisado e o olhar do pesquisador, relação esta que

³ Duas importantes obras no cenário nacional nos ajudaram a perceber isso: ver Bragança e Moreira (2005) e Bragança e Abreu (2010).

⁴ La bibliodiversidad es la diversidad cultural aplicada al mundo del libro. Haciéndose eco del término biodiversidad, se refiere a una necesaria diversidad de las producciones editoriales que se ponen a disposición de los lectores (ALIANZA INTERNACIONAL DE EDITORES INDEPENDIENTES, 2014, p. 4).

resulta na formulação de hipóteses e problemas de forma contínua podendo, por sua vez, acarretar na produção de conceitos e, até, de novas ideias.

Assim, sob uma perspectiva científica,

explorar é tipicamente fazer a primeira aproximação de um tema e visa criar maior familiaridade em relação a um fato, fenômeno ou processo. Quase sempre se busca essa familiaridade pela prospecção de materiais que possam informar ao pesquisador a real importância do problema, o estágio em que se encontram as informações já disponíveis a respeito do assunto e até mesmo revelar ao pesquisador novas fontes de informação (SANTOS, 2006, p. 26).

Ora, se o objetivo desta pesquisa tem como característica primeira explorar um tema, então os procedimentos de como isso será realizado precisam ficar claros. Assim, por um lado, o procedimento da pesquisa é bibliográfico e documental, pois o objeto está materialmente constituído de livros (31 edições do Catálogo de Selos do Brasil RHM), produzidos entre 1975 e 2019 (escopo temporal da pesquisa). Pelo outro lado, há uma análise de conteúdo dessas obras, enquanto constituição física e apresentação dos conteúdos.

Assim explicadas as condições da pesquisa tanto em relação ao seu objetivo, quanto aos procedimentos, foi elaborado o Quadro 1 para ilustrar a relação entre os objetivos específicos e os procedimentos metodológicos. Esta imagem tem como finalidade clarificar essas relações e auxiliar o leitor no entendimento do que foi realizado.

Quadro 1- Procedimentos metodológicos

Objetivos específicos	Procedimentos
Examinar a representação temática e descritiva do Catálogo de Selos do Brasil	Foram feitas consultas, leituras, extração e análise de dados. Para isso foi utilizado o acervo particular de um colecionador de literatura filatélica (ou bibliófilo filatélico, bibliofilatelista) da cidade do Recife, onde estão disponíveis as 31 edições do Catálogo RHM que compõem o corpus da pesquisa. Ainda, foram realizadas leituras historiográficas para auxiliar na contextualização histórica e editorial do Catálogo. Foram examinados os esquemas de representação temática e descritiva empregados nos 31 catálogos à luz dos debates teóricos das áreas de Organização e Representação do Conhecimento. As obras foram encontradas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), na Biblioteca Digital de Tese e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Joaquim Cardoso (BJC), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
Comparar a representação temática e descritiva dos selos postais comemorativos nas diferentes edições do Catálogo de Selos do Brasil, incluindo sua versão digital.	Foi escolhida como amostra a emissão, em 1900, dos quatro primeiros selos postais comemorativos brasileiros. A mesma emissão será analisada nos 31 catálogos, incluindo sua versão digital, de modo a perceber a disposição e escolha de descritores, além de discutir a seleção de conceitos durante a análise de assuntos dos selos representados.
Propor um padrão de descritores e critérios para a representação de selos postais comemorativos e especiais.	Essas diretrizes estão baseadas na tabela de descritores proposta pelo colecionador Salcedo (2011), nos Editais de Emissão Postal, no modelo de classificação de selos postais comemorativos proposto por Feitosa e Salcedo (2019) e nos padrões de descrição Dublin Core e na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Foram elaborados 18 descritores utilizados na representação documental da Série Especial "Mulheres Brasileiras que Fizeram História" emitida em 2019 e composta por 6 selos: Elza Soares, Hortência, Hebe Camargo, Carolina Maria de Jesus, Maria da Penha e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. Considera-se ainda os respectivos editais de emissão nº 15/2019, 17/2019, 21/2019, 24/2019, 27/2019 e 32/2019.

Fonte: dados de pesquisa (2020)

Feita esta introdução e explicados os objetivos e os procedimentos metodológicos, esta dissertação está estruturada da seguinte forma: prossegue com a seção dois, na qual discute-se acerca dos conceitos de documento, memória e Filatelia, com o intuito de debater aproximações e correlações.

Posteriormente, na seção três, há o estudo detalhado do histórico de produção e editoração dos Catálogos RHM, desde que foi adquirido pelo filatelista e comerciante filatélico Rolf Harald Meyer, em 1975, e onde se explica o escopo temporal da pesquisa.

Na quarta seção é feito um debate teórico sobre a organização e representação do conhecimento, incluindo uma discussão acerca dos processos de classificação e desclassificação, bem como dos conceitos de especificidade, exaustividade, precisão e consistência. Em seguida encontram-se as discussões e resultados, considerações finais, referências e anexos.

2 FILATELIA, DOCUMENTO E MEMÓRIA: entrelaçamentos conceituais

Do ponto de vista do contexto histórico, o selo postal surge na Europa durante o século XIX, no momento de manifestação dos Estados e transformações nas sociedades capitalistas do ocidente. Por volta de 1830, a Inglaterra já detinha um dos mais eficientes serviços postais já conhecidos.

Os detalhes desse sistema postal europeu são indicados no quadro a seguir:

Quadro 2- Reforma postal na Europa por volta de 1840

O sistema postal europeu em 1840	A "Reforma Postal" na Inglaterra
A tarifa poderia ser paga pelo remetente ou destinatário da correspondência.	Pagamento prévio da franquia conforme tarifas pré-estabelecidas.
A tarifa compreendia: as medidas, o peso, a classe e a distância a ser percorrida.	Emissão de selos postais adesivos para comprovar o pagamento das correspondências conforme todo o seu projeto e circulação.
A arrecadação era difícil e a falta de pagamento dos envios era alarmante.	Tarifas uniformes dentro do país, considerando o peso, mas sem levar em conta a distância, com o intuito de diminuir custos e tornar o serviço acessível para muitos.
O envio para regiões distantes somava as dificuldades da própria distância e os meios empregados, às cobranças relativas a cada correspondência.	Diminuição efetiva do valor das tarifas (1 penny) a cada 14 gramas de correspondência enviada.

Fonte: Salcedo (2010, p. 78)

Conforme indica o mesmo autor (SALCEDO, 2010, p. 81),

os primeiros selos postais do mundo tiveram como elementos pictóricos ou visuais, praticamente sem nenhuma exceção, a efígie, o brasão e a cifra, e como elementos verbais o termo postal, o nome da soberana ou conquistador e, ainda, o nome da moeda corrente na respectiva língua de origem do país emissor do artefato.

Posteriormente, alguns outros elementos foram sendo incorporados, à medida que as pessoas entenderam as suas várias funcionalidades. Neste momento, inicia-se a filatelia, ou seja, o colecionismo de selos postais. Após o surgimento e expansão de sua utilização para além da Europa, o selo postal começa a ser produzido no Brasil. Algumas tomadas de decisão foram decisivas para a aceitação do selo postal. “Como na Inglaterra, várias são as perspectivas

de leituras tanto político-econômicas, quanto socioculturais, sobre as causas prováveis que culminaram com a emissão do selo postal adesivo no Brasil” (SALCEDO, 2010, p. 87).

A vinda da família real portuguesa para o Brasil contribuiu para que ocorresse uma ampla reforma no sistema de correios do Brasil. Além disso, o desenvolvimento do comércio, estruturação da imprensa e abertura dos portos eram condições favoráveis para que houvesse esse aperfeiçoamento. Um ano após o lançamento do primeiro selo postal adesivo, na Inglaterra, em 1840, tem início o Segundo Reinado, no Brasil, coroando D. Pedro II, em 17 de julho de 1841. Nesse novo cenário político-administrativo e depois de agitados anos do período regencial, o novo regente aprova, em 29 de novembro de 1842, dois Decretos - nº 254 e nº 255 - que instituíam o uso do selo postal adesivo nas correspondências brasileiras (SALCEDO, 2010, p. 88).

Assim, em 1 de agosto de 1843 os Correios do Império colocaram em circulação os 3 primeiros selos postais brasileiros, chamados de "Olhos-de-Boi" (ver figura 1).

Figura 1 - Olhos-de-Boi de 30,60 e 90 Réis



Fonte: Salcedo (2010, p.90)

À época da criação do Olho-de-Boi, o primeiro selo brasileiro e segundo do mundo, o Imperador D. Pedro II não permitiu focalizar sua efígie no selo, a fim de que os carimbos que seriam utilizados pelos empregados dos Correios no serviço de obliteração, não maculassem sua soberana face (QUEIROZ, 1980 p. 35). Esta visão prevaleceu por algum tempo, pois mais três séries foram emitidas apenas com cifras: Inclinados (1844), Verticais (1850, também chamados Olho-de-Cabra), e Coloridos (1854, também chamados Olho-de-Gato) (CORREIOS, 2019, on-line).

Desde que começou a ser utilizado no país, o selo postal tornou-se uma atividade permeada por entusiasmo, ansiedade e paixão. Certo que, no princípio, a atividade (posteriormente denominada filatelia) era baseada apenas no agrupamento de correspondências, uma fase inicial de acumulação desorganizada das missivas, dos carimbos e, por fim, dos selos postais.

Em menos de 15 anos dessa nova prática social já se tinha notícia que, no Brasil, por volta de 1860, existiam àquelas pessoas que se reuniam para discutir sobre as particularidades das peças e, a partir disso, buscavam formas de organizá-las. Também se trocavam os objetos repetidos buscando formar uma coleção com objetos originais e singulares.

Em 1882 teve início a imprensa filatélica, no Brasil, com a publicação da revista "O Brazil Philatelico", organizada por Luis H. Levy, um dos fundadores da mais antiga associação filatélica brasileira, ainda em funcionamento, a Sociedade Filatélica Paulista, fundada em 30 de abril de 1919 (MIRANDA; SALCEDO; GRIMALDI, 2014). Para além do caráter histórico e social de permuta e produção documental filatélica, vale ressaltar que esse material se caracteriza, enquanto objeto de pesquisa científica em áreas distintas do conhecimento, a partir de perspectivas diversas.

Ao considerar os estudos filatélicos válidos nas diversas áreas científicas, tais como a Geografia, Química, Publicidade e Propaganda, Linguística, Ciência da Informação, Pedagogia, Enfermagem e Educação Física, intenta-se uma maior articulação entre a Ciência da Informação e o campo da Filatelia. Além disso, a produção filatélica fora do ambiente acadêmico é imensa. Inclui, por exemplo, boletins, revistas periódicas, jornais especializados, livros, catálogos, entre eles o Catálogo RHM, e exposições.

2.1 DOCUMENTOS POSTAIS E FILATÉLICOS

Existe uma distinção entre o ajuntador, o colecionador e o filatelista⁵. Nem todo colecionador de selos pode ser considerado um especialista. Para ser filatelista faz-se necessário o reconhecimento dos pares e isso inclui a disputa de espaço entre os agentes dentro do campo do colecionismo filatélico. Participar de clubes e associações, pessoas jurídicas que, por sua vez, estão filiadas à Federação Brasileira de Filatelia (FEBRAF), comparecer às reuniões, além de se aprofundar em um tema específico ou nas variedades de cada objeto colecionado são ações que caracterizam ser filatelista.

⁵O indivíduo ajuntador apenas reúne peças sem ordená-las. O colecionador, além de juntar, cria sentido à sua coleção, cria esquemas de classificação e ordena. O filatelista é um especialista do objeto colecionado.

Geralmente, esse reconhecimento surge a partir de estudos analíticos em publicações periódicas dos clubes, das associações e das federações. Para além disso, o prêmio máximo de reconhecimento são as medalhas de bronze, prata, ouro e vermeil ou prêmios especiais e Diplomas, que podem ser concedidas em exposições filatélicas regionais, nacionais, binacionais⁶ e mundiais, as quais são promovidas pela Fédération Internationale de Philatélie (FIP), que, quando acontecem no Brasil, são denominadas de BRASILIANA.

Assim, entende-se que existem etapas a serem conquistadas, de forma que além de serem especialistas nas suas coleções, os filatelistas divulgam o conhecimento adquirido e auxiliam outros colecionadores a criarem suas coleções. Essa análise de conjuntura permite identificar semelhanças entre o campo do colecionismo filatélico e o fazer científico. Um bom exemplo é o fato de que em Portugal, a Filatelia é considerada ciência, junto à Numismática⁷ e a Heráldica.

A Filatelia trata do estudo e o colecionismo de selos postais, além de quaisquer materiais afins e nasce a partir do agrupamento de pessoas que se reúnem, criam clubes, associações, federações, exposições⁸, núcleos de estudos e produzem revistas, estatutos, atas de reunião, catálogos de exposições, certificados de premiação etc.

A filatelia não se resume a reunir selos isolados. Não podemos esquecer que os selos conduziam uma mensagem e que em alguns casos eram pessoas importantes os remetentes ou destinatários. Não se pode desprezar esse universo de papéis que em pedaços contam o que e quando as coisas aconteceram. As revoluções, as eleições, os processos, as leis foram feitas para mudar, melhorar a vida. Assim sendo, creio que estamos colaborando com a preservação da memória. (MEYER, 2013, p. 4)

A Filatelia pode subdividir-se em várias áreas de estudo, como por exemplo:

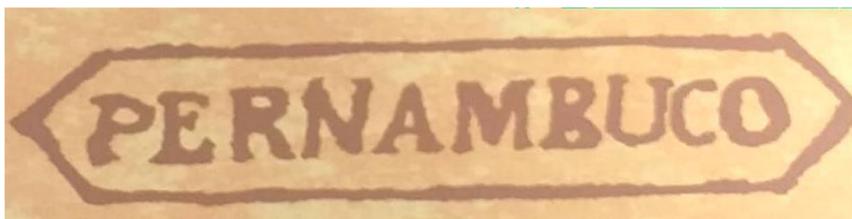
⁶No caso do Brasil existem a Exposição Filatélica Brasileira (BRAPEX) e a Exposição Filatélica Luso-Brasileira (LUBRAPEX), ou seja, Brasil e Portugal.

⁷Numismática é o estudo sob o ponto de vista histórico, artístico e econômico das cédulas, moedas e medalhas, enquanto a Heráldica é uma ciência que estuda escudos e brasões de armas antigos.

⁸Para que um objeto seja exibido numa exposição filatélica, ele deve estar previsto nas normas de exposição das federações regionais, nacionais e internacionais. No caso do Brasil, são consideradas, principalmente, as normas da Federação Brasileira de Filatelia (FEBRAF) e da FIP.

a) Pré-filatelía: considera toda a documentação gerada anteriormente à primeira emissão postal, como as sobrecartas pré-filatélicas e as marcas de isenção de porte. No Brasil, diz respeito aos documentos anteriores à emissão dos primeiros selos imperiais, em 1843⁹.

Figura 2 – Obliteração Pré-Filatélica da Província de Pernambuco 1837-1841



Fonte: MEYER (1999)

A Pré-filatelía pode ser um subcampo de estudo da Filatelía, mas também um subcampo de estudo da História Postal e, então, da História. Por isso, os historiadores e alguns colecionadores durante a primeira metade do século XX chamavam a Filatelía de "ciência auxiliar da História", nomenclatura criticada por Salcedo (2013, p. 27) ao citar que

haveria, assim, e já não é sem tempo, elementos de valor que podem ultrapassar alguns olhares ancorados numa ordem pragmática, aquela que apenas vê e lê o valor taxativo do selo postal, ou ainda, que o denomina enquanto uma mera fonte auxiliar da História. Falta, pois, estudar e debater o conceito selo.

⁹Muito antes da adoção do selo de correio, já as administrações postais tinham por hábito marcar nas cartas transportadas por meio de carimbos as cidades, ou localidades de procedência, trânsito ou destino de correspondência. Muitos desses carimbos continuaram a ser empregados depois de 1843, sendo, mesmo alguns deles, utilizados para obliterar selos. De indicadores, que haviam sido, passaram a ser também obliteradores; fato que levou os filatelistas a chamá-los, impropriamente aliás, Precursores. Preferível fora chamá-los de Obliteradores Presigílicos, ou mesmo, Pré-filatélicos, como querem alguns, o que não é despropositado, posto que o selo e a filatelía, são, certamente, contemporâneos. (MEYER, 1999a, p. 12)

b) Maximafilia: é o colecionismo de máximos postais. A peça completa inclui o cartão-postal com imagem semelhante ou igual ao selo nele aplicado e o carimbo de 1º Dia de Circulação, o comemorativo ou o de unidades postais que tenham referência com o selo afixados no anverso (frente) do cartão-postal, ou seja, na parte ilustrada do cartão postal. Segundo Gabriel (2014, n. p.) “a importância de se reconhecer um máximo postal de acordo com as regras estabelecidas pela Comissão de Maximafilia da FIP reflete na qualidade de uma coleção, seja ela de Maximafilia ou Temática, expositiva ou não”. Os máximos postais surgiram ainda no século XIX, e pouco depois aparecem os primeiros cartões-postais brasileiros, enquanto a prática da Maximafilia só nasceria entre os anos 1920 e 1930.

c) Marcofilatelia ou Marcofilia: é voltada para o estudo e o colecionismo das marcas postais, incluindo os carimbos, sinetes¹⁰ e assinaturas após o surgimento do selo postal (1840), como por exemplo, o carimbo de 1º dia de circulação, o carimbo comemorativo e o carimbo de expedição.

Figura 3 – Assinatura da pintora Brasileira Tarsila do Amaral

A handwritten signature in black ink on a white background. The signature is written in a cursive, flowing style. It starts with a large, stylized 'T' that loops back under the 'a'. The name 'Tarsila' is clearly legible, followed by a long, horizontal flourish that ends in a small hook.

Fonte: MEYER (2013)

¹⁰ Trata-se de uma peça que, mesmo existindo desde o início do 3º milênio a.C. na Grécia Antiga, foi muito utilizada nos séculos XVI a XVIII. É um pequeno objeto de metal como ouro ou prata usados como assinatura do proprietário e/ou responsável por uma Organização, para selar e autenticar documentos e cartas.

d) Inteirofilia: estudo dos inteiros postais emitidos pelos Correios, os quais possuem o porte (custo da tarifa de envio) já impresso (existem pessoas que definem a Inteirofilia como campo da Cartofilia (cartões postais sem porte impresso e pode ser emitido pelos Correios, mas, também, por pessoas e empresas).

Figura 4— Cinta registrada no Rio de Janeiro em 1889



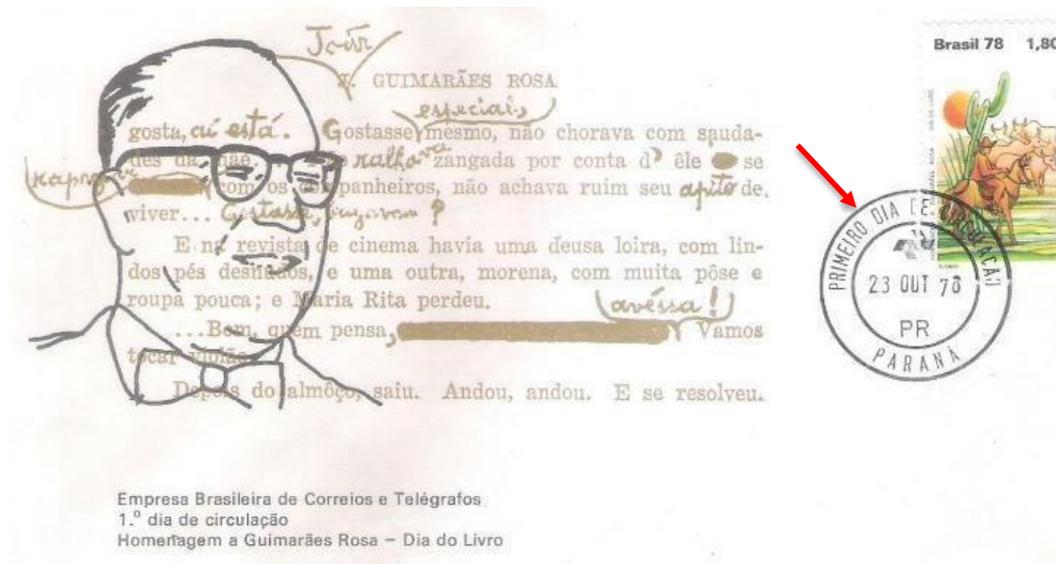
Fonte: MEYER (1999)

De fato, os inteiros postais foram impressos meses antes do primeiro selo na Inglaterra (1840), por isso essa classificação: para uns é um tipo de Cartofilia, para outros é peça da filatelia. O volume IV do Catálogo RHM publicado em 1994 lista as espécies de Inteiros Postais emitidos pelos Correios no Brasil.

São envelopes, bilhetes postais, cartas-bilhetes, cintas, cartas pneumáticas, envelopes para valores, mensagens sociais etc. emitidos pelos Correios, nos quais já está impresso o valor do porte sob a forma de selo-fixo ou a indicação de pré-franqueamento (MEYER, 1999a, p. 236).

e) **Estudos de Envelopes de Primeiro Dia de Circulação:** esse tipo documental reúne o selo em envelope e o carimbo de Primeiro Dia de Circulação, com data e agência dos Correios.

Figura 5– Envelope de Primeiro dia de Circulação (Dia do livro 1978)



Fonte: Blog dos Correios (2019)

f) Estudo de Editais Filatéticos: os editais filatéticos são peças emitidas pelos Correios, documentos previstos nas Portarias da Presidência da República, listadas no Catálogo RHM;

Figura 6 – Edital filatélico nº 7 de 2017 – Bicentenário da Revolução Republicana em Pernambuco

DETALHES TÉCNICOS	TECHNICAL DETAILS
<p>Edital nº 7 Arte: Jamile Costa Sallum - Correios Processo de Impressão: ofsete Folha: 18 selos Papel: couchê gomado Valor facial: R\$ 1,80 Tiragem: 180.000 selos Área de desenho: 35mm x 25mm Dimensão do selo: 40mm x 30mm Picotagem: 11,5 x 12 Data de emissão: 31/08/2017 Local de lançamento: Recife/PE Impressão: Casa da Moeda do Brasil Versão: Departamento de Varejo e Outros Negócios/Correios</p> <p>Os produtos podem ser adquiridos na loja virtual dos Correios: www.correios.com.br/correiosonline ou na Agência de Vendas a Distância - Av. Presidente Vargas, 3.077 - 7ª andar, 20210-973 - Rio de Janeiro/RJ, Brazil. Telephones: 55 21 2503 8095/8096; e-mail: centralvendas@correios.com.br. Para pagamento, envie cheque bancário ou vale postal, em nome da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, ou autorize débito em cartão de crédito Visa ou Mastercard.</p> <p>Código de comercialização: 852012373</p>	<p>Stamp issue N. 7 Art: Jamile Costa Sallum - Correios Print system: offset Sheet: 18 stamps Paper: gummed chalky paper Facial value: R\$ 1.80 Issue: 180,000 stamps Design area: 35mm x 25mm Stamp dimensions: 40mm x 30mm Perforation: 11.5 x 12 Date of issue: August 31st, 2017 Places of issue: Recife/PE Printing: Brazilian Mint English version: Department of Retail and Trade/ Correios Brasil</p> <p>Orders can be sent to the following address: Distance Sales Office - Av. Presidente Vargas, 3.077 - 7th andar, 20210-973 - Rio de Janeiro/RJ, Brazil. Telephones: 55 21 2503 8095/8096; e-mail: centralvendas@correios.com.br. For payment send authorization for charging to credit cards Visa or Mastercard, or international postal money order (for countries with which Brazilian Post has signed agreements).</p> <p>Código de comercialização: 852012373</p>

SOBRE O SELO	ABOUT THE STAMP
<p>O selo comemorativo ao Bicentenário da Revolução é uma releitura do selo do Centenário, de 1917. Os elementos como a ortografia, o padrão monetário e as datas foram atualizados, além da menção "BICENTENÁRIO". No centro do selo, a bandeira passa a ser representada com suas 5 cores originais: o amarelo, o azul escuro, o branco, o verde e o vermelho. À esquerda, o brasão do Estado de Pernambuco, menção "BICENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA EM PERNAMBUCO" e o valor facial; à direita, a menção "1817 - 2017" e a legenda "BANDEIRA DA REPÚBLICA DE 06 DE MARÇO DE 1817", tal qual em 1917, e o valor facial. A técnica utilizada foi ilustração vetorial.</p> <p>Capa do edital: <i>Bênção das Bandeiras da Revolução de 1817</i>, óleo sobre tela de Antônio Parreiras.</p>	<p>The commemorative stamp of the Bicentennial of the Revolution is an updated version of the Centenary issue, of 1917. The elements such as the orthography, the dates and the monetary standard were updated, as well as the expression "BICENTENNIAL". On the center of the stamp, the flag is now represented by its original 5 colors: yellow, dark blue, white, green and red. To the left, the coat of arms of the State of Pernambuco, "BICENTENNIAL OF THE REPUBLICAN REVOLUTION IN PERNAMBUCO" and the facial value of the stamp; to the right, the mention "1817 - 2017" and the legend "FLAG OF THE REPUBLIC OF MARCH 6TH 1817", just like in 1917, and the face value. Vector illustration technique was used.</p> <p>Stamp issue cover: <i>Blessing of the Flags of the 1817 Revolution</i>, Antônio Parreiras.</p>



Correios

EDITAL 7 - 2017

Emissão Postal Comemorativa
Commemorative Postal Issue

Bicentenário da Revolução Republicana em Pernambuco
Bicentennial of the Republican Revolution in Pernambuco

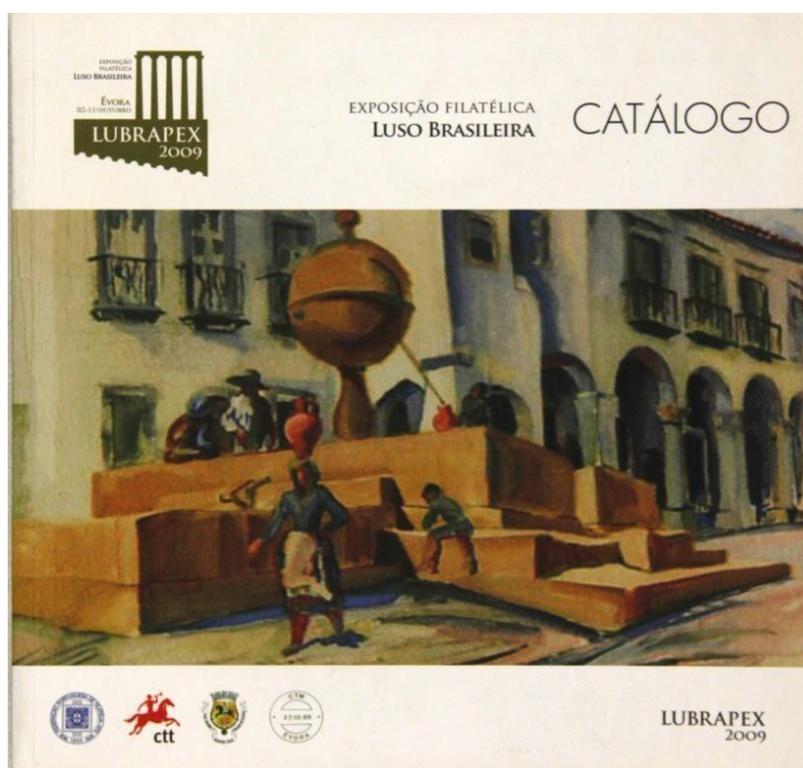


Fonte: Blog dos Correios (2019)

g) Bibliofilatelia: cada bibliófilo demanda um tipo específico de bibliografia, de acordo com as temáticas de interesse, o que particulariza a necessidade informacional de cada colecionador, conforme indica Moraes (2005). Bibliofilatelia é um termo que designa, pelo menos, duas possibilidades. A primeira diz respeito ao colecionismo de selos postais e produtos filatélicos derivados, em que a temática inclua livros, leitura, fontes de informação, registros de conhecimento etc.

A segunda alude ao ato de colecionar bibliografia filatélica, articulando saberes da bibliofilia¹¹, em que pese a produção de diversos e distintos suportes de informação filatélica, públicos ou privados, desde 1840 (emissão do primeiro selo postal) até os dias atuais, considerando o surgimento da World Wide Web em 1991 e seu impacto na produção bibliográfica e editorial.

Figura 7– Capa do Catálogo da Exposição Filatélica Luso Brasileira (LUBRAPEX 2009)



Fonte: a autora (2019)

¹¹ "A bibliofilia não é somente um passatempo de homens cultos, um hobby inocente, um emprego de capital para alguns espertos, um negócio para milhares de pessoas no mundo. É uma obra de benemerência" (MORAES, 2005, p. 18).

A bibliografia filatélica produzida por diversos países inclui os meios de comunicações impressas dos colecionadores, relativas a selos postais, História Postal e seu colecionismo. Essa literatura abrange manuais, monografias, artigos de pesquisa, bibliografias, catálogos de exposições, catálogos especializados¹², como o Catálogo RHM de Selos do Brasil, o Scott (norte-americano), Yvert et Tellier (francês), Michael (alemão) e Stanley Gibbons (britânico), os catálogos gerais, periódicos filatélicos, artigos gerais etc. Majoritariamente, estes suportes são impressos, mas há diversas mídias incluindo CDs, DVDs e páginas web.

De modo geral, a Filatelia consiste na pesquisa e/ou estudo das mais variadas particularidades da documentação postal, como as formas de franquia na circulação postal, incluindo fontes e documentos gerados por instituições além da ECT. Há, ainda, aqueles colecionismos que não são filatélicos, mas possuem alguma conexão, tais como a Cartofilia, a Carimbologia, a Numismática, a Heráldica, a Emblemática etc.

Vale esclarecer o que será denominado de documento postal e de documento filatélico. Ambos são documentos que aparentam natural similaridade. No entanto, o regime informacional em que são produzidos, em que circulam e em que são consumidos permite apontar algumas especificidades que os distinguem. Essa primeira constatação é importante para indicar a trajetória do debate teórico aqui estabelecido no âmbito da Ciência da Informação.

. A palavra filatelia vem do grego Philos = amigo e Ateleia = isenção de taxas. Segundo Meyer (1999, p. 12) “filatelia significa o amigo do selo ou da marca postal que o representa. Antes da adoção do selo postal, a marca postal que representava o valor pago no destino era aplicada manualmente nas cartas”. Dito isso, documentos filatélicos são objetos colecionáveis que podem ser produzidos pelos Correios ou pelos próprios colecionadores. Existem demandas filatélicas para os Correios, bem como existe financiamento dos Correios para

¹² O catálogo filatélico “é um livro em que os selos, todos eles (do mundo, de um continente ou apenas de um país entre outros tipos), estão reproduzidos fotograficamente, catalogados, descritos e avaliados(...) os catálogos são antigos: desde os primeiros anos da filatelia, os apaixonados por esse hobby, que se espalhava com uma rapidez impressionante, sentiam necessidade de colocar em ordem os elementos de sua coleção e de ter um guia que os orientasse. Os primeiros catálogos abrangiam os selos de todos os países emissores - que eram poucos- e hoje, com mais de um século de existência, são raridades bibliográficas muito procuradas” (CIVITA, 1986, p. 57).

produção filatélica. Dessa forma, não necessariamente um documento filatélico será também um documento postal. Nesse caso, são documentos que materializam práticas e saberes dos colecionadores.

O primeiro movimento voltado para o colecionismo filatélico remonta ao século XIX. De acordo com Cunha, Salcedo e Holanda (2014, p. 33),

existe um registro no Times, de Londres (1841), que nos revela o interesse de uma pessoa, que assinava por "E. D.", em adquirir selos postais adesivos usados e em grandes quantidades para forrar as paredes de seu quarto. Esses artefatos, atualmente raros e financeiramente rentáveis, foram os primeiros selos postais emitidos, no mundo, pelo correio britânico, em 1840... Nesse mesmo período, o gentleman M. Vetzels, de Lille (França), reconstituía folhas inteiras do primeiro selo postal adesivo - Penny Black - no seu diário, sendo considerado desde então, apesar da improbabilidade desse fato, um dos pioneiros no colecionismo do selo postal.

Assim, entende-se o conceito de documento filatélico enquanto “qualquer e todo suporte ou tecnologia de informação que constitua o campo da Filatelia” (SALCEDO, 2013, p. 32), ao passo que o termo documento postal diz respeito àqueles documentos institucionalizados e integrantes de um serviço postal, de acordo com uma legislação vigente e com valor comercial. Dessa forma, no Brasil, o termo postal remete ao serviço público dos Correios.

Entre os documentos postais estão, por exemplo, os blocos comemorativos, cartões postais, editais de emissão, carimbos comemorativos e de 1º dia de circulação, envelopes, inteiros postais e os selos postais. Existem espécies¹³ distintas de selos postais. Dentre eles, nesta pesquisa serão analisados os selos comemorativos. Salcedo (2010, p.126) aponta que “diferentemente de outras espécies, os comemorativos têm sua tiragem e seu período de validade e circulação pré-determinados pelos Atos Normativos e Editais”.

A Portaria de nº 3.063, de 12 de Junho de 2018 define o **selo postal** enquanto um documento “de tiragem limitada, alusivo à comemoração de data de destaque no segmento sociocultural, com repercussão nacional ou

¹³Aqui entende-se o conceito de espécie documental de acordo com as definições da Arquivologia. O documento de arquivo pode ser configurado de diferentes formas, de acordo com a sua disposição e a natureza das informações que nele estão contidas. Nomeia-se essa configuração enquanto espécie documental. São exemplos de espécies documentais: mapas, atas, bilhetes, cartas, discos, selos, filmes, fotografias, etc. Para Belloto (2002, p. 27) trata-se de um “Veículo redacional adequado, redigido e formatado de maneira que torne válido e credível o conteúdo do documento.”

internacional”. Três elementos verbovisuais devem estar impressos em sua interface conforme um padrão normativo internacional: o motivo da emissão¹⁴, valor facial e nome do país ou da instituição emissora¹⁵.

Existem ainda os **selos especiais**, que não são relacionados a comemorações de eventos específicos, voltado à demanda filatélica nacional e internacional, com tiragem limitada, prazo de comercialização pré-determinado e circulação indefinido; os **selos promocionais**, destinados a estimular a divulgação de ideias, fatos ou campanhas promocionais, em âmbito nacional, sem caráter comemorativo, idealizado pelos Correios ou em parceria com outras instituições; os **selos mídia**, com tiragem limitada, destinado à difusão de informação de tendências atuais, relacionadas a evento, personalidade, fato ou campanha, de impacto e relevância no cenário nacional ou internacional, com ou sem caráter comemorativo; os **selos regulares**, conhecidos também por selos ordinários, selos definitivos ou permanentes. Possui tiragem ilimitada e prazo de comercialização indeterminado e circulação indefinido; os selos personalizados, que têm o propósito de estimular a divulgação de ideias, fatos ou campanhas promocionais específicas, em âmbito nacional, sem caráter comemorativo, idealizado pelos Correios ou em parceria com outras instituições. Pode ser pré-taxado, ou seja, valor adicional não vinculado à emissão e nem ao serviço postal; e os selos aéreos, destinados à correspondência transportada por aviões.

Para Salcedo (2010, p. 124) “um selo postal pode ser considerado um documento, quando olhado atentamente por um historiador e que, para manter a memória social, dialoga com outros textos”.

Selos são pequenas estampilhas adesivas, geralmente de papel, utilizadas para comprovar o franqueamento de objetos postais ou o pagamento de prestação de serviços postais. Eles são ilustrados com motivos de cunho artístico e cultural alusivos a temas específicos, razão pela qual se tornam peças de colecionamento muito procuradas e de alto valor agregado. Para ser reconhecido internacionalmente, todo selo emitido precisa ter o seu Edital, uma espécie de “Certidão de Nascimento” em que estão detalhadas todas as características da emissão (CORREIOS, 2018, on-line).

¹⁴ O Artigo 2º, Inciso V da Portaria de nº 500, de 8 de novembro de 2005 define que o motivo de emissão de um selo postal trata da “especificação de um tema, representada nos selos pelas imagens e informações que o compõe”. Nesse documento, elencam-se os temas possíveis aos quais os selos comemorativos devem aludir, como por exemplo “eventos ou manifestações culturais, artísticas, científicas... de repercussão nacional ou internacional, acontecimentos históricos, personalidades, aspectos do turismo nacional e ações governamentais”. Salcedo (2010, p.125) dissocia o motivo de emissão em “imagem-motivo” e “frase-motivo”.

¹⁵ Estão inclusos os países emissores, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a cidade do Vaticano.

O termo documento postal diz respeito aos documentos com função administrativa, institucionalizados e integrantes de um serviço postal, de acordo com uma legislação vigente e com valor comercial. No Brasil, esses documentos estão ligados à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) que é a empresa pública federal responsável pela execução do sistema de envio e entrega de correspondências no Brasil e têm autonomia exclusiva para explorar esse serviço desde a época monárquica.

Conforme indica Salcedo (2010), A ECT tem origem com a criação do cargo de Correio-mor das cartas do mar em 1663. Em 1980, a empresa criou em Brasília o Museu Postal e Telegráfico da ECT. Atualmente denomina-se Museu Nacional dos Correios e possui uma grande coleção de peças da história postal, telegráfica e filatélica brasileira de acordo com a sua página oficial. Ao tratar do campo da Filatelia extrapola-se essa ligação à ECT por meio dos documentos emitidos oficialmente.

Dito isso, cabe estudar o Catálogo de Selos do Brasil (MEYER, 2016). Essa é a principal obra de referência nacional, com publicação anual¹⁶, utilizada pelos colecionadores, comerciantes e pesquisadores da documentação filatélica no Brasil. Como obra de referência, o catálogo organiza, cataloga, classifica e indica valores comerciais da documentação primária produzida pelos Correios, tais como o selo postal, o bloco comemorativo, editais, inteiros postais, folhinhas filatélicas etc.

Dessa forma reúne na mesma interface, a materialização da memória filatélica e postal brasileira. Essa memória está sujeita à interpretação no sentido lato, ou seja, relacionada aos conceitos de identidade nacional e patrimônio cultural, bem como em um sentido mais estrito, que diz respeito às vivências, recordações e noção de tempo de cada indivíduo.

2.2 MEMÓRIA E DOCUMENTO

Por sua vez, os estudos relacionados à memória estiveram diretamente ligados ao registro e armazenamento de informações, no sentido estrito de

¹⁶ Em alguns casos, que serão indicados adiante, houve uma ruptura dessa periodicidade.

depósito. Para Le Goff (1996), a memória, enquanto faculdade de preservar informações conduz em primeiro lugar para um conjunto de funções psíquicas que possibilitam o retorno do homem às informações e lembranças passadas possibilitando a atualização de evidências e impressões.

Dessa maneira, a memória funcionaria então como um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje. Contudo, a memória coletiva não é somente uma conquista é também um instrumento e um objetivo de poder. Nas sociedades em que a memória social é especialmente oral ou que estão a caminho de constituir uma memória coletiva escrita, há possibilidade de maior compreensão desta luta pelo domínio da recordação e da tradição, por meio de suas manifestações.

De acordo com Le Goff (1996), a noção de aprendizagem, importante na fase de aquisição da memória, desperta o interesse pelas diversas formas de educação da memória que existiram nas diversas sociedades e em diferentes épocas, as mnemotécnicas, também estudadas por Yates (2007), no livro “A arte da Memória”.

Assim, os fenômenos da memória tanto nos seus aspectos biológicos como psicológicos são resultados de sistemas dinâmicos de organização e existem na medida em que a organização os mantém ou os reconstituem. Na contemporaneidade esse olhar ganhou maior complexidade, visto que armazenar conhecimento passou a ser um problema de menor escala comparado à diversidade de informações que estão ao nosso alcance.

Esse discurso é corroborado por Meneses (1992; 2007) e Cunha (2011). Sob a perspectiva de Le Goff (1996), a evolução das sociedades na segunda metade do século XX evidencia a importância do papel que a memória coletiva desempenha ao reafirmar a história como ciência e, como culto público.

Ao mesmo tempo, enquanto reservatório da história, rico em arquivos, documentos e monumentos¹⁷, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e em desenvolvimento, das classes

¹⁷ Os “materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador... o monumentum é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos” (LE GOFF, 2006, p. 535).

dominantes e dominadas lutando por poder, pela sobrevivência e promoção. O aparecimento das grandes máquinas de calcular no decurso da segunda mundial, mais particularmente no contexto da história técnica e científica a partir de 1860, foi um marco na história da memória automatizada.

Ao considerar a relação entre memória humana e memória digital é necessário mencionar que a memória humana é particularmente instável e maleável, enquanto que a memória das máquinas se impõe pela sua grande estabilidade, algo semelhante ao tipo de memória que representa o livro, porém combinada com uma facilidade de revocação¹⁸ até então desconhecida.

Para além dos serviços prestados nos diferentes domínios técnicos e administrativos onde a informática encontra as suas primeiras e principais informações é necessário observar duas consequências importantes do aparecimento da memória digital.

A primeira é a utilização dos computadores no domínio das ciências sociais e, particularmente, daquela em que a memória constitui, ao mesmo tempo, o material e o objeto. A história viveu uma verdadeira revolução documental, aliás, o computador também não é mais que um elemento e a memória arquivista foi revolucionada pelo aparecimento de um novo tipo de memória: o banco de dados.

A segunda é o efeito metafórico de extensão do conceito de memória e da influência, por analogia, da memória digital sobre os tipos de memória. Para voltar à memória social os acontecimentos no século XX, ao que tudo indica, foram preparados pela expansão da memória no campo da filosofia e da literatura. A memória coletiva sofreu grandes transformações com a constituição das ciências sociais e desempenha um papel importante na interdisciplinaridade que tende a relacioná-las.

A pesquisa, salvaguarda, exaltação e busca dessa memória que temos nos textos, nos documentos, nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos rituais e nas festas é uma metamorfose do olhar histórico. Essa conversão é partilhada pela grande massa, que teme uma perda de memória, uma amnésia coletiva, desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se comercializam bem.

¹⁸ Conceito relacionado ao processo de recuperação de informação e discutido na seção quatro.

Le Goff (1996) cita Pierre Nora, que percebe a memória coletiva enquanto aquilo que fica do passado na vivência dos grupos ou o que os grupos fazem do passado. Segundo Nora, essa relação pode, em um primeiro momento, opor-se à memória histórica como à memória afetiva e memória intelectual. Aponta ainda, que os conceitos de história e memória confundiam-se e “a história parece ter-se desenvolvido sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização” (LE GOFF, 2006, p. 473).

A nova História, que se esforça para criar uma história científica a partir da memória coletiva, pode ser interpretada como uma revolução da memória fazendo-a movimentar-se em torno de alguns eixos fundamentais: “uma problemática abertamente contemporânea (...) e uma iniciativa decididamente retrospectiva à renúncia de uma temporalidade linear em proveito dos tempos vividos múltiplos nos níveis em que o individual se enraíza no social e no coletivo” (PENA, 2007, p. 133).

Essa nova História urge a partir do estudo dos chamados lugares de memória. Estes espaços estão imersos em um contexto de surgimento que envolve, para além dos seus produtores, outros indivíduos, eventos e instituições.

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais, como os cemitérios ou as arquiteturas; lugares simbólicos, como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais como os manuais, as autobiografias ou as associações [...], mas não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se deve procurar, não a sua elaboração e não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: “estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a constituir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória (NORA apud LE GOFF, 1994, p. 472-3).

Esse novo sentido de memória constitui parte do seu saber a partir dos instrumentos tradicionais, mas obtidos de maneira diferenciada. No domínio da história, sob a influência das novas concepções de tempo histórico, desenvolve-se uma nova forma de historiografia que é, de fato, na maioria das vezes o estudo da manipulação pela memória coletiva de um fenômeno histórico que apenas a história tradicional tinha estudado até então.

Nesse sentido,

poderíamos afirmar que memória nunca mais será memória, como conhecemos dentro de um princípio linear de pensamento – passado, presente e futuro – mas estará permanentemente conectada à realidade deste tempo e sendo atualizada pelos fatos do passado que voltam a nos encontrar (CUNHA, 2011, p 102).

Dessa forma, é prudente afirmar que analisar a constituição da memória é investigar os diversos encontros e desencontros, além de considerar a multiplicidade de informações, sua produção, armazenamento, fluxo e uso em larga escala, considerando ainda tudo que é esquecido em detrimento do que é escolhido para ser lembrado.

Assim, desde a perspectiva desta pesquisa, a análise da representação da memória postal brasileira representa um olhar atento ao resgate por meio de “toda e qualquer ferramenta disponível seja utilizada para contribuir, cada qual à sua forma, para o desenvolvimento de modelos de divulgação da memória social” (SALCEDO, 2008, p. 169), em que pese o “documento, as pessoas, os fatos, eventos, processos e o tempo, de forma geral, funcionando como um elo entre o humano, sua história e o conhecimento político, econômico, social e cultural” (SALCEDO, 2010, p 74).

Para Le Goff (1996) um documento não é inócuo, pois resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro voluntária ou involuntariamente uma determinada imagem de si próprias. Assim, não existiria então um documento com valor de verdade absoluta. Implica dizer que o estudo da documentação postal emitida no Brasil desperta a possibilidade de um novo olhar sobre aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos do povo brasileiro. Esse conjunto de informações do passado de um povo é digno de esforço em vista de ser desvendado, revelado e disseminado, pelo sentido de acessibilidade atribuído à memória quando compartilhada, pois sem a sua socialização ela é inacessível, conforme indica Meneses (2007).

Ainda, de acordo com Gonçalves (2015, p. 17) os sentidos e valores atribuídos à documentação sob a perspectiva mnemônica “nascem de gestos de atribuição, presos a uma dada interpretação. Da mesma forma que os valores não lhes são inerentes, a memória não está neles contida”. Dessa forma, a memória pressupõe uma mobilização para cumprir o seu papel. Nessa

perspectiva, Meneses (1992) atribui o conceito de “vetor” à memória, oposto ao de “lugar de memória” no sentido de transmissão e porte.

Segundo esse autor, pode ser um equívoco confundir a memória com os seus vetores¹⁹, pois sua essência substancial não se reduz a um “pacote de recordações já previsto e acabado” e funciona da maneira contrária, enquanto “processo permanente de construção e reconstrução” (MENESES, 1992, p.10).

Continua Menezes (1994, p. 27): os objetos materiais

dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc.etc.etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação).

Dessa forma, o estudo de caráter descritivo e analítico do corpus desta pesquisa oferece um panorama da produção editorial e bibliográfica de locais, instituições, personalidades, grupos de pessoas e assuntos, bem como permite desvelar nuances, características e peculiaridades do repertório cultural produzido no campo da Filatelia brasileira (FONSECA, 1964).

Destarte, é possível rememorar celebrações e comemorações que envolvem as mais variadas estruturas sociais e que se conectam aos revolucionários que comemoraram as revoluções, aos conservadores e aos nacionalistas, para os quais a memória é um objeto e um instrumento de governo, conforme indica (LE GOFF, 2006). A memória na Ciência da Informação, enquanto registro passível de ser gerenciado e perpetuado é uma abordagem predominante para as práticas da área. Porém, essa visão deve levar em consideração as distinções entre o suporte e seu conteúdo.

Faz-se necessária a clareza de que a informação, enquanto componente cognoscente da memória, é independente de seu suporte, seja ele físico ou não. Tendo em vista essa separação, também deve ser percebido o contexto de produção e uso daquele registro, informação ou memória, para os que tratam esses conceitos enquanto sinônimos.

¹⁹ Como sabemos, os artefatos, ou os demais elementos que, por alguma razão, acabam por apresentar a capacidade de mobilizar a memória das pessoas acerca de acontecimentos ou experiências, não têm sentido em si: os sentidos são adquiridos e transformados historicamente (GONÇALVES, 2015, p

Dessa forma, há uma distinção em relação a como o conceito de memória é tratado, debatido e analisado em diversas áreas, entre elas na História e na CI. Enquanto a primeira busca fazer uma relação entre os acontecidos memoriais, que podem não ser registrados, o segundo busca entender de forma holística os espaços de produção, tratamento, tramitação e uso do conteúdo informacional e memorial.

Porém, há quem acredite que pensar a prática da CI como o entendimento dos contextos de produção e posterior gestão para acesso das memórias é reduzi-la a uma operacionalização de preservação e gestão. Paradoxalmente, nessa perspectiva pós-custodial de acesso, preservar memória cultural e garantir a possibilidade do acesso não garante a apropriação e noção de pertencimento pelas próximas gerações, pois ocorrem variações na sua função social.

Dito isso, com o grande volume de produção de informação e da utilização de variados suportes, principalmente os digitais, atualmente a Ciência da Informação enquanto gestora de memória teria como tarefa precursora a definição do que vem a ser preservado antes mesmo de sua existência?

Sob uma perspectiva histórica cabe a reflexão acerca dos documentos filatélicos não somente enquanto “indício do passado” Salcedo (2010, p. 75), mas como evidência que, de acordo com Burke (2004, p.20), essa evidência “tanto deixa transparecer como omite”. Quando a memória está relacionada a novos objetos “o passado passa a existir no tempo presente e nesta velocidade registra-se um encurtamento de tempo para que o fato passe a outra esfera da memória” (CUNHA, 2011, p 112).

Ainda,

se anteriormente estudar a memória significava estudar a história, seus registros e lembranças de alguns sujeitos mais destacados em qualquer sociedade, hoje investigar a memória é descascar algumas camadas históricas que são escritas no tempo presente. É o tempo do novo constante, mas também do eterno retorno (CUNHA, 2011, p 113).

Baseado no processo de “descascar camadas históricas”, Salcedo (2010, p. 75) defende que os documentos filatélicos, como quaisquer outros, “possibilitam através de um olhar atento, enxergar as mudanças sociais, progresso tecnológico, relações interpessoais, o modo como lidamos com as diferenças e semelhanças e até mesmo como contamos nossa própria história”.

Ainda, é salutar entender o que aponta Meneses (1992) ao analisar que os objetos produzidos outrora foram fabricados e manipulados em tempo anterior e diferente do nosso. Dessa maneira, esses objetos atendem às contingências sociais, econômicas, tecnológicas, culturais daquela época e seu valor original pode ser facilmente invertido.

Dito isso, neste estudo consideram-se as práticas de documentação principiadas por Paul Otlet e sua equipe no Instituto Internacional de Bibliografia, posteriormente denominada Federação Internacional de Informação e Documentação, enquanto origens do que hoje é denominado Ciência da Informação.

Alguns autores corroboram essa ideia, como por exemplo Smit (1986), que ao tratar sobre a Documentação, indica que a mesma pode ser compreendida enquanto Ciência da Informação, visto que ambos os campos lidam com a informação sem limitar-se à ideia dos suportes presentes nos acervos de bibliotecas.

A relação entre a Documentação e a Ciência da Informação também é indicada por Araújo (2011), ao considerar que há uma preocupação comum em armazenar, organizar e disseminar a informação científica e tecnológica. De fato, há uma aproximação entre os conceitos e desenvolvimento de práticas na Ciência da informação e os sistemas e atividades profissionais do Instituto desde a sua fundação, conforme aponta Rayward (1997, p.2):

a não utilização, naquela época, da atual terminologia específica da Ciência da Informação não pode obscurecer o fato de que os seus principais conceitos, como nós hoje entendemos esse campo de estudo e pesquisa, – os sistemas técnicos e atividades profissionais sobre os quais se sustentam – já estavam implícitos e sendo operacionalizados quando foram criados dentro do Instituto Internacional de Bibliografia, em 1895 e nas décadas seguintes...ou seja, os aspectos importantes das origens da Ciência da Informação como nós hoje a compreendemos já estavam contidos ou tornaram-se uma extensão da formação discursiva que nós designamos por “documentação”.

Partindo desse pressuposto acredita-se que as atividades iniciadas no século XIX, na Bélgica, tenham sido substanciais no processo de desenvolvimento da Ciência da Informação, ao considerar a similaridade das ideias, suas aplicações e usos.

Nesse campo, o documento é interpretado tanto sob uma perspectiva tradicional como sob uma perspectiva inovadora, que possibilitou considerá-lo a partir de uma perspectiva social. A ação de registrar um fato ou acontecimento por escrito em um determinado suporte expressaria a tradição de considerar os documentos enquanto sinais de veracidade. Conforme pontua Murguia (2011, p.38), “segundo a visão positivista da História, não existe história sem documentos, sobretudo os escritos”.

Desta forma, a utilização de fontes não escritas, como as visuais e sonoras, seriam aceitas através das propostas da Escola dos Annales, na década de 1930, fundada pelos franceses Marc Bloch e LeFebvre. Os historiadores iniciariam um movimento de crítica à concepção positivista de documento, ao considerar que a história também é feita de outras maneiras, para além dos documentos escritos.

Contudo, as propostas dessa nova escola não aconteceram por acaso, estiveram atreladas aos novos meios de produção e reprodução documental, ou seja, pelo desenvolvimento de novos recursos para uso da produção e reprodução de documentos, houve também aumento da vontade de registrar momentos da vida particular e acontecimentos do mundo ao nosso redor. Assim, os caminhos da Historiografia e da Documentação cruzaram-se e tornaram-se paralelos, isto é, coexistiram e não podemos afirmar que um veio antes do outro (MURGUIA, 2011, p. 39).

Esta nova forma de compreender os documentos permitia entendê-los como portadores da subjetividade elaborados por seus produtores a partir de um motivo específico. Em outras palavras, o contexto de produção passa a ser igualmente considerado. É notório que na Ciência da Informação passou-se a valorizar novas discussões tendo o documento como o foco de análise, a exemplo de Lund (2009) que desenvolveu reflexões acerca da Teoria do Documento.

O autor aponta que o documento pode ser visto a partir de duas perspectivas distintas, a saber: 1) pela visão da materialidade, ou seja, como objeto material e 2) pela visão do papel social numa comunidade. São os registros documentais que permitem a preservação do conhecimento, o que comprova sua potencialidade na expansão cultural de uma sociedade.

Como define Gugliotta (2017, p. 319) “documentos são mediadores frente à função de transferirem informação, de gerarem ou não conhecimento”. Dessa

forma, o documento é um instrumento tecnológico da humanidade que permitiu progressivamente a superação da fragilidade da memória humana e facilitou a transferência de conhecimento e informação às futuras gerações.

Rabello (2011) demonstra que o conceito de documento passou por dois momentos fundamentais. O primeiro deles está ligado ao surgimento da Documentação como nova área do conhecimento e expressa o período de transição entre a tradição e a inovação do conceito de documentação adotado por Paul Otlet em meio ao avançar do movimento da Documentação.

O conceito de documento encontrava-se atrelado à objetividade, ou seja, seria possível identificar nos objetos uma função informativa. Porém, reconhecia-se que havia um avanço no olhar de Paul Otlet, uma vez que diversos suportes passavam a ser apontados como portadores de informação e por tal recebiam o status de documentos (GUGLIOTTA, 2017, p. 321).

Assim, coube a Paul Otlet iniciar a marcha pela ampliação do conceito de documento que poderia incluir tanto os impressos como imagens, gráficos e até outros objetos (RAYWARD, 1997)²⁰. Paul Otlet ressignificou o conceito de documento, pois ampliava o termo para suportes não escritos.

“A concepção de “biblos” passava a ser reconhecida como o equivalente de livro/documento/biblion que servia para representar todo objeto com alguma propriedade informativa” (GUGLIOTTA, 2017, p. 321). Essas novas reflexões demonstravam que a Documentação avançava para um patamar de elaborações mais significativas se comparada com a anterior Bibliografia, contudo este avanço ainda refletia a “persistência da noção de objetividade, atribuída ao documento” (RABELLO, 2011 p. 140).

Esse cenário evidenciava que a Documentação ainda era baseada nos pressupostos positivistas que auxiliavam a História a ver os documentos como portadores de objetividades a serem lidas pelos pesquisadores sem considerar os contextos aos quais estariam inseridos.

A obra *Qu'est-ce que la documentation* da documentalista francesa Suzanne Briet revolucionaria a Documentação e o conceito de documento para

²⁰ Outro importante teórico da Ciência da Informação que contribuiu bastante para exaltar Paul Otlet e seu trabalho com a Documentação, foi Buckland (1991). O autor renomado que utilizou a expressão informação-como-coisa demonstra que o termo documento utilizado pelos documentalistas no início do século XX era muito genérico e acabava incluindo qualquer tipo de informação física em um suporte.

a área a partir de 1951. Briet entende os documentos não mais como suportes ou formatos, mas como registro de conhecimento. O documento passa a ser problematizado como uma base de conhecimento materialmente capaz de ser utilizada para a consulta, o estudo ou a prova. Qualquer objeto poderia se tornar documento por meio de procedimentos adequados de simbolização, por meio de mecanismos de representação e organização.

Para González de Gomez (2011, p. 27) “ciente do papel fundador de Otlet, Briet não partilha a ideia de uma biblioteca-mundo ou de um repositório bibliográfico universal e centralizado. Tratar-se-ia de uma idealização”. Suzanne Briet defendia que por meio de redes múltiplas de documentação, que deveriam seguir uma lógica da padronização, seria possível acelerar o acesso à cultura letrada e à produção científica, contrapondo-se assim a ideia de Paul Otlet de construção de um único centro documental, um local físico, capaz de reunir as referências documentárias produzidas nos quatro cantos do mundo.

Por sua vez, Bernard Frohmann, importante teórico do campo da Ciência da Informação, tornou-se reconhecido na área por debater o caráter social da informação. Saldanha (2013) aponta-o como representante singular do movimento chamando de Neodocumentalismo por apresentar uma nova discussão e posicionamento em torno da reconstrução do conceito de documento.

Em sua visão, substituir informação por conhecimento, na pergunta por sua materialidade, não seria um desvio, mas um reenvio do perguntar, em direção àquilo que possui, desde sempre, a prioridade ontológica, o documento e do qual a informação seria um feito ou sua derivação (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2011, p. 31).

Para Saldanha (2013), Frohmann possui o mérito de ter possibilitado aos estudos do documento uma nova importância que tinha sido relegada ao segundo plano por conta da informação. Frohmann (2004 apud GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2011, p. 32) acredita que “aquilo que se denomina informação seria o efeito de práticas documentárias. A informatividade dos documentos resultaria das características de certas práticas de documentar”.

De fato, Frohmann demonstra com suas reflexões que é possível pensar o documento para muito além da materialidade consagrada por Paul Otlet e por Suzanne Briet, haja vista que começa a refletir sobre o caráter fundamentalmente simbólico do documento. Para Frohmann (2004 apud

GONZÁLEZ DE GOMEZ, 2011, p. 32) “aquilo que se denomina informação seria o efeito de práticas documentárias. A informatividade dos documentos resultaria das características de certas práticas de documentar”.

Por meio das obras de Paul Otlet e Suzanne Briet, Frohmann desenvolveu sua teoria baseada no conceito de "documentalidade" que expressaria a capacidade e o poder dos documentos em seus arranjos com outros elementos de rede. Frohmann critica as visões que ainda insistem em abordar o documento como um mero condutor de informação.

Para ele, existe uma prioridade ontológica na questão do documento em relação à questão da informação, além de defender que a materialidade de um documento nada mais é do que uma espessa camada de elementos simbólicos em fluxo contínuo de transformação por contingências histórico-sociais e remodelações culturais (FROHMANN, 2008, 2009).

Nesse sentido, o autor define quatro propriedades que estariam ligadas ao conceito filosófico da Documentalidade. São eles: a complexidade, a contingência, a funcionalidade e o agenciamento. Como bem aponta Mostafa (2011, p. 12),

documentos são então, potencialmente, tudo o que existe no mundo, pois tudo suscita informação. Dissemos potencialmente porque nem tudo o que existe irá se transformar em documento. O conceito de agenciamento interessa, então, a Frohmann, por se prestar muito bem para explicar o que acontece com as coisas que se “transformam” em documentos.

Dito isso, entende-se que além da materialidade, o pertencimento institucional, a forma pela qual são socialmente disciplinadas e sua condicionalidade histórica são importantes características das práticas documentárias. Então, a construção e, principalmente, a perpetuação de uma “exomemória”²¹ e toda sua significação dependem de sua estabilidade nas relações normativas das instituições as quais esses artefatos possam estar vinculados.

²¹ Para García Gutiérrez (2006) as exomemórias seriam as memórias exteriorizadas que passam despercebidas, abrangendo toda informação registrada - pensamentos, experiências, fotografias, revistas, multimídia - seja em suporte físico ou digital, conhecimentos ou lembranças sem privilegiar determinadas áreas ou discursos, incluindo os conhecimentos culturais, populares e artísticos.

Entende-se, então, que há uma negação do sentido material dos documentos, de forma que não se deve considerá-los apenas enquanto suportes ou veículos de informação. Faz-se necessário um olhar mais holístico, que seja capaz de enxergar para cada documento suas associações, com pessoas, instituições, coisas, processos e com outros documentos. Aqui cabe, então, a propriedade de agenciamento, ou agência, no sentido de que envolve os objetos e o que fazemos e falamos sobre eles.

Pode-se, ainda, citar um outro atributo a respeito do conceito de documento, que é a sua condição de ser informativo. Se um objeto isento dessa possibilidade não pode ser considerado documento, por outro lado, a quem cabe identificar a potencialidade documental de um objeto?

O estudo do conceito de documento tratado demasiadamente nas áreas de Documentação, Biblioteconomia e Ciência da Informação permite observar que o conceito é usado tanto de forma especializada quanto de forma generalista, de forma a delimitá-lo, por vezes, à alguma fonte de informação física, ou não, em um meio específico.

Nesse sentido, de acordo com Rabello (2011), uma grande ressignificação desse conceito surge no discurso de Paul Otlet, que ampliou o termo para suportes não escritos. Posteriormente, a amplificação do conceito de documento se dá através dos estudos de Briet (1951) ao defender que documentos são subjetivos, pois não nascem com o status de documento por si só, esse valor é atribuído posteriormente. Essa afirmativa ocasionaria uma revolução na área da Documentação.

No âmbito da Ciência da Informação, de acordo com Gugliotta (2017), “o documento é entendido tanto dentro de uma perspectiva tradicional como dentro de uma perspectiva inovadora, que permitiu pensá-lo a partir de uma perspectiva social”. Há uma preocupação seminal na resolução de uma problemática já conhecida: como otimizar e tornar eficiente a recuperação de informação.

Desta forma, o conteúdo dos documentos, ou seja, as informações contidas tornam-se mais valorizadas. Ainda, há de se pontuar o que afirma Gugliotta (2017, p. 320), no sentido de que “documentos nascem dentro de determinados marcos que os configuram e determinam quais serão suas características. Documentos são, portanto, dispositivos sociais”.

Assim, levando em consideração a discussão a partir do referencial teórico adotado acerca das diversas perspectivas sobre o conceito de documento e os estudos de Salcedo (2008, 2010, 2013), considera-se a documentação postal e filatélica enquanto texto, discurso, (exo)memória, documento, fonte de informação, artefato, vestígio, narrativa etc. Por fim, feita a discussão inicial acerca do referencial teórico que aporta essa pesquisa, na próxima seção contextualiza-se historicamente a Editora RHM, bem como o processo editorial do Catálogo de Selos do Brasil.

3 CATÁLOGO DE SELOS DO BRASIL: contextualização histórica e editorial

Existe uma visão equivocada sobre qual é a diferença entre uma fonte de informação produzida para o potencial usuário, seja ele quem for e independentemente do uso que fará da fonte, e a fonte de informação produzida para o potencial usuário com formação específica e que fará uso especializado da respectiva fonte.

Por exemplo, o Catálogo de Selos do Brasil, antes de ser uma fonte de informação produzida para o público em geral, mesmo que não exista impedimento para o seu manuseio por curiosos, tem como foco um potencial usuário específico: o colecionador de documentos filatélicos, popularmente conhecido como filatelista, bem como pesquisadores e estudantes de diversas e distintas áreas de conhecimento.

Além disso, esse catálogo é utilizado como obra de referência interinstitucional, no sentido que denotam Campello e Campos (1988), ao pressupor uma cooperação entre instituições, com objetivos em comum, que pode ocorrer de maneira formal ou informalmente. Neste caso, o catálogo brasileiro é utilizado por instituições nacionais e internacionais quando precisam de dados específicos que aparecem, unicamente, nessa obra de referência.

Os incrementos regularmente inseridos no catálogo brasileiro servem como guia para as atualizações anuais dos quatro catálogos filatélicos mundiais produzidos por empresas mundialmente reconhecidas nas práticas filatélicas, a saber: o norte-americano *Scott*, o francês *Yvert et Tellier*, o alemão *Michel* e o inglês *Stanley Gibbons* (CIVITA, 1986).

Dessa forma, as obras dessa natureza cumprem um papel social fundamental no tocante à disseminação e produção de conteúdo especializado, no sentido de que "[...] além de facilitarem as buscas dos usuários, contribuem para formar imagens da produção bibliográfica em determinada área do conhecimento, num período de tempo, num certo local e/ou distribuição num conjunto de bibliotecas" (BUFREM²², 1993, p. 5).

Não há dúvida de que, mesmo em tempo de conexão em rede ininterrupta e recuperação de informação automatizada, a secular prática de organizar

²²Essa autora realizou um estudo seminal que, em certa medida, ajuda no entendimento de como considerar os estudos bibliográficos em relação às políticas editoriais, sendo esse com enfoque sobre as editoras universitárias (BUFREM, 2015).

informações que estão caoticamente dispersas é salutar. Mas o que diferencia uma fonte de informação para qualquer potencial usuário e o potencial usuário especializado?

A partir dessa indagação vale ressaltar que uma fonte de informação indica a presença de duas possíveis facetas: de um lado pode haver uma pessoa ou instituição que produziu a fonte e, do outro lado, coexistir um potencial usuário, também, enquanto pessoa ou instituição.

Ainda, se por um lado o senso comum percebe tudo como uma fonte de informação, de um livro a um letreiro de ônibus, pelo outro, nas áreas da Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, uma fonte de informação será classificada de acordo com o tipo de registro e do suporte, mas, também, em relação ao conteúdo e ao seu contexto de produção, circulação e consumo.

É dessa premissa, de que uma fonte de informação tem um usuário como alvo, um potencial usuário especialista em alguma área, ou se preferir uma analogia “a cada livro seu leitor” (RANGANATHAN, 2009, p. 2), que fica objetivado o sentido de fonte de informação para àquelas áreas de conhecimento, ou seja, para além do senso comum.

Admitindo o que foi dito até aqui, em relação ao estudo científico das fontes de informação, é possível ampliar o debate e propor uma categorização de quatro características que indicariam o seu valor epistemológico: a sua materialidade, o seu conteúdo informacional, o objetivo de sua produção em certo regime de informação²³ e a transmutação midiática.

Isso, de forma alguma, elimina a divisão clássica, pré-existente e utilizada sobremaneira nas áreas de conhecimento que interessam ao debate, como por exemplo as fontes primárias, secundárias e terciárias, conforme debatido em Salcedo e Feitosa (2018). Na atualidade, as fontes de informação, a despeito de sua divisão clássica, não podem continuar sendo pensadas, unicamente, como centralizadoras ou núcleos de informação. O fato é que essas mesmas fontes, antes definidas e distintas por causa de certas idiosincrasias, hoje, assumem as formas e estruturas mais diversas.

²³ “Diferentes autores têm utilizado o termo regime de informação, como um dos recursos interpretativos para abordar as relações entre política, informação e poder” (GONZÁLEZ DE GOMÉZ, 2012, p. 50).

Podem ser encontradas em vários lugares ao mesmo tempo, bem como os potenciais usuários não são passivos em relação à produção de seus conteúdos. Ao contrário, eles também são produtores, incentivados a realizar conexões entre conteúdos dispersos: são os denominados prosumers, ou prosumidores, conceito tratado por Toffler (1980) e Primo (2007).

Outra maneira de considerar as fontes de informação a partir das categorias já mencionadas e de um ponto de vista amplo é sugerido por Gomes e Dumont (2015, p. 135): “[...] as fontes de informação são veículos potenciais que podem possuir uma determinada informação para um determinado sujeito para satisfazer uma determinada necessidade”, ou seja, para esses autores uma fonte de informação reduz incertezas e cria as condições de possibilidades da emergência de novos saberes.

Pois bem, se até aqui foi explorado o conceito de fonte de informação, então cabe elucidar sobre a obra de referência, um gênero específico de fonte de informação. Enquanto fontes de informação do tipo secundária, as obras de referência são destinadas à consulta de informações específicas sobre determinado assunto ou tema.

Elas podem ser consideradas, também, instrumentos de disseminação de informação, visto que ajudam ao pesquisador em seu fazer científico. São produzidas com a finalidade de uso pontual e recorrente. Uma de suas prioridades é facilitar a localização e recuperação da informação. Isso ocorre por conta dos processos de tratamento e organização das informações, geralmente, extraídas de fontes primárias. Enfim, é sobre o catálogo RHM, entendido enquanto um tipo de obra de referência, que versará a próxima seção.

3.1 HISTÓRICO DA RHM E ASPECTOS EDITORIAIS

Em 1937 surge a primeira edição do então “Catálogo Bandeirante”, como foi chamado até o ano de 1948. De autoria do Dr. F. Schiffer, Dr. Leo Mandau e Martial Martins, posteriormente, passou a ser intitulado “Catálogo Schiffer”. Foram publicadas 33 edições até que o catálogo foi adquirido pelo filatelista e comerciante filatélico Rolf Harald Meyer (RHM), alemão radicado no Brasil, no ano de 1975. Desde então, a obra é conhecida como “Catálogo de Selos do

Brasil” ou “Catálogo RHM” (terminologia utilizada popularmente no campo do colecionismo filatélico nacional e internacional).

Vale ressaltar que após adquirido pela RHM, o catálogo passou por um processo de amadurecimento e predominância em relação aos outros catálogos brasileiros. Incorporou os catálogos Martial Dias (1941 a 1944) e Bandeirante (1937 a 1944) e tornou-se a obra de referência da área da Filatelia Brasileira, tanto nacional quanto internacionalmente, ao servir de fonte para os catálogos mundiais.

Considerados os fatos que aludem aos processos comerciais e editoriais das empresas supracitadas, se justifica o escopo temporal da pesquisa, como explicado na Introdução, que ficou entre 1975 e 2019. Dessa forma, foram analisadas as 30 edições do Catálogo de Selos do Brasil RHM incluindo duas edições especiais. Nesse estudo foi possível analisar historicamente as mudanças ocorridas e o contínuo aperfeiçoamento do catálogo, com a inserção crescente da documentação filatélica.

A obra apresenta uma série de notas históricas e informações pontuais sobre o processo de estruturação e editoração que auxiliaram a elaboração da cronologia abaixo (ver quadros 3 e 4). Knapp (1986) entende o conceito de editoração enquanto processo de construção de um determinado livro, por meio de processos distintos, que englobam desde a entrega do manuscrito até a sua distribuição final. O processo de editoração inclui “o conjunto de teorias, técnicas e aptidões artísticas e industriais destinadas ao planejamento, feitura e distribuição do produto editorial final” (DUMONT et al., 1979, p. 156).

As especificidades de cada processo editorial podem variar de acordo com o método de trabalho dotado por cada editora. Contudo, Knapp (1986) indica cinco etapas principais para que as ideias de um autor tornem-se produto consumível no mercado editorial, a saber: 1) os originais ou manuscritos; 2) a revisão; 3) a diagramação, ou organização do texto do livro de acordo com o formato e projeto gráfico planejado; 4) a aprovação ou revisão final; 5) a impressão, que inclui uma impressão de prova para a capa e para o miolo, para conferir se está tudo certo e evitar erros em todas as unidades da tiragem planejada.

Ferreira (2017) inclui ainda o design de capa²⁴, que trata da produção dos elementos que constituem a capa completa de um livro, incluindo capa, contracapa, lombada e orelhas. Até o século XVII os livros eram vendidos em cadernos soltos até para serem encadernados por quem o obtivesse. As edições em brochura, que eram as mais baratas, surgiram no século XIX.

De maneira geral, no que concerne à diagramação de uma obra, inclui-se o conjunto de técnicas e procedimentos utilizadas para melhor estruturar e distribuir os elementos gráficos no espaço das páginas, para tornar a experiência de leitura agradável. Ainda nesta etapa é escolhido o estilo de cabeçalho e cabeço²⁵, a paginação, os títulos e os subtítulos, notas de rodapé, divisão textual em laudas, página capitular, tipografia etc.

É possível perceber o padrão²⁶ adotado pela RHM a partir do quadro abaixo, que elenca os dados referentes à diagramação e impressão dos Catálogos RHM em ordem cronológica de suas edições.

²⁴ Encontram-se anexas todas as capas dos catálogos RHM publicados entre 1975 e 2019.

²⁵ Título do livro ou do capítulo (por convenção, nas páginas ímpares) e nome do autor (nas páginas pares). Elemento de navegação; usa-se para orientar o leitor.

²⁶ Existem padrões pré-estabelecidos pelas editoras para impressão de um livro. De acordo com Ferreira (2017), geralmente as medidas adotadas são: **14x21 cm**: possibilita melhor aproveitamento do papel, o que o torna o formato mais econômico; **16x23 cm**: formato mais indicado para livros com maior quantidade de páginas; **21x28 cm**: ideal para revistas ou livro maiores e com maior volume de conteúdo; **Livro de bolso**: indicados para publicações mais econômicas.

Quadro 3 - Cronologia das edições RHM

	DIAGRAMAÇÃO				IMPRESSÃO		
	ANO	EDIÇÃO	PÁGINAÇÃO	PREÇO SUGERIDO	COLORAÇÃO	DIMENSÕES ²⁷	ENCADERNAÇÃO
1	1975	33°	237 p.	Cr\$ ²⁸ 100,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
2	1976	34°	274 p.	Cr\$ 135,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
3	1977	35°	308 p.	Cr\$ 195,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
4	1978	36°	329 p.	Cr\$ 240,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
5	1979	37°	349 p.	Cr\$ 360,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
6	1980	38°	355 p.	Cr\$ 580,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
7	1981	39°	365 p.	Cr\$ 950,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
8	1982	40°	375 p.	Cr\$ 2.400,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
9	1983	41°	386 p.	Cr\$ 6.000,00	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
10	1984	42°	397 p.	Cr\$ 16.500	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
11	1985	43°	407 p.	Cr\$ 60.000	P&B	14 X 21 cm	BROCHURA
12	1986	44°	453 p.	CZ ²⁹ \$ 220,00	COLORIDO	14 X 21 cm	BROCHURA
13	1987	45°	483 p.	-	COLORIDO	14 X 21 cm	BROCHURA
14	1988	46°	489 p.	-	COLORIDO	14 X 21 cm	BROCHURA
15	1989	47°	v.1, 287 p. v.2, 230 p.	-	COLORIDO	14 X 21 cm	BROCHURA
16	1990	48°	v. 1 287 p. v.2 ,256 p.	-	COLORIDO	14 X 21 cm	BROCHURA
17	1994/ 95	49°	v.1, 144 p. v.2 ,400 p. v.3 ,309 p. v.4 ,112 p.	-	COLORIDO	14 X 21 cm	BROCHURA
18	1996/ 97	50°	120 p.	-	P&B	17 X 24 cm	BROCHURA
19	1998	51°	143 p.	-	P&B	17 X 24 cm	BROCHURA
20	1999	ESPECIAL	433 p.	-l	COLORIDO	17 X 24 cm	CAPA DURA
21	2001	52°	170 p.	-	COLORIDO	17 X 24 cm	BROCHURA
22	2003	53°	195 p.	-	COLORIDO	17 X 24 cm	BROCHURA
23	2004	54°	259 p.	-	COLORIDO	17 X 24 cm	BROCHURA
24	2005	55°	160 p.	-	P&B	17 X 24 cm	BROCHURA
25	2008	56°	357 p.	-	COLORIDO	17 X 24 cm	BROCHURA
26	2010	57°	430 P.	-	COLORIDO	17 X 24 cm	BROCHURA
27	2013	58°	600 p.	-	COLORIDO	17 X 24 cm	BROCHURA
28	2013	ESPECIAL	136 p.	-	P&B	17 X 24 cm	BROCHURA
29	2016	59°	V. 1, 355 p. V.2, 317 p.	-	COLORIDO	17 X 24 cm	CAPA DURA
30	2017	60°	344 p.	-	COLORIDO	17 X 24 cm	BROCHURA
31	2019	61°	768 p.	-	COLORIDO	18 x 25 cm	CAPA DURA

Fonte: dados de pesquisa (2019)

²⁷ Medidas arredondadas.

²⁸ O cruzeiro foi a moeda que circulou no Brasil entre 1942 e 1967, 1967 e 1986, e novamente entre 1990 e 1993. Em 1942, o real foi substituído pelo cruzeiro a uma taxa de 1 mil réis = 1 cruzeiro. O primeiro cruzeiro foi nomeado Cruzeiro Antigo, tinha o símbolo Cr, o código ISO 4217 BRZ, e foi subdividido em 100 centavos.

²⁹ Em 1986, o cruzado brasileiro substituiu o segundo cruzeiro a uma taxa de 1.000 cruzeiros novos = 1 Cruzado. Esta moeda tinha símbolo Cz\$, código ISO 4217 BRC, e foi subdividido em 100 centavos. Este foi o último ano em que o Catálogo RHM apresenta preço sugerido de capa.

É evidente que nas edições publicadas entre 1975 e 1995 a RHM optou por um padrão de impressão mais econômico (14x21cm), enquanto que a partir da edição seguinte (50º) adotou-se um formato de impressão ainda maior que o indicado para obras com mais páginas. O fato curioso é que as edições impressas em formato maior, não necessariamente possuem maior número de páginas, que variam entre 120 e 600, e incluem edições simplificadas.

Levando em consideração o universo do livro impresso, é preciso reconhecer, ainda, os principais tipos de acabamentos. A encadernação, ou empastamento, é a forma de revestimento que cobre o miolo³⁰ do livro. Existem três técnicas que são mais recorrentes na produção editorial, a saber: a) Brochura - encadernação simples, na qual os cadernos são cosidos ou colados na lombada de uma capa mole. Esse é o formato mais comum, com a lombada quadrada; b) Grampo - é o formato ideal para publicações com poucas páginas e acabamento em estilo revista; c) Capa dura - formato mais caro e não flexível. Utilizada em edições especiais.

Majoritariamente, o Catálogo RHM é encadernado com brochura. As únicas exceções no decorrer de suas edições, são: a edição especial do Catálogo Enciclopédico de Selos e História Postal do Brasil e a 59º edição do Catálogo RHM, publicado em dois volumes, no ano de 2016, 3 anos após a edição anterior.

Um dado quantitativo e editorial interessante é a relação entre o ano de publicação da obra e sua edição. As publicações elencam todo o material produzido até o ano anterior. Por exemplo, se o ano é 1976 significa que ilustra os selos até o ano anterior (1975), pois as emissões no Brasil são anuais, assim como as edições dos catálogos.

Percebe-se ainda que número de páginas é crescente na história desta obra de referência nacional. Isso se dá justamente pelo acréscimo da produção do ano anterior além da inserção de novos materiais filatélicos, como a inclusão de variedades, bilhetes postais, carimbos do império, folhinhas etc.

Até o ano de 1986, cada edição do catálogo apresenta preço de capa sugerido pelos editores, conforme indicado no quadro acima. A partir da 45º edição essa informação não é mais incluída. Tradicionalmente, os editores

³⁰ Conjunto de folhas que constituem o interior de um livro ou publicação.

estabelecem o preço de capa em suas publicações e esta prática está diretamente relacionada aos direitos autorais³¹.

Nesse sentido, para Nardon (2010, p. 7),

assim como todas as obras intelectuais, de modo geral, o livro tem um custo de produção proporcionalmente muito maior que o custo de reprodução em um suporte material, o papel, no caso do livro. De fato, o processo de escrita da obra pode ter um custo significativo e exigir apoio financeiro. Esse apoio geralmente é concedido pelas editoras na forma de antecipação dos direitos autorais (10% do preço de capa).

Por sua vez, Lindoso (2011), a ideia de preço fixo foi pensada inicialmente na França e funcionou como uma defesa das livrarias de pequeno porte contra a concentração de capital, tanto no mercado das livrarias quanto das editoras. Esse movimento fez com que as condições de concorrência sofressem modificações importantes. As variações de preço passaram a depender de outros fatores, como, por exemplo, a variedade da oferta e os serviços.

Prossegue esse autor apontando que os editores

vendem o livro para distribuidores e livrarias com o desconto, que é a margem de comercialização, que é sempre maior para as distribuidoras e para as grandes redes. Estas (todos os livreiros) definem o preço que cobram dos seus clientes, que pode ou não ser o “preço de capa” dos editores. Evidentemente (...) as livrarias independentes, com descontos menores, não conseguem concorrer com as grandes cadeias, e perdem vendas por isso. (LINDOSO, 2011, n. p.)

Ao publicar uma obra, as editoras têm que lidar com os custos fixos e variáveis de produção. Um das dificuldades das editoras, senão a maior, é justamente não ter controle sobre sabe qual será a reação do consumidor em relação a um produto, pois de acordo com Barcellos (2010, p. 320) “é em meio a incertezas que autor e editor põem em circulação a produção intelectual disponível e/ou demandada pelos leitores”.

Por isso, a cada título publicado há uma busca pelo retorno mínimo de investimento e isso está diretamente relacionado com o valor de capa, que pode ou não ser o valor de comercialização pelas livrarias. “Numa análise mais simples, o preço de venda de um livro nada mais é que o resultado da equação custo-gráfico-editorial versus tiragem” (DUMONT et al., 1979, p. 167).

³¹ Segundo Goulart (2009, p. 9), “os direitos autorais são um tipo especial de Direito previsto na Constituição Federal e em leis especiais é que tais direitos existem para proteger todo tipo de obra intelectual, inclusive as artísticas e científicas, além das literárias”.

Dessa forma, o cálculo final do livro, ou preço de capa, é uma multiplicação, em média, por cinco vezes o custo de produção de cada exemplar. “Diante de tantos gastos e riscos, esse fator multiplicador aparentemente alto é o que garante segurança mínima à atividade editorial” (NARDON, 2010, p. 8).

Os custos fixos são os de sua estrutura (pessoal, armazenamento, custos administrativos etc.) e os variáveis, relacionados com cada título, são o adiantamento de direitos autorais (amortizados progressivamente pelo contratado percentualmente sobre o preço de capa), custos de editoração, impressão e distribuição (LINDOSO, 2011, n. p.).

O Catálogo RHM é uma obra reeditada pela editora anualmente ao compilar atualizações referentes às peças filatélicas catalogadas. Por se tratar de uma reedição³², alguns custos podem ser reduzidos, o que pode gerar bons percentuais de lucro para a editora e o autor.

Em relação ao produto livro, algumas opções editoriais podem reduzir os custos. A escolha do tipo de papel, a forma de compra e o posterior aproveitamento dele, o planejamento de coleções com otimização de capa, a impressão com cadernos bem calculados, o formato, o cálculo preciso da tiragem etc. (BARCELLOS, 2010, p. 324).

Uma outra problemática é apontada por Dumont et al. (1979, p. 160), ao tratar da instabilidade do mercado consumidor. Há oscilações de acordo com “as variações de interesses, modismos, abertura de novos campos, publicidade, reformas etc.” O autor indica ainda que o mercado é quem vai definir os “enfoques prioritários no momento de criação”.

No caso da RHM, a produção do Catálogo atende a um nicho específico, o que ameniza os impactos da instabilidade no mercado editorial. “Ao reunir títulos que versem sobre temas afins ou que contemplem um assunto que venha a ser desenvolvido sob olhares distintos” as editoras nutrem “coleções que fidelizam o cliente e oferece um leque de leituras direcionado” (BARCELLOS, 2010, p. 320).

Conforme indicado no quadro acima, no ano de 1986 é publicado o primeiro catálogo colorido (policromático), mas unicamente até as páginas antes dos selos do tipo comemorativo, majoritariamente os selos emitidos no Brasil imperial. Vale ressaltar que, em algumas edições, os catálogos são também

³² Barcellos (2010) aponta que reedições apresentam bons percentuais de reimpressão para pequenas e médias editoras. Segundo a autora, “como reedição, considera-se o livro que teve em seu conteúdo algum tipo de alteração, por exemplo, livros universitários revisados e atualizados” (BARCELLOS, 2010, p. 322).

chamados pela editora de 'anuários'. Essa diferença terminológica faz-se relevante ao considerar que na Ciência da Informação, especificamente na Biblioteconomia, estes conceitos não são utilizados enquanto sinônimos, apesar de ambos serem considerados como obras de referência.

Analisemos então os verbetes 'anuário' e 'catálogo' no Dicionário Brasileiro de Biblioteconomia e Arquivologia:

Anuário: publicação seriada editada uma vez por ano, abrangendo assuntos, notícias e eventos gerais, especializados ou técnicos. Eventualmente, em português, emprega-se a expressão 'anuário técnico' quando os assuntos, as notícias e os eventos são exclusivamente técnicos. Com raras exceções, os anuários sempre abrangem campos restritos ou áreas geográficas específicas, mas, em alguns casos, podem incluir áreas diversas.

Catálogo: documento secundário que registra e descreve documentos (itens, reunidos permanentemente ou temporariamente. Lista ordenada dos itens existentes numa coleção pública ou particular. Documento que relaciona de forma metódica, localizando-os, pessoas, coisas ou itens de uma coleção. Instrumento de pesquisa que fornece a descrição peça a peça de tipos de documentos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 18 e 71).

Para além da anuidade de publicação e especificidade da obra, considerando-se os sistemas de classificação documental e categorizações que foram empregados no catálogo ao longo de suas edições, bem como a representação descritiva e temática da documentação elencada, considera-se neste estudo o Catálogo de Selos do Brasil, para além de uma marca, um catálogo, ao constatar que seu conteúdo e estrutura extrapolam a definição de 'anuário'.

Feito o levantamento inicial de dados quantitativos e qualitativos referentes à análise estrutural das edições, serão elencadas as mudanças ocorridas no sistema de organização do Catálogo. Estas informações aparecem desassociadas nas apresentações de edições distintas a cada publicação, na seção a seguir.

3.2 EDIÇÕES DE 1975 A 1986

No primeiro recorte, estão as edições de 1975 até 1986. O Catálogo RHM, publicado em 1975 (33ª edição) é editado pela primeira vez em conjunto, pelo Dr. Francisco Schiffer e Rolf Harald Meyer.

Nessa edição, os autores definem o Catálogo enquanto

repositório de dados sobre os selos postais do segundo país que, no mundo, seguiu as lições da reforma postal inglês, foi o terceiro a por em circulação o selo de correio e, primeiro, nas Américas... Longe de ser um simples preçário, é um guia para o colecionador, um assessor para o estudioso (SCHIFFER; MEYER, 1975, p. 3).

Os editores fazem menção à colaboratividade no que diz respeito a produção da obra, pois é recorrente o envio de sugestões, correções e novas descobertas dos colecionadores e filatelistas à equipe editorial. No entanto, há indicativos de que o catálogo obedece às normas de classificação pré-estabelecidas e que uma vez adotadas não podem ser constantemente modificadas, de modo que a inserção de novos materiais é feita de maneira controlada e não atende a todas as tendências dos colecionadores.

Justificam, ainda, ao considerar que a produção postal e filatélica deixou de ser “relativamente pequena”, de forma que se torna impraticável a inserção de toda e qualquer variedade, razão pela qual há uma prioridade para as “variedades realmente importantes, provenientes de emissões diferentes” (MEYER, 1981, p. 3).

No que diz respeito ao custo de produção, os autores justificam a necessidade de aumento no custo da obra, que inclusive foi produzida com uma “quota-de-sacrifício” e resistiu ao encarecimento de mais de 300% no valor do papel, sem contar com os custos e despesas com pessoal na indústria gráfica que, na época, afetava fortemente as produções.

A divisão das seções no catálogo é definida de acordo com a função de cada peça filatélica. A ordem das seções varia de acordo com cada edição, mas, em resumo, há uma preocupação com a ordem cronológica das emissões, assim como com a variedade das espécies documentais³³. São elencadas as seguintes categorias:

Império: inclui a coleção dos selos imperiais e abrange os selos ordinários, selos para jornais e selos para telegramas. Nesta seção, encontram-

³³ Aqui entende-se o conceito de espécie documental de acordo com as definições da Arquivologia. O documento de arquivo pode ser configurado de diferentes formas, de acordo com a sua disposição e a natureza das informações que nele estão contidas. Nomeia-se essa configuração enquanto espécie documental. São exemplos de espécies documentais: mapas, atas, bilhetes, cartas, discos, selos, filmes, fotografias, etc. Para Belloto (2002, p. 27) trata-se de um “Veículo redacional adequado, redigido e formatado de maneira que torne válido e credível o conteúdo do documento.”

se os primeiros selos postais brasileiros, os famosos “Olhos-de-Boi” (emitidos em 1843), “Inclinados”(1844), “Olhos-de-cabra”(1850) e “Olhos-de-Gato” (1854), além dos selos emitidos entre 1866 e 1884 que ora apresentam o busto de Dom Pedro II, ora reproduzem o símbolo da Coroa Imperial.

Figura 8 – Selos “Inclinados” de 1844



Fonte: (MEYER, 2016)

Ao descobrir que o selo poderia propagar seu prestígio no cenário político nacional e internacional, D. Pedro II não hesitou em permitir que inúmeras emissões focalizassem várias fases de sua vida. Assim, a partir de 1866, surgiram os primeiros selos estampados com o retrato do soberano. Alguns dos modelos desta série também foram os primeiros selos brasileiros picotados e a apresentarem o nome do país e sua unidade monetária, inovações que os aproximaram do padrão até hoje utilizado pelos selos postais de todo o mundo (CORREIOS, 2019, on-line).

Esses selos foram desmonetizados em junho de 1895, em consequência da proclamação da república em 1889.

República: inclui a produção dos selos regulares a partir de 1890 ininterruptamente até o ano anterior a cada edição.

Figura 9 – Alegoria da República (1891)



Fonte: (MEYER, 2016)

Na filatelia, os primeiros anos da República foram bastante difíceis: as deficiências da Casa da Moeda se faziam sentir dia a dia mais, sobretudo, por força de injunções políticas. Entre os anos de 1890 e 1905 é que surgem em maior quantidade as variedades, não só as gráficas, mas também de papéis e denteações. (SCHIFER; MEYER, 1975, p. 16)

Selos comemorativos, promocionais e beneficentes: elenca as emissões comemorativas desde 1900 até o ano anterior à edição de cada catálogo. Existe ainda as emissões especiais, que fogem ao planejamento das emissões anuais, mas são consideradas comemorativas.

Figura 10 – Cinquentenário da emancipação política da mulher brasileira (1983)



Fonte: (MEYER, 2016)

Em alguns casos, a obra não insere todas as peças emitidas no ano anterior, por conta da época de produção da obra. Nesse caso, em alguns catálogos há indicações da programação das próximas emissões até o fim do ano vigente, por exemplo, na edição de 1975 são compilados os selos comemorativos emitidos até agosto de 1974 e sinalizada a programação de emissões da ECT até dezembro de 1974 (ver figura 11).

Figura 11 – Página 182 da 33ª edição do Catálogo RHM

PROGRAMAÇÃO ATÉ 31.12.1974

↙

9.10.74	—	centenário da UPU - Cr\$ 2,50 (0,5) - CBO - SRB
16.10.74	—	cultura popular - (1,5) - CBO - SBR
		50 c. — literatura de cordel - BP
		50 c. — renda de bilro
		50 c. — cerâmica do Vitalino
		50 c. — rede de dormir
27.10.74	—	bicentário de Campinas (SP) - Cr\$ 0,50 (1,5) - CBO - SBR
10.11.74	—	animais brasileiros - (0,5) - CBO - SBR
		50 c. — boi Tabapuã - BP
		1,30 — cavalo crioulo
		2,50 — cão fila-brasileiro
11.11.74	—	inauguração da hidroelétrica de Ilha Solteira - Cr\$ 0,50 (1,00) - CBO - SBR
18.11.74	—	Natal-74 - Cr\$ 0,50 (2,0) - CBO - SBR - BP
26.11.74	—	5.ª Luprapex-74 - Cr\$ 1,30 (1,00) - CBO - SBR - BP
20.12.74	—	50.º aniv. do Juizado de Menores - Cr\$ 0,90 (1,5) - CBO - SBR
23.12.74	—	50.ª corrida pedestriana S. Silvestre - Cr\$ 3,30 (1,5) - CBO - SBR

— 182 —

Fonte: (SCHIFER; MEYER, 1975)

Selos para o correio aéreo: de acordo com Meyer (1975), o serviço aéreo foi criado em 1920 e dispôs de selos especiais e exclusivos a partir de 1927. O correio estabeleceu normas reguladoras que indicaram a obrigatoriedade, para as empresas particulares de serviço aéreo de correspondência, de emitir selos especiais que tivessem o objetivo de arrecadas as taxas e prêmios devidos, entre elas a *Condor Syndikat*, mais tarde substituída pela nacional Sindicato Condor, a ETA e a Varig. Inclui-se ainda o serviço feito por *Zeppelin*³⁴, por meio da empresa alemã *Luftschiffbau Zeppelin GmbH*.

³⁴ Dirigível cujo nome é uma homenagem ao Conde alemão Ferdinand Von Zeppelin, que foi pioneiro no desenvolvimento de dirigíveis rígidos no início do século XX.

Figura 12 – Selos Zeppelin (1930)



Fonte: (MEYER, 2016)

Os selos emitidos pelos correios estiveram em uso com caráter de exclusividade para o serviço até 1934. Pela portaria 15 (8-1-41), passaram a ser usados para qualquer espécie de correspondência... em 1970, a ECT modificou todo o sistema de correio aéreo de e para o país, dispensando o uso de selos especiais (MEYER, 1975, p. 183).

Selos para jornais: no ano de 1846 criou-se um selo do tipo “inclinado” para a franquia de jornais, mas já havia desde 1854 o hábito de usar selos exclusivos para serviços de remessas de periódicos. “Dado que estes, posteriormente, foram destinados à franquia geral, passaram os filatelistas a classificar, como especiais, somente certos selos de 1899 e 1900, criados... para uso de editores de jornais dentro do território nacional” (MEYER, 1975, p. 206)³⁵. O uso dessas peças filatélicas foi revogado em 1894.

Figura 13 – Selos “Cruzeiro do Sul” (1890)



Fonte: (MEYER, 2016)

³⁵ Um artigo interessante e inédito na pesquisa comunicacional brasileira relaciona, desde o ponto de vista da História da Imprensa brasileira, o uso dos selos postais para jornais e sua utilização nos jornais impresso, particularmente, no século XIX: ver Salcedo e Santana (2010).

Selos para correspondência oficial: peças criadas pela Lei nº 813 de 1901, utilizadas em 1906 e abolidos em 1920. Inclui 3 emissões: representações de Afonso Pena (1907), Hermes da Fonseca (1913) e Wenceslau Braz (1919). Foram utilizados em correspondências oficiais expedidas pelas autoridades e repartições estaduais e municipais. As correspondências endereçadas às autoridades e repartições federais estavam isentas destas taxas às quais tinham por objeto o serviço eleitoral, o serviço judiciário, criminal, os impressos concernentes aos serviços de higiene pública e estatística. Posteriormente, esses produtos foram liberados para comercialização com os colecionadores e filatelistas.

Figura 14 – Selos oficiais “1906, 1913 e 1919



Fonte: (MEYER, 2016)

Selos de taxa devida: selo que ao ser aplicado na correspondência circulada, indicava o valor pago pelo destinatário, para retirada da missiva, nos casos em que o remetente não o fazia ou sub-franqueava o documento, de forma que aplicava um porte de valor inferior ao necessário para a cobertura do percurso. A princípio, por determinação governamental, esses selos não podiam ser vendidos ao público. Posteriormente, foi liberada a aquisição, com carimboção prévia. Esses selos circularam no cenário postal entre 1890 e 1942.

Figura 15 – Selo de Taxa Devida (1923)



Fonte: (MEYER, 2016)

Selos de depósito: eram inseridos na segunda via de vales postais que circularam internamente entre o correio emissor e de destino. O valor facial indicava a quantia a ser paga ao beneficiário. Além deles, os vales postais porteavam selos ordinários, aéreos ou comemorativos, referente ao porte e custo de transferência. Essas peças deixaram de ser utilizadas em 1942.

Figura 16 – Campanha constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso (1932)



Fonte: (MEYER, 2016)

Selos para franquia telegráfica: após a invenção e utilização do telégrafo em 1852, os selos telegráficos passaram a ser regularizados e utilizados no Brasil em 1869, contudo não eram colados nos telegramas.

Figura 17 – Selo para porteamento telegráfico (1896)



Fonte: (MEYER, 2016)

Blocos e folhinhas: blocos filatéticos são emissões oficiais, com valor de franquia, feitas por meio de um folheto com um ou mais selos. Os blocos podem ser usados no conjunto, assim como destacados da folha e são emitidos até os dias atuais. Dessa forma, os selos dos blocos são catalogados tanto isoladamente, como na forma de bloco comemorativo.

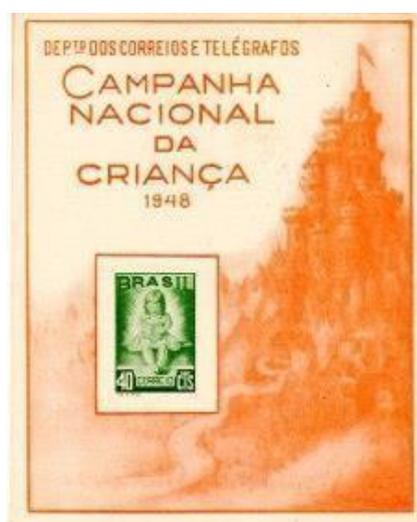
Figura 18 – Bloco filatético (1972)



Fonte: (MEYER, 2016)

Já as folhinhas filatéticas, são folhetos caracterizados por venda ao público, com ou sem selos e sempre ilustrados com dizeres alusivos à sua emissão. Não pode ser utilizada para franquia de missivas postais.

Figura 19 – Folhinha autorizada “Campanha nacional da criança”



Fonte: (MEYER, 2016)

O correio chegou a autorizar que, em folhinhas emitidas por entidades não-postais fossem impressas indicações como “Departamento dos Correios e Telégrafos” e outras, mas, em vista de abusos, pelas Portarias 452/49 e 2557/64, acabou por determinar que somente a ele competia emitir “folhinhas filatéticas comemorativas para fins filatéticos”. Assim, todas as demais são particulares. (MEYER, 1976, p. 248)

Assim, o catálogo classifica as folhinhas filatéticas em duas categorias: ‘oficiais’ e ‘autorizadas’ pelo poder postal competente. Foram emitidas folhinhas oficiais de 1945 a 1966 e folhinhas autorizadas entre 1940 e 1949.

Figura 20 – Folhinha oficial “Vitória das nações aliadas” (1945)



Fonte: (MEYER, 2016)

Ao longo das publicações, os editores indicam o anseio de uma ampliação recorrente de cada categoria, com a pretensão de manter uma regularidade anual ao implementar os novos estudos, setor por setor, exemplificados no infográfico abaixo (ver quadro 3).

Dessa forma, até 1990 foram incluídas anualmente e ininterruptamente as novidades do ano anterior e atualizações das cotações³⁶. Em 1976 houve ampliação dos olhos-de-boi incluindo as cotações das sobrecartas. Na edição de 1977 apresenta-se uma classificação dos carimbos sobre os olhos-de-boi.

O decreto nº 255 de 29.11.1842 que introduziu o selo postal adesivo no Brasil como pagamento antecipado obrigatório dos portes, a partir de 01.08.1843, criou também carimbos especiais para a obliteração dos selos, com data móvel, ou lugar para a colocação da data à tinta. Além desses carimbos confeccionados por ordem das administrações

³⁶Essas cotações são baseadas no mercado filatélico, representado pelos resultados de leilões e pelas ofertas de compra e venda, feitas por colecionadores e comerciantes, sendo evidentemente, válidas para a época de emissão do catálogo (MEYER, 1981, p. 1).

dos correios das províncias, foram utilizados os carimbos primitivos de identificação da era pré-filatélica, geralmente legendas, com ou sem cercadura, que encontramos também nos precursores. (MEYER, 1977, p. 19)

Ainda, na mesma edição inclui-se uma classificação dos selos da República, incluindo algumas variações de cores e denteações, informações importantes no universo filatélico. Na edição de 1979 inclui-se uma classificação especializada dos selos de Dom Pedro II, impressos na American Bank Note Co., em Nova York. Para Meyer (1979), a inclusão dessa nova catalogação interessa aos colecionadores dos selos “cabeça do imperador”, selos imperiais que retratam o busto de Dom Pedro II. Na edição seguinte (38°), acrescenta-se uma catalogação especializada da série Vovó, filigrana Casa da Moeda, 1921 a 1928, da série Vultos Célebres, 1954 a 1964.

A 39° edição, publicada em 1981, incorpora mudanças significativas na estruturação geral do catálogo. Na obra, o autor expõe uma preocupação com o entendimento da organização geral do catálogo pelo público, perceptível no trecho abaixo.

Os selos ou peças filatélicas aparecem em seções, segundo a sua finalidade postal. A numeração é cronológica, não interrompendo-se, entretanto, as séries e emissões. Após o número, encontra-se o valor nominal do selo, a cor, ou a descrição da estampa. Segue-se em alguns casos, a data de emissão, a tiragem, ou uma letra correspondente aos selos com o mesmo desenho, mas de valor nominal diferente. Outras indicações são mencionadas em cada emissão. (MEYER, 1981. p. 1)

As informações presentes em cada peça filatélica variam de acordo com a espécie documental e a função social de cada peça. Como, por exemplo, os selos comemorativos, que conforme discutimos anteriormente em Feitosa e Salcedo (2019, p. 243), devem constar em sua interface documental “três elementos verbovisuais... conforme um padrão normativo internacional: motivo da emissão, valor facial e nome do país ou da instituição emissora”. Dessa forma, os padrões adotados para cada catalogação são válidos ao considerar cada categoria.

Em 1984, o Catálogo RHM inclui um artigo comemorativo em homenagem aos 140 anos de surgimento dos selos inclinados. Essas peças substituíram os selos Olhos-de-Boi, mas também tiveram um curto tempo de uso. Surgiram por conta de “um ofício enviado ao Diretor dos Correios, pelo então Inspetor da

tesouraria de Sergipe, que reclamara da facilidade que havia em se reutilizar os selos já servidos... causando assim a diluição da renda pública” (MEYER, 1984, p. 5). Dessa forma, os selos foram impressos em um formato menor e papel mais fino, com uma cola específica, de forma que dificultasse a sua reutilização.

A 43ª edição, publicada em 1985 comemora uma alta na temporada filatélica entre 1984 e 1985. O autor cita um saldo positivo e promissor, proveniente das demandas dos colecionadores e filatelistas, que passaram a supervalorizar algumas peças, como por exemplo os selos para franquia telegráfica, as séries Vovó e Netinha, bem como peças de correio aéreo, da Varig, Condor e ETA.

Nessa edição, Meyer (1985, p. 1) inclui um “suplemento profissional”, que apresenta as cotações dos selos mais importantes em Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN”s)³⁷, com a intenção de revelar ao colecionador “o valor intrínseco do selo”, na tentativa de reduzir a evasão de peças para fora do Brasil.

Em detrimento do aniversário de 35 anos da Empresa RHM e dos 125 anos de emissão dos selos de 280 e 430 réis de porte internacional, o Catálogo RHM apresenta na edição de 1986 um novo estudo dos selos imperiais e reproduz pela primeira vez as peças em suas cores originais.

Figura 21 – Sobrecarta com “franquia mista” enviado de Porto Alegre à Genova-Itália



Fonte: (MEYER, 1986, p. 16)

³⁷ Correção monetária instituída em 1964, pela Lei nº 4.357/64 e extinta em fevereiro/86, pelo Decreto-Lei nº 2.283, de 27.02.1986.

Inclui, entre outras, definições de sobrecartas, envelopes, impressos e jornais franqueados; além de tabela de ocorrência das peças imperiais, cotações dos selos Olhos-de-Boi e dos selos inclinados.

Quadro 4 - Infográfico Catálogo RHM 1975-1986



Fonte: Adaptado de (MEYER, 1995).

3.3 EDIÇÕES DE 1987 A 1999

Os catálogos publicados em 1987 e 1988 seguem o padrão adotado na 44ª edição, contudo a publicação de 1987 inclui, além de outras atualizações, os Inteiros Postais produzidos no Brasil Império. Para Meyer (1987) esses documentos podem ser envelopes, bilhetes postais³⁸ que podem ser simples ou duplos contendo a resposta do remetente, carta-bilhetes³⁹, cintas⁴⁰ etc. emitidos pela ECT, de forma que já contenham impresso o valor de porte em selo ou uma indicação de pré-franqueamento.

Figura 22 – Bilhete postal do Rio de Janeiro para a Filadélfia/EUA (1889)



Fonte: (MEYER, 1987, p. 62)

Em 1989 (47ª edição), o catálogo de selos do Brasil é editado em dois volumes pela primeira vez. Uma curiosidade é que o segundo volume foi publicado em 15 de junho de 1989, enquanto o volume I foi publicado apenas no segundo semestre de 1989. Nos padrões Real e Cruzeiro, o volume I apresenta a produção de 1843 a 1967. Já o volume II elenca a produção entre 1967 e 1988, nos padrões Cruzeiro Novo e Cruzado.

A edição seguinte, aparentemente, segue a mesma estrutura da anterior, contudo, existe um detalhe curioso. O volume I da 48ª edição nunca foi efetivamente produzido. A editora optou por utilizar o volume I da edição anterior, com os padrões monetários real e cruzeiro dos selos emitidos entre 1843 e 1967,

³⁸ Posteriormente denominados de Cartões Postais.

³⁹ Trata-se de um cartão postal dobrado e fechado, com o intuito de manter a discrição documental.

⁴⁰ São faixas de papel com o objetivo de envolver remessas de jornais e impressos.

para compor a 48ª edição. Dessa forma, somente o segundo volume foi impresso em 1990 complementando o volume anterior com os selos de 1967 até 1990. Neste volume, adotam-se os padrões monetários cruzeiro novo, cruzado, cruzado novo e cruzeiro, contudo as cotações são expressas, pela primeira vez, em Unidades Filatélicas (UF)⁴¹.

Um outro ponto interessante é que, considerando o recorte temporal desta pesquisa, pode-se perceber que a partir de 1990 houve uma ruptura da sequência anual de edição do catálogo, sendo a próxima edição (49ª) lançada somente 3 anos depois. Esse declínio pode indicar que o cenário político e econômico brasileiro nesta época repercutiu na prática filatélica nacional.

Conforme indicam Brito e Mendes (2004), a década de 1990 foi denominada por parte da literatura econômica como "década perdida". Alguns economistas afirmam que os motivos desse comportamento podem ser explicados como consequências inevitáveis da irresponsabilidade governamental de períodos anteriores e de decisões tomadas no âmbito da definição da política econômica interna⁴².

A supremacia crescente do mercado, do financeiro e do privado sobre o público contribuiu para esse quadro. Destaca-se ainda a inserção brasileira no processo das reformas neoliberais, bem como o processo de privatização ao longo desses anos.

Em novembro de 1993 é lançado o volume I da 49ª edição, com a classificação, em 144 páginas, das Cartas Pré-Filatélicas, a partir de 1798, e dos selos e Inteiros Postais do Império até 1890. Em 1994 (ano da 49ª edição), assume a empresa RHM o filho de Rolf Harald Meyer, Peter Meyer, um dos maiores especialistas em olhos-de-boi e documentos postais do período imperial brasileiro.

Neste ano, são lançados os outros 3 volumes da edição vigente. O volume II classifica, em 400 páginas, os selos de 1890 (Os Cruzeiros) até 1967 com os padrões monetários real e cruzeiro. O volume III classifica, em 310 páginas, os selos de 1967 até 1993 com os padrões monetários cruzeiro (novo), cruzado

⁴¹ "A Unidade Filatélica é um padrão equivalente, na data base de 30 de janeiro de 1991, a duzentos e trinta cruzeiros" (MEYER, 1990, p. 3).

⁴² Artigo importante nesse sentido alude a relação direta entre os selos postais, seus motivos de emissão e a realidade político-econômica no período entre 1953 a 1963 no Brasil, a saber: Salcedo e Menezes (2017).

(novo), cruzeiro e cruzeiro real. O volume IV classifica, em 112 páginas, os Inteiros Postais do Império e República.

As duas edições seguintes (50° e 51°) são publicadas em formato simplificado em volume único. Em 1999 é lançado o Catálogo Enciclopédico de Selos e História Postal do Brasil, edição especial, numerada e rubricada pelo editor.

Quadro 5 - Infográfico Catálogo RHM 1987-1999



Fonte: adaptado de (MEYER, 2001)

3.4 EDIÇÕES DE 2001 A 2019

A edição emitida em 2001 inclui novidades: uma seção independente para os Bilhetes Postais, incluindo as emissões do Brasil republicano, tanto simples quanto duplos. Por se tratar de uma edição simplificada, há alterações na organização e agrupamento dos documentos, contudo atendendo ao desejo dos colecionadores, a RHM não alterou o a numeração de classificação.

A partir de 1943, os selos regulares foram agrupados em cada ano, por série. O conjunto dos selos regulares foi intercalado na data do selo mais antigo emitido no respectivo ano. Quando a data de um selo ou de uma série posterior a 1943 é desconhecida, apresentamos a série regular no início do respectivo ano. (MEYER, 2001, p 2)

Na edição seguinte (53°), são inclusas mais variedades comemorativas e dos Inteiros Postais. A 54° edição, publicada em 2004, inclui os Envelopes de Primeiro Dia e Máximos Postais. No Máximo Postal, o desenho do cartão é idêntico ao do selo sobreposto e ao carimbo comemorativo.

Figura 23 – Máximo Postal (Tucano-de-bico-verde) 1983



Fonte: (MEYER, 2004, p. 218)

Um FDC (*First Day Cover* ou Envelope de Primeiro Dia) é uma peça filatélica constituída por três elementos: o envelope com etiqueta ou desenho (*cachet*⁴³), o selo e carimbo de primeiro dia de circulação ou comemorativo, ou até mesmo ambos. Foram emitidos pelos Correios até 1997, com desenhos alusivos aos selos emitidos.

⁴³ Na filatelia, um *cachet* é um desenho ou inscrição que pode ser impresso ou carimbado, além de um cancelamento ou frete pré-impresso, em um envelope, ou cartão postal para comemorar um evento. Existem *cachets* oficiais e privados. Eles podem ser produzidos usando métodos distintos, como por exemplo desenho ou pintura diretamente no envelope, serigrafia, impressão em bloco, litografia, gravação, impressão a laser, anexo de fotografias etc.

Figura 24 – FDC (série animais brasileiros) 1974



Fonte: (MEYER, 2004, p. 202)

Nesta edição do catálogo há uma particularidade no que diz respeito a cronologia das emissões. Quebrando a lógica adotada até então, pela primeira vez o Catálogo RHM inclui documentos emitidos no ano de sua publicação, a exemplo dos selos comemorativos emitidos em janeiro e fevereiro de 2004, bem como dos blocos comemorativos emitidos em janeiro e junho do mesmo ano. Essa inclusão parcial, pode estar relacionada ao período de diagramação e publicação do Catálogo RHM, visto que foram inclusas peças apenas do primeiro semestre.

Na 55ª edição, publicada em 2005, o catálogo é chamado pelo autor de “Guia de Preços dos Selos do Brasil, impresso em preto e branco e formato simplificado. Uma publicação econômica e útil que pode indicar dificuldades na linha de produção da RHM. Nos anos seguintes, 2008 e 2010, o catálogo volta a ter sua diagramação padrão, colorido e quase completo, com inclusão dos envelopes de primeiro dia, máximos postais, os pré-filatélicos e algumas variedades, além de uma classificação detalhada da prática filatélica até 1943.

Em 2013, ano em que completa 70 anos de existência, o Catálogo RHM se apresenta em uma de suas versões mais completas, com todas as peças anteriores e inclusão das sobrecartas anteriores ao advento do selo postal. Posteriormente, na edição de 2016, a RHM investe numa edição mais elaborada, produzida em dois volumes e capa dura. O volume I classifica as peças emitidas até 1942, incluindo os pré-filatélicos, e o volume II elenca a produção de 1943 até 2015. A edição seguinte, lançada em 2017, foi impressa em um formato

simplificado e sem inclusão de novas categorias ou classificações. Em 2019 é lançada a edição mais recente do Catálogo RHM (61°), com nova diagramação e diversas inclusões. Foram inseridos os Telegramas Sociais de Natal, Cotações das filigranas de sutura nos Dom Pedros, revisão nos autômatos e nas variedades, nova classificação do 60 réis Inclinado, nova diagramação em duas colunas nos selos de 1953 em diante, além de um capítulo para os selos aéreos apresentados de forma única no final do catálogo.

Quadro 6 - Infográfico do Catálogo RHM 2001-2019



Fonte: adaptado de (MEYER, 2016).

Para além da publicação sequencial dos Catálogos de Selos do Brasil, ou seja, do ponto de vista bibliográfico uma série periódica ininterrupta de atualização de preços, documentos filatélicas e representações temáticas, a editora RHM sedimenta sua marca editorial no colecionismo por meio de outros dois lançamentos relevantes e que não, apenas, indicam o acúmulo de experiência e notório saber do editor, mas, principalmente, de contínua expansão do mercado de coleções, a saber

O Catálogo Enciclopédico de Selos e História Postal do Brasil: das origens à 1890, obra rara e única no cenário nacional e internacional publicada em 1999. Trata de uma edição especial numerada, de mil exemplares rubricados pelo organizador e editor Peter Meyer. Esta edição classifica as cartas pré-filatélicas e os selos postais, fiscais, provas, bem como os inteiros postais do Brasil Império. Um detalhe interessante é que a edição especial comemora os 500 anos do Descobrimento do Brasil. Dessa forma, a capa artística apresenta a primeira página da carta de Pero Vaz de Caminha, a primeira peça filatélica Luso-Brasileira, que completou 200 anos em 1998, a primeira peça Lusitana e a única sobrecarta completa com toda a série dos “Olhos-de-Boi”.

Figura 25 - Imagens da capa artística do Catálogo enciclopédico



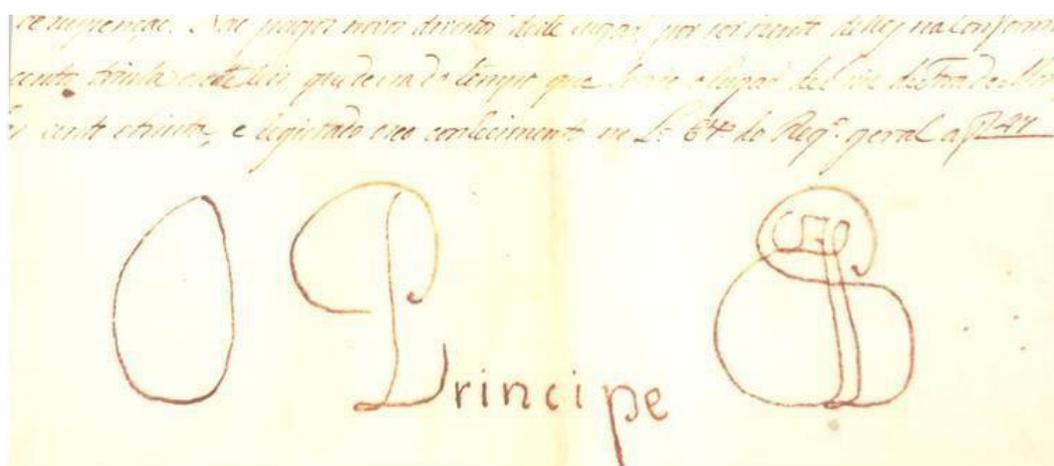
Fonte: (MEYER, 1999a)

O Catálogo de Assinaturas do Brasil: personalidades Luso- brasileiras, primeiro dessa espécie no Brasil. Sugere, que a empresa RHM está buscando ampliar seu alcance no mercado do colecionismo, ao apresentar uma nova modalidade de coleção formada por assinaturas e autógrafos. Essas assinaturas aparecem em cartas e documentos pré-filatélicos, isto é, antes de 1843 quando é publicado o primeiro selo postal do Brasil.

A filatelia, intimamente ligada à História de um país, traz dentro das cartas e documentos assuntos interessantes e em alguns casos assinaturas de personalidades que de forma direta ou indireta formaram aquilo que somos atualmente (MEYER, 2013, p. 04).

As personalidades supracitadas categorizam-se em: Reis e Rainhas, Regentes, Consortes e Descendentes, Nobres Luso-brasileiros, Presidentes da República, Artistas, Líderes Revolucionários, Médicos e exploradores, Políticos e Visitantes Ilustres. A capa artística expõe um dos tipos de assinatura de Dom João VI de Portugal, Regente de 1792 a 1816, rei de Portugal 1816 a 1825 e titular do Brasil de 1825 a 1826.

Figura 26 - Imagem da capa artística do Catálogo de Assinaturas



Fonte: (MEYER, 2013)

O Catálogo procura registrar as cotações atualizadas do mercado de cartas e documentos assinados por personalidades importantes. As pesquisas e textos históricos desta edição são de autoria do historiador Marcelo Prata Meyer, formado pela Universidade de São Paulo.

Em paralelo à publicação impressa em 2017 a RHM disponibiliza o catálogo pela primeira vez em versão on-line e disponível gratuitamente na internet.

Figura 27 - Página inicial do Catálogo RHM digital

The screenshot shows the homepage of the RHM digital catalog. The header is blue with the RHM logo and the tagline '- Desde 1948 -'. Navigation links include 'olá, kezia | minha conta' and 'meu carrinho'. Below the header is a navigation bar with categories like 'categorias', 'inicio', 'institucional', 'catálogo rhm', 'dúvidas', 'contato', and 'novidades'. A search bar is also present. The main content area is titled 'MENU' and lists various categories such as 'REGULARES', 'COMEMORATIVOS', 'BLOCOS COMEMORATIVOS', 'COMEMORATIVOS - VARIEDADES', 'AÉREOS', 'TELÉGRAFOS', 'JORNAIS', 'OFICIAIS', 'TAXAS', 'CONDOR', 'ETA - EMPRESA DE TRANSPORTES AEREOS', 'VARIG', 'ZEPPELIN', 'AGÊNCIAS POSTAIS BRITÂNICAS', 'SCADTA', and 'PRÉ-FILATELIA'. To the right of the menu is a grid of 12 blue boxes, each representing a collection of stamps with a specific date range and item count. The boxes are arranged in three rows: the first row has four boxes, the second row has four boxes, and the third row has two boxes.

Category	Item Range
DE 1900 ATÉ 1930	(rhm:c0001 até rhm:c0026)
DE 1931 ATÉ 1940	(rhm:c0027 até rhm:c0157)
DE 1941 ATÉ 1950	(rhm:c0158 até rhm:c0258)
DE 1951 ATÉ 1960	(rhm:c0259 até rhm:c0455)
DE 1961 ATÉ 1970	(rhm:c0456 até rhm:c0692)
DE 1971 ATÉ 1980	(rhm:c0693 até rhm:c1182)
DE 1981 ATÉ 1990	(rhm:c1183 até rhm:c1717)
DE 1991 ATÉ 2000	(rhm:c1718 até rhm:c2354)
DE 2001 ATÉ 2010	(rhm:c2355 até rhm:c3076)
DE 2011 ATÉ 2017	(rhm:c3077 até rhm:c3749)

Fonte: <https://www.oselo.com.br/catalogo/#>

Esse movimento está em consonância com o surgimento de uma cibercultura que impacta instituições, indivíduos e suas relações. O processo de inserção de documentos no catálogo está diretamente relacionado com o processo de homologação e emissão documental pelos Correios. Os temas que serão abordados em cada ano são definidos por um colegiado da Comissão

Filatélica do Brasil, a partir das propostas recebidas da população, e homologados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

São aceitas propostas que estejam alinhadas com os critérios de escolha das sugestões na Portaria nº. 3063/2018, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, incluindo temas como artes e arquitetura, cultura popular, datas comemorativas ou fatos históricos, esportes, fauna, flora, personalidades, meio ambiente, turismo e outros. As propostas são recebidas por meio do Blog dos Correios ou pode ser enviada para o endereço da Gerência de Filatelia.

Figura 28- Página inicial do Blog dos Correios



Fonte: <http://blog.correios.com.br/filatelia/>

Definidos os temas, a Casa da Moeda é o órgão responsável pela confecção dos selos comemorativos e regulares. Na criação de peças para colecionadores, a inovação é um aspecto a ser levado em consideração. Técnicas distintas de impressão envolvem selos com aromas, com vernizes diferentes, com tecidos e até estampas holográficas.

Em tempos de comunicação predominantemente digital, os selos postais não perderam o seu uso, assim como as peças filatélicas continuam valorosas

para os colecionadores. Salcedo (2013) explica o surgimento de uma “Filatelia Digital ou Pós-Filatelia”, ao analisar duas possíveis vertentes: se por um lado é notório um esforço de curadores para digitalização de peças filatélicas, de modo a preservar e prover acesso ao conteúdo, por outro lado, há “um movimento transmutativo em que os documentos digitalizados passariam a constituir, por meio da utilização das TICS, um ambiente virtual” (SALCEDO, 2013, p.216).

Esses documentos funcionam como instrumentos disseminadores de cultura, por meio das informações que são veiculadas em sua interface por meio das estampas de selos que são vendidos para fins postais e de colecionadores. A complexidade desse labor envolve a responsabilidade de representar a realidade social, política e econômica do país, ao menos aquela que se faz representativa ou que se quer representar.

Dessa forma, esses documentos expressam os aspectos relevantes de um país. No meio digital, esse alcance se dá de maneira muito mais efetiva.

O campo da Filatelia Digital é ampliado e subsidiado com conteúdos informacionais e documentos filatélicos que, por sua vez, circulam de distintas formas, mobilizam diferentes suportes, difundem velozmente a hipertextualidade desses conteúdos por múltiplos sistemas midiáticos. Então, o que antes era de interesse particular dos colecionadores e comerciantes filatélicos passou a ser produto de consumo de qualquer pessoa, a exemplo do “selo personalizado.” (SALCEDO, 2013, p. 217).

Ao considerar essa tendência, percebe-se que o regime de informação é diretamente afetado, principalmente no que diz respeito à distribuição e consumo, ao tratar um público consumidor que interage de forma muito mais participativa e, em certa medida, independente, ou seja, um público “interagente” (PRIMO, 2007).

A disponibilização on-line e gratuita de todo o acervo postal e filatélico até então devidamente identificado e reunido em um único ambiente é um passo essencial para fortalecimento da memória nacional e disseminação de maior parcela do nosso acervo memorial. Nesse sentido, considera-se que socializar esse patrimônio significa criar a possibilidade de que a população preserve e passe a enxergar com maior lucidez a sua identidade nacional.

Há algumas questões que dizem respeito à arquitetura e visibilidade da informação, incluindo os metadados e a representação documental, que serão debatidas posteriormente nas seções quatro e cinco.

4 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: distinções

Os conceitos de Representação Temática e Descritiva estão compreendidos nas grandes áreas de Representação e Organização do Conhecimento. Existe certa divergência no uso e aplicação desses conceitos na Biblioteconomia e na Ciência da Informação (CI). Essa divergência parte da definição de dois outros termos essenciais à área da Ciência da Informação: informação e conhecimento⁴⁴. Isso prejudica diretamente a eficiência e efetividade da comunicação científica e o quadro agrava-se ainda mais por tratar de conceitos centrais e essenciais da CI. Dessa forma, é salutar a discussão acerca desses conceitos.

Numa primeira visão, proposta por Brascher e Café (2008) no contexto da Organização e Representação da Informação, os suportes informacionais são objeto de estudo e pesquisa, ou seja, o objeto é material e físico, diferentemente da Organização e Representação do Conhecimento que estão ligadas aos conceitos e ideias, ou seja, ligadas à abstração.

Seguindo essa linha de raciocínio, a Organização da Informação (OI) tem por objetivo possibilitar o acesso ao conjunto de conhecimento em potencial contido na informação. Contudo, segundo Svenonius (2000), para ser organizada, a informação precisa ser descrita e essa descrição pode ser entendida como um enunciado das propriedades de um objeto e suas relações com outros objetos.

Brascher e Café (2008) pontuam que ao pensar a descrição de conteúdo (elaboração de resumos, classificação e indexação) pode-se argumentar que os documentos em si não são representados, mas seus respectivos assuntos, pois como afirma Alvarenga (2006), os documentos não são classificados e sim os conceitos ali contidos. Consequentemente, esses dois processos implicam na Representação da Informação (RI), obtidos pelo processo de descrição física e de conteúdo e na Representação do Conhecimento (RC), uma estrutura conceitual para representar modelos.

⁴⁴Informação e conhecimento são termos de conceituação desafiadora em razão das divergentes perspectivas de análise e concepções de cada área, bem como de sua amplitude semântica, como já foi discutido por diversos autores, tais quais Brookes (1980), Wilson (2002), Le Coadic (2004) e Zins (2007).

Outra possibilidade interpretativa e existente nesse debate teórico considera que os processos de organizar conhecimentos, para além de procedimentos técnicos, seria uma área de estudos própria com enfoque no ordenamento, na representação e na recuperação do conhecimento, este, por sua vez, organizado a partir de ações de profissionais de diversos e distintos saberes.

A Organização do Conhecimento - OC, enquanto campo de saber interdisciplinar, espaço de convergência e diálogo teórico e aplicado (Lógica, Linguística, Documentação, Comunicação, Estatística, Psicologia, Computação, Biblioteconomia etc) e com forte relação com a Ciência da Informação, vem revelando, ao longo do tempo, uma dinâmica de consolidação científica que se explica por sua própria historicidade (GUIMARÃES, 2015, p. 13).

O conceito de conhecimento diz respeito aos aspectos cognitivos que ocorrem na mente humana e envolvem os processos mentais de percepção, associação e construção de conceitos. Conforme indica Wilson (2002, p. 38) “o conhecimento construído a partir de mensagens nunca poderá ser exatamente o mesmo que aquele vindo da base do conhecimento que emitiu a mensagem”.

Nesse sentido, conhecimento

Envolve processos mentais de compreensão, entendimento e aprendizado que passam na mente e apenas na mente, independentemente de interação com o mundo exterior à mente e a interação com outros. (WILSON, 2006, p. 38)

Vale salientar que existe um papel social na construção de conhecimento, mesmo que o processo de assimilação ocorra de forma individualizada. Então, o conhecimento é algo subjetivo e inerente ao indivíduo ao mesmo tempo em que é social, pois as pessoas interagem com o mundo que o circunda, afetando- o e sendo afetados a todo momento.

Dessa forma, no sentido mais lato, a organização do conhecimento⁴⁵ consiste na forma como o mesmo é categorizado em assuntos nos ambientes em que há uma sistematização a fim de atingir um objetivo. Além de ser estudada por outras áreas do saber tais como a computação, linguística e sociologia, tendo

⁴⁵Henry Evelyn Bliss foi o primeiro pesquisador a registrar o termo em seus livros *The Organization of Knowledge and the System of Sciences* (1929) e *Organization of Knowledge in Libraries and Subject Approach to Books* (1933). Posteriormente, o termo foi utilizado por Dagobert Soergel, em 1971, e por Ingetraut Dahlberg, em 1973.

em vista seu caráter interdisciplinar, na área da ciência da informação seus estudos estão direcionados às atividades de organização, representação e recuperação da informação.

Para Dahlberg (2006), OC significa a construção de sistemas conceituais, enquanto que OI diz respeito ao relacionamento de unidades desses sistemas conceituais com objetos informacionais. Para a autora, a compreensão de OC engloba uma

ciência que estrutura e organiza sistematicamente unidades do conhecimento (conceitos) segundo seus elementos de conhecimento (características) inerentes e a aplicação desses conceitos e classes de conceitos ordenados a objetos/assuntos. (DAHLBERG, 2006, p. 12)

Diferentemente de Dahlberg, com uma perspectiva mais específica, Hjørland⁴⁶ (2008) entende a organização do conhecimento enquanto descrição, indexação e classificação. Contudo, o autor frisa que qualquer que seja a proposta de OC numa aplicação estrita, só fará sentido quando considerando também uma abordagem holística.

Considerando que seja qual for o sistema de organização do conhecimento (SOC) adotado há um objetivo a ser atendido, Hjørland (2008) propõe que a questão primordial é fazer a mediação entre diversas visões e desenvolver um sistema que esteja alinhado ao propósito do usuário ao qual aquele SOC se destina.

Nesse sentido, para Hjørland (2003) e Smiraglia (2002), autores internacionalmente reconhecidos pelas suas contribuições aos debates sobre a OC, fica claro que este ramo do saber versa sobre organizar informações em algum tipo de suporte ou, ainda, desenvolver ferramentas computacionais para recuperar, tratar e disseminar informações diversas e distintas ou entidades documentárias.

Próximo à percepção Hjørland encontra-se as propostas de Anderson (1996;2003), que considera OC como todo método de indexação, resumo,

⁴⁶ Hjørland (2003) divide OC em dois tipos distintos: a organização intelectual ou cognitiva do conhecimento, que engloba conceitos, sistemas conceituais e teorias; e a organização social do conhecimento, que é a forma como categorizamos profissões, negócios e disciplinas, por exemplo.

catalogação, gerenciamento de dados, classificação, bases de dados e bibliografia para a recuperação da informação. Seria então a

descrição de documentos, seu conteúdo, características e propósitos, e a organização destas descrições, para fazer destes documentos e de suas partes acessíveis às pessoas, buscando-os ou as mensagens que eles contém (ANDERSON, 1996, p. 337).

Barité (2001) propõe premissas para justificar ao OC, ao afirmar que o conhecimento é um produto, uma necessidade e um dinamismo social; se realiza a partir da informação, e ao socializar-se é transformado novamente em informação; deve ser organizado para seu melhor aproveitamento individual e social; registra-se sempre em documentos, como conjunto organizado de dados disponíveis, e admite usos indiscriminados; se expressa em conceitos e se organiza mediante sistemas de conceitos para fins científicos, funcionais ou de documentação.

Assim, partindo do pressuposto de que a OC possui um fim social, no sentido de que auxilia as pessoas por meio da organização de macro e microestruturas de acesso que permitem melhor visualização e entendimento contextual, cabe dizer que para fins de delimitação de pesquisa, o objeto em questão, o Catálogo de Selos do Brasil organiza e representa conhecimento.

Pode-se concluir que a divergência referente à abrangência desses conceitos existe porque parte dos pesquisadores não compreende a prática descritiva documental enquanto organização de conhecimento, no sentido de que conhecimento é um conjunto de informações que foi processado e apreendido, sendo assim uma abstração. Outros autores entendem que a OC envolve dois tipos distintos de organização, a cognitiva e a social. Feita a devida distinção dos conceitos de OI, RI, OC e RC, a partir da revisão bibliográfica, sigamos com a discussão acerca dos processos da Representação Temática.

4.1 REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA

O ato de representar algo inclui a utilização de símbolos variados que substituem uma ideia, um fato ou um objeto, ou conforme define Alvarenga (2003), “algo em lugar de”. Esses signos incluem aqueles que usamos recorrentemente, tais como as palavras, os números, as imagens e esquemas gráficos no geral.

Existe um acentuado debate teórico e a contínua experimentação de procedimentos metodológicos, dos quais à área de representação temática, específica da Biblioteconomia, pode ser favorecida. Ainda, é possível encontrar na literatura científica da Ciência da Informação certo debate sobre as metodologias utilizadas na representação temática dos documentos pictóricos.

O Quadro abaixo indica algumas tendências metodológicas de análise imagético-textual utilizadas desde o século XX.

Quadro 7 - Autores e aparatos teórico-metodológicos para análise de imagens

Autor/es	Metodologias
Panofsky (1939)	Método Iconológico: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e iconologia.
Eco (1968)	Sistema de códigos visuais: verbal e visual (icônico)
Barthes (1970)	Abordagem Semiológica: denotação, conotação, ancoragem, revezamento. Retórica da Imagem.
Floch (1981)	Semiótica Estrutural. Teoria Gerativa de Sentido.
Joly (1994)	Descrição da Imagem. Reprodução do Texto. Separação e Análise da Imagem (plástica, icônica e linguística)
Prosser (1998)	Antropologia e Sociologia Visual. Etnografia. Evidência fotográfica. Iconografia e Iconologia, Mitologias. Análise de gênero e técnica, forma, estilo e semiótica. Estruturalismo, reconstrução, contexto físico. Hermenêutica.
Emmison e Smith (2000)	Análise de Evidência em duas dimensões: quantitativa e qualitativa
Leeuwen e Jewitt (2001)	Análise do conteúdo. Estudos Culturais. Semiótica. Iconografia. Perspectiva terapêutica. Sociosemiótica. Etnometodologias.
Rose (2001)	Interpretação Compositiva. Análise de Conteúdo. Semiologia, Psicanálise, Análise do Discurso.
Emery (2002)	Abordagem de 7 marcos interpretativos: formalista, desconstrucionista, gênero, cultural, semiótico, psicanalítico e social realista.
Walker e Champlin (2002)	Forma e conteúdo. Análise do Conteúdo. Iconografia e Iconologia, Mitologias. Análise de gênero e técnica, forma, estilo e semiótica. Estruturalismo, reconstrução, contexto físico. Hermenêutica.

Fonte: Salcedo (2010, p. 155)

No sentido de atualizar o conteúdo do Quadro 7 e aproximar o debate ao campo da Ciência da Informação, alguns textos e seus respectivos autores fornecem detalhes positivos em relação às análises de documentos imagético-textuais, fundamentais ao processo de representação, a saber: Manini (2002), Moreiro González e Robledano Arillo (2003), Boccato e Fujita (2006); Maimone e Gracioso (2007); Sousa, Fujita e Gracioso (2014) dentre outros.

Manini (2002) propõe uma metodologia de análise documentária de imagens, especificamente de fotografias, que é voltada para o vestígio e função documental. Partindo da perspectiva de Smit (1996) a autora utiliza-se do conceito de dimensão expressiva da imagem, que engloba a metodologia proposta em sua tese. Manini (2002) propõe um esquema para representar o conteúdo informacional de imagens em distintas categorias informacionais:

Quadro 8- Esquema de indexação de imagens

Categoria	Conteúdo Informacional		Dimensão Expressiva	
	DE			SOBRE
	Genérico	Específico		
Quem / O Que				
Onde				
Quando				
Como				

Fonte: adaptado por Manini (2002)

Este esquema tem o objetivo de sistematizar as informações contidas no documento visual, a fim de levantar termos descritores que se baseiam tanto na imagem, quanto das inferências de quem o descreve, a partir de conhecimentos prévios

Moreiro González e Robledano Arillo (2003) refletem acerca das etapas de descrição à interpretação de imagem e propõem uma metodologia para o tratamento de fotografias, assim como para o tratamento temático de recursos audiovisuais. Ainda, elencam linguagens documentárias para análise de imagens.

Maimone e Gracioso (2007) discorrem acerca de perspectivas metodológicas para a análise documentária das obras do pintor surrealista Salvador Dalí. É desenvolvida uma proposta analítica em Maimone (2007) e Maimone e Tálamo (2008; 2009). O fato é que mesmo com a existência de instrumentos facilitadores, produzidos e estudados na Ciência da Informação, a extração de todo conteúdo de um documento imagético, especificamente o selo postal comemorativo, ainda é um desafio, como bem pontua Mai (2011).

Em uma visão mais ampla, a organização da informação é uma atividade mediadora que deve garantir além do acesso físico aos documentos, uma aproximação aos seus conteúdos. O tratamento temático da informação é feito por meio de processos, produtos e instrumentos com abordagens distintas. Dessa forma, para que essa organização ocorra há um conjunto de procedimentos adotados, conhecimentos socializados em contextos distintos além de normas e padrões a serem seguidos.

Há duas vertentes possíveis, uma teórica que envolve concepções filosóficas sobre a divisão do conhecimento, proposta inicialmente pelos grandes pensadores da Grécia Antiga, e uma pragmática norteada pela necessidade prática de organização documental. Entre as denominações de representação, encontram-se os processos de classificação documental e indexação.

4.1.1 Classificação

A classificação documental, além de uma teoria que circunda algumas das principais áreas de estudo da Ciência da Informação, também é um processo. Sob um olhar mais amplo, o ato de classificar é um fenômeno social que faz parte da vida humana há muito tempo. No decorrer das rotinas diárias nós atribuímos valores, juízos, títulos, nomenclaturas e estereótipos às pessoas e aos objetos.

Além de essas classificações serem feitas por indivíduos de certo grupo social ou comunidade, elas também são parte concreta da vida social, logo podem ser consideradas classificações sociais (COSTA, 1997/1998). Não apenas isso, para alguns autores, como Mai (2011) classificar é uma prática imanente humana e acontece por meio da linguagem sendo, assim, mais uma maneira de interagir socialmente.

Para além das “classificações sociais” são reconhecidas diversas maneiras de classificar o conhecimento produzido pelos humanos. Por exemplo, no período da Idade Moderna podemos observar um esforço maior na organização de forma sistemática do conhecimento humano.

Burke (2003) revela que nesse momento histórico de transição aquele conhecimento era classificado por grupos diferentes de maneiras distintas. Essas classificações divergem entre duas abordagens distintas e complementares: a filosófica e a voltada para a organização e recuperação de documentos, denominada classificação bibliográfica.

Essa prática classificatória é mencionada, por exemplo, por Buckland (1991, p. 4), ao afirmar que

os seres humanos fazem coisas com a informação ou para a informação. Examinam, descrevem e categorizam. Compreendem, interpretam bem ou mal, resumem ou refutam. Podem até falsificá-la, alterá-la ou destruí-la. A essência da evidência é precisamente o que a percepção das pessoas pode alterar aquilo que acreditam que sabe.

Um dos papéis predominantes do profissional da informação é o de emissor-mediador entre a memória registrada pelas gerações passadas e a sociedade atual e futura. Fazer com que esse material esteja disponível em sua completude, por muito mais tempo, é de uma responsabilidade grande, visto que é por meio da memória humana, representada nos patrimônios históricos, que podemos ter acesso ao conhecimento produzido.

Nesse sentido, classificar tem valor social, seja coletivo seja individual. A classificação é uma ação humana útil para estipular o propósito e à aplicação dos objetos classificados. Assim, para todo ato classificatório, lhe subjaz uma fundamentação, certas premissas basilares (BARROS; PADILHA, 2015).

Por sua vez, na área da Biblioteconomia, o conceito dado ao ato de classificar por Piedade (1977) mostra a essência desse processo, intrínseco às culturas humanas, à medida que separamos em partes um conjunto de objetos a partir das similaridades e distinções, considerando as qualidades e juízo de valor atribuídos pela própria sociedade e recorrentemente pelo senso comum.

A classificação bibliográfica busca aperfeiçoar o acesso e recuperação aos documentos requeridos de forma a tornar o processo de busca mais eficaz e efetivo. A denominação de termos, que representam o conteúdo de um documento, funciona como remissiva que oferece pistas sobre o conteúdo no documento original, traços esses que podem possibilitar uma noção ampla ou com maior grau de especificidade.

Um dos impactos na Ciência da Informação acerca das concepções pós-modernas de classificação apontadas por Mai (2011) trata do significado dos signos. Considerado um documento enquanto signo, ou seja, a representação de algo a que atribuímos valor, significado ou sentido, o assunto não é extraído do documento, mas alcançado na mente de quem interpreta, seja o profissional ao executar o serviço de representação ou o usuário.

Essa perspectiva anula a ideia de um documento como um agrupamento de informações a ser elucidado de forma precisa, o que remete a um importante posicionamento sobre o que significaria propor um processo de desclassificação, tema tratado a seguir.

O processo de classificar implica uma tarefa complexa que requer a disposição em classes de objetos e ideias que possuam características comuns.

Esse processo pode ocultar e segregar saberes, na medida em que privilegia determinada cultura em detrimento da desvalorização de outras.

Dessa forma, considera-se o conceito de desclassificação⁴⁷, proposto por García Gutiérrez (2014), que contrapõe posicionamentos autoritários, burocráticos e conservadores dos profissionais da informação no ato de classificar e organizar o conhecimento. A desclassificação estaria assim voltada para uma reflexão crítica e em constante atualização que antecede o fazer da classificação e não tem o intuito de substituir esse processo.

Ainda, o autor pontua que se faz necessário o trabalho conjunto da construção de uma ética transcultural que apoie a construção social da exomemória, com o objetivo de evitar a prática classificatória de forma preconceituosa. Exomemórias seriam as memórias exteriorizadas que passam despercebidas, abrangendo toda informação registrada – pensamentos, experiências, fotografias, revistas, multimídia – seja em suporte físico ou digital, conhecimentos ou lembranças (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2006), sem privilegiar determinadas áreas ou discursos, incluindo os conhecimentos culturais, populares e artísticos.

Nesse sentido, Soares, Martin e Francelin (2013, p. 64) sugerem que

a construção da exomemória surge a partir dos preconceitos locais e globais com os conhecimentos que fogem da ordem pré-estabelecida. Por esse motivo é necessário o “desvelamento” dessas ideias pré-concebidas com o intuito de construir uma memória democrática e mista. Embora o conceito de exomemória esteja normalmente vinculado ao digital, não se limita a ele, pois, documentos de todos os tipos constituem a exomemória.

Essa noção de desclassificação recomenda a revisão constante dos processos complexos de tradução e sinaliza para o compromisso de ir além dos automatismos e preferências hierárquicas que a classificação condiciona. Este exercício possibilita um maior grau de contentamento do interagente, que pode ser medido através dos índices de especificidade, exaustividade, precisão e consistência, conceitos que serão tratados posteriormente.

4.1.2 Indexação

A indexação envolve a elaboração de instrumentos, ou linguagens, como

⁴⁷ Denominação do próprio autor. Ao contrário do que o prefixo -des sugere na escrita da língua portuguesa, o conceito de desclassificação não prevê uma ação contrária ao ato de classificar.

por exemplo os tesouros e índices. O acesso temático, por vezes, se dá diretamente por meio dos próprios índices⁴⁸, que são gerados por meio de listas de cabeçalhos de assunto, com a estrutura hierárquica de conceitos dos catálogos sistemáticos que são gerados a partir de sistemas de classificação.

O termo índice tem diversos e distintos sentidos, é polissêmico. Deriva do Latim “Index”, “-icia”, aquele que anuncia e serve de indicador. Uma das acepções desse termo no verbete do dicionário “Priberam”, da língua portuguesa, indica uma lista metódica ou alfabética de nomes de pessoas (índice onomástico) ou de assuntos. Outra definição aborda a relação alfabética de catálogos e tabelas. O fonema ‘índice’ no campo da Biblioteconomia e, para efeito desta pesquisa, é utilizado no sentido de lista ⁴⁹remissiva, ou seja, indicativos de pontos de acesso e não de indicação de relação de valores e medidas, como, por exemplo, são alguns índices econômicos do governo ou índices de fertilidade e mortalidade.

Como indica Collinson (1971), os primeiros índices conhecidos eram arranjados pela primeira sentença de cada parágrafo. A análise de alguns fatos históricos relacionados ao controle informacional aponta como esse instrumento começou a ser utilizado e de quais formas a sua evolução atribuiu-lhe valores e novos usos até os dias atuais.

Desde que o homem começou a registrar seus conhecimentos surgiu a preocupação com a organização de acervos documentais. Assim, instrumentos de organização⁵⁰, tratamento e controle começaram a ser desenvolvidos. O índice, enquanto técnica de recuperação e armazenagem de informação, foi um deles.

Por sua vez, até meados do medievo essas listas não passavam de inventários ou, como nos casos dos mosteiros ingleses ⁵¹do Século XVIII, elas

⁴⁸ Podem ser de tipologias variadas como os alfabéticos, numismáticos, de assunto e cronológicos.

⁴⁹ Em certo sentido, para além da função de organização da informação, as listas também representam uma luta humana que tenta criar ordem em relação ao caos que é a própria cultura humana. Um bom e atual livro que indica esse enfrentamento é “A vertigem das listas”, do Humberto Eco (2010).

⁵⁰ Conforme esclarece Silva (2004, p. 6) a forma mais antiga de armazenamento de informação que se tem conhecimento foi encontrada nas tábuas de argila produzidas na Mesopotâmia no Século II a.C.

⁵¹ Era serviço dos monges copistas a produção e reprodução intelectual da época. Seus acervos eram muito protegidos e não acessíveis ao público em geral.

tinham características do que hoje é conhecido como catálogo coletivo. Nesse sentido, o índice servia de instrumento de controle⁵² interno das obras (inventário), sob a forma de uma lista de conteúdos, de resumos e de notas, usualmente, em ordem alfabética. Por muitas vezes, elementos das listas eram escritas às margens dos livros em formas de sentenças que indicassem conteúdo de parágrafos muito longos. Esses foram os precursores da concepção moderna dessa técnica de listar.

O primeiro passo para que os índices adquirissem grande valor, relacionando citações e a sua localização no texto, foi dado juntamente com a compilação da Bíblia inglesa em meados de 1730, idealizada e feita por Alexandre Cruden, Johnson, copistas e escribas. É atribuído à Cruden e Johnson a concretização de padrões de clareza e consistência para a indexação.

Logo depois surgiu na Alemanha a ideia de palavra-chave para representação de itens⁵³. Como resultado dessa evolução da metodologia de elaboração e da aplicabilidade dos índices, Lancaster (2004) afirma que trabalhar com índices e termos indexadores consiste em conseguir visualizar os tipos de consultas, pelos quais as expressões de busca, para as quais determinado documento provavelmente será útil, consiga suprir a demanda informacional do usuário.

Contudo, após o surgimento da Internet, a maior parte das atividades de recuperação da informação envolve buscas em textos na rede mundial de computadores e as pessoas que precisam de informações fazem suas próprias buscas ao invés de procurar o profissional bibliotecário. Assim, surgiu a oportunidade da realização de estudos envolvendo as possibilidades de revocação de documentos sem o auxílio de um bibliotecário para intermediar este serviço diretamente.

Logo, alguns métodos simples de produção de índices impressos foram criados para trabalhar com textos. Baseados na frequência de termos, esses

⁵² Até o surgimento da imprensa os índices eram a única forma de acesso aos livros das bibliotecas dos mosteiros, a partir dos registros dos títulos. Após a invenção dos tipos móveis de Gutemberg, no Século XV, o cenário mudou completamente. O crescimento do número de obras nos acervos exigiu uma organização mais cuidadosa por meio de instrumentos mais detalhados. Com o aperfeiçoamento da elaboração dos índices foi possível obter um controle metodológico mais eficaz, relacionado ao contexto de cada documento.

⁵³ Duas décadas depois estabeleceu-se em Portugal a "mesa censória" que definia, por meio de Index ou Catálogo, os conteúdos que seriam estudados nas escolas e universidades.

estudos tiveram início na década de 1950 resultando na indexação automática⁵⁴ utilizando-se de processos algorítmicos em diversas atividades de recuperação da informação que pudessem substituir o processo intelectual por seres humanos. De modo geral, no que diz respeito aos serviços de indexação e disseminação seletiva de informação, a criação desses algoritmos ofereceu aos bibliotecários instrumentos informáticos para o início da implementação da indexação automática, assunto que, apesar de estar relacionado com a elaboração de índices, não faz parte do escopo desta pesquisa.

A indexação, ou *indexing*,⁵⁵ é um processo que tem por objetivo facilitar a pesquisa de documentos ou das informações contidas em documentos, contudo distancia-se da ideia de repositório e aproxima-se da função de apoio à pesquisa. De maneira geral, a indexação possibilita o aumento da flexibilidade no momento da representação e permite maior agilidade na incorporação de novos conceitos.

Durante a análise conceitual há uma tradução de vocabulário para a linguagem de indexação, por meio de vocabulário controlado, para definição da informação documentária. Esse processo leva em consideração duas questões principais: no que consiste o conteúdo do documento em questão e a que tipo de demandas informacionais e público-alvo esse documento se presta. Ou seja,

a análise de assunto é mais específica, envolve a dimensão conceitual do documento e considera a perspectiva do usuário em uma unidade de informação. A partir destas questões norteadoras, são analisados e discutidos os índices de especificidade, exaustividade, precisão e consistência do processo.

4.1.2.1 Especificidade, Exaustividade, Precisão e Consistência

A exaustividade e especificidade estão relacionadas à identificação e seleção de conceitos durante a análise de assuntos de um documento. Na exaustividade, a seleção de termos impõe um número mais restrito de termos, porém o ideal seria que o documento estivesse representado por todos

⁵⁴ Hans Peter Luhn, pesquisador da área de Ciência da Computação que prestava serviços à International Business Machines Corporation foi precursor dos índices KWIC (Keywords In Context), em meados de 1950. Ele utilizou o algoritmo Luhn ou módulo de 10, que é uma soma de verificação simples, fórmula utilizada para validar uma variedade de números de identificação, como, por exemplo, números de cartão de crédito (SCHULTZ, 1968). O índice KWIC é uma lista redundante de expressões (termos) que são utilizados para formar um índice de um conjunto de documentos (corpus), isto é, uma lista que facilita o acesso ao conteúdo do corpus.

⁵⁵ Denominação de origem inglesa.

os seus assuntos, garantindo que a necessidade de recuperação do usuário fosse atingida.

Existe um debate teórico sobre esses conceitos na área de Representação Temática que, por sua vez, é uma subárea no campo da Ciência da Informação. O debate encontra na voz clássica de Foskett (1973, p. 13) um posicionamento de que o conceito de exaustividade é uma “extensão com que analisamos um dado documento, a fim de estabelecer exatamente qual o conteúdo temático que temos de especificar”.

Assim, para que a prática citada por Foskett seja possível Leiva (1999, p. 26) indica que é necessária uma “seleção ou assinalação de todos os conceitos essenciais, explícitos ou implícitos no documento ou na pergunta documental”: é o que Olson e Boll (2001, p. 91), vinte e sete anos depois da proposta de Foskett, nomearam de “abrangência do assunto coberto”. Então, uma representação exaustiva implicaria no emprego de termos suficientes para abranger o principal conteúdo temático do documento.

Ora, dois aspectos são necessários para a compreensão do conceito de exaustividade, a saber: a) O aspecto quantitativo, no qual a exaustividade se refere ao número de termos atribuídos pelo indexador (LANCASTER, 2004); e b) O aspecto de extensão da representação do conteúdo coberto pelos termos atribuídos pelo indexador (GIL LEIVA, 2008). Logo, corroborando com essa prática da exaustividade, Lancaster (2004, p. 27) sugere que “quanto mais termos forem utilizados para indexar um documento, mais acessível ele se tornará e, provavelmente, mais vezes será recuperado”.

Em relação à especificidade, a seleção de termos poderá recair sobre termos mais genéricos e menos precisos, pois a preferência, em alguns casos, recai na escolha de um termo genérico, porém existem casos em que para aumentar a precisão escolhe-se um termo mais específico como é o caso de bibliotecas especializadas. Os conceitos de exaustividade, revocação e precisão estão diretamente relacionados.

Quanto mais exaustiva a indexação de documentos maior será a sua revocação, ou seja, o número de documentos recuperados na busca e, inversamente proporcional, a precisão será menor. A precisão neste estudo é entendida sob a perspectiva de Olson e Boll (2001, p. 88) enquanto “habilidade

do catalogador de identificar quais conceitos representar e a habilidade do catalogador para traduzir estes conceitos em termos de um vocabulário controlado”.

Para fins de recuperação de informação em sistemas, pode ser entendida ainda como “a extensão em que o sistema nos permite ser precisos ao especificarmos um documento que estejamos processando” (FOSKETT, 1973, p. 12), bem como a “capacidade do sistema em impedir a recuperação dos documentos não-relevantes” (CARNEIRO, 1985, p. 234). Para a recuperação ser precisa não basta ter muitos termos, mas é preciso que cada um desses termos tenha pertinência e relevância para o conteúdo temático que o documento aborda.

Outro aspecto diretamente ligado à qualidade do serviço de representação documental é a consistência da representação que “refere-se à extensão com que há concordância quanto aos termos a serem usados para indexar um documento” (LANCASTER, 2004, p. 68).

Em outras palavras, é necessário que os itens informacionais que tratam do mesmo assunto sejam avaliados desde uma abordagem conceitual o que, por sua vez, remete ao documento que interessa ao estudo em voga, o selo postal. Dessa forma, sua representação pode ser pensada enquanto representação de imagem em sua totalidade, o plano de expressão, a interface e a superfície material do selo postal⁵⁶.

4.2 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

Na Ciência da Informação considera-se premissa básica entender que após estabelecidos os processos de organização de um acervo faz-se necessário que os usuários ou interagentes da unidade informacional encontrem os devidos documentos ou informações aos quais necessitam. Os profissionais da informação, como os bibliotecários e arquivistas respondem pelo acervo

⁵⁶ É pertinente considerar o conceito de “distância semiótica”, apontado por Mai (2011, p. 721). Seria a observação da distância entre o objeto classificado e o sujeito que o classifica. Trata-se da constatação do caráter interpretativo e subjetivo da mente humana, de modo que qualquer que seja o esforço de classificar é desafiador e pode ser artificial.

documental e dessa forma elaboram os instrumentos de busca, a fim de identificar a disponibilidade dos itens informacionais de cada acervo.

A representação descritiva

representa as características específicas do documento que permitem sua individualização e também define e padroniza os pontos de acesso responsáveis pela busca e recuperação da informação e pela reunião de documentos semelhantes (CATARINO; SOUZA, 2012, p. 84).

A localização dos documentos é definida por meio dos processos de descrição documental que são estabelecidas através de instrumentos, normativas e padrões distintos, como por exemplo o Código de catalogação Anglo-Americano (AACR2), a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e os padrões *Resource Description Framework* (RDF), *Machine Readable Cataloging* (MARC) e *Dublin Core*.

Essa descrição é o resultado de um conjunto de procedimentos que considera elementos formais de descrição física e de conteúdo dos documentos para elaboração de pontos de acesso por meio da catalogação, que paralelamente inclui a classificação e indexação documental.

[...] refere-se aos aspectos da descrição formal dos documentos, o que inclui a descrição física e a descrição dos elementos para identificação dos mesmos; a atividade de representação descritiva é também chamada de catalogação (ou, mais especificamente, catalogação descritiva) em especial entre a comunidade de bibliotecas, e de descrição bibliográfica entre a comunidade dos serviços de informação científica (Ortega, 2011, p.45).

Dessa forma, devem ser atribuídos um conjunto de metadados que representem fidedignamente as informações e conteúdo que compõe cada documento englobem seu respectivo contexto. É inegável que os processos que envolvem a representação descritiva e a representação temática são complementares. Há autores que sugerem a adoção destes conceitos com o objetivo de ampliar o conceito de catalogação, já que remete à produção de catálogos de biblioteca. Contudo, Ortega (2011, p.45) explica que

[...] o desenvolvimento teórico e metodológico da representação descritiva e da representação temática foi realizado de modo separado, conduzindo a dificuldades conceituais na articulação entre os dois processos. Já a Catalogação, incluindo a catalogação descritiva e a catalogação de assunto, responde pela construção global do sistema, nesse caso, o catálogo.

Dentro de suas ramificações, a Ciência da Informação tem um segmento específico que analisa as etapas e procedimentos adotados para a organização e representação dos dados documentais. Estes estudos indicam metodologias que seguem padrões lógicos a fim de que o produto final seja compreendido massivamente e que as informações agrupadas sejam claras e atendam as necessidades potenciais.

Estes estudos indicam um trabalho minucioso no que diz respeito à tradução dos elementos documentais até a elaboração de metadados descritivos. Os metadados podem possuir diferentes funções, tais quais: identificar, descrever, facilitar a busca e recuperação, proporcionar o acesso e a preservação, dentre outras funções (MÉNDEZ RODRÍGUEZ, 2002).

Em relação à este conceito, Gilliland Swetland (2000, p. 1) adota uma definição ampla, conceituando metadado enquanto “a soma total do que pode ser dito sobre algum objeto informacional em algum nível de agregação”. Kenney et al. (2001), classificam em três tipos distintos os metadados, de acordo com sua função no ambiente WEB: metadados descritivos, metadados estruturais e metadados administrativos⁵⁷. Esses formatos de metadados são interdependentes e condicionam o bom funcionamento de um sistema de informação baseado na recuperação de informações.

Os metadados descritivos são aqueles que descrevem um objeto informacional com o objetivo de identificar e remeter às informações deste mesmo objeto, como por exemplo os registros de catalogação, palavras-chave e índices especializados.

Os metadados descritivos revelam parte da semântica das fontes de informação, como a intenção de uso, além da descrição do seu conteúdo dos recursos informacionais fornecendo o contexto para entendimento dos dados através do tempo (RODRIGUES, GUIMARAES, 2014, p. 101).

Os metadados estruturais descrevem a estrutura interna dos objetos digitais de forma a permitir interações entre si, otimizando assim a recuperação de informação digital, conforme indica (LOURENÇO, 2005). Dessa forma, são

⁵⁷ Não se pode afirmar que exista um consenso entre os autores em relação às categorias conceituais em que podem ser divididos os metadados, mas um número significativo de autores que tratam do assunto concorda que os metadados podem ser divididos (SAYÃO, 2010, p.5).

os termos que evidenciam as relações e correlações entre as partes do recurso ou documento em questão.

Os metadados administrativos dizem respeito às informações que apoiam os processos do ciclo de vida dos recursos informacionais. Esses termos oferecem informações acerca da criação e armazenamento dos arquivos, direitos sobre propriedade intelectual, informações sobre o objeto original a partir do qual o objeto foi derivado, informações sobre a proveniência dos arquivos que compõe o objeto; podem ser externos ou codificados internamente (SAYÃO, 2010). Compreendem principalmente metadados de gestão de direitos e de acesso e metadados de preservação (RODRIGUES, GUIMARÃES, 2014, p. 101).

Um objeto informacional pode ser interpretado como um item ou grupo de itens que pode ser manipulado, independente de tipo ou formato, como um objeto singular, com suas individualidades, por ser humano ou por um sistema computacional. Enfim, expostos alguns importantes referenciais teóricos que norteiam a pesquisa em andamento, a seguir são apontados os procedimentos metodológicos utilizados. Dito isso, especifica-se a seguir os padrões de descrição utilizados para embasar esta pesquisa, a saber: Padrão Dublin Core e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

4.2.1. Padrão Dublin core

O padrão Dublin Core (DC) pode ser definido enquanto conjunto de elementos de metadados arquitetado para facilitar a descrição de recursos tradicionais e eletrônicos, composto por 15 elementos principais com as respectivas definições que foram estabelecidas em consenso por um grupo de profissionais interdisciplinar de bibliotecas, arquivos, museus, computação, assim como de outras áreas do conhecimento tornando-os mais acessíveis através dos sistemas de busca e recuperação (DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE, 2012)⁵⁸.

⁵⁸ Desenvolvido na língua inglesa, pois teve sua origem nos EUA, a versão 1.1 já foi traduzida para vários idiomas, havendo um grupo de trabalho no DCMI estudando, juntamente com o *World Wide Web Consortium (W3C)*, formas de juntar as versões traduzidas utilizando tecnologia RDF. O RDF é base para o processamento de metadados e tem como principal objetivo proporcionar interoperabilidade entre aplicações que trocam informações eletrônicas da Web. Possui um modelo de representação e uma sintaxe para codificação e transporte dos metadados.

Dublin Core pode ser definido como sendo o conjunto de elementos de metadados planejado para facilitar a descrição de recursos eletrônicos. Metadado significa dado sobre o dado. É a catalogação do dado ou descrição do recurso eletrônico. A expectativa é que autores ou websites sem conhecimento de catalogação sejam capazes de usar o Dublin Core para descrição de recursos eletrônicos, tornando suas coleções mais visíveis pelos engenhos de busca e sistemas de recuperação Souza et al. (SOUZA et al.,2000, p.93).

Para Souza et al. (2000) as principais características do modelo Dublin Core são a simplicidade na descrição dos recursos, entendimento semântico universal (dos elementos), escopo internacional e extensibilidade, o que permite sua adaptação às necessidades adicionais de descrição.

Estão elencados no quadro abaixo os 15 elementos que compõem a versão adaptada do Dublin Core:

Quadro 9– Elementos dos metadados Dublin Core

Título	O nome dado para o recurso.
Autor ou Criador	Pessoa ou entidade responsável pela criação do conteúdo intelectual do recurso.
Palavras-chave	Termos que definem o conteúdo e assuntos do recurso.
Descrição;	Texto que descreve o conteúdo do recurso incluindo resumos.
Publicador	A entidade responsável por disponibilizar e veicular o recurso.
Colaborador	Pessoa ou organização não especificada no elemento Criador que também tenha contribuído intelectualmente.
Data	A data em que o recurso tornou-se disponível na presente forma.
Tipo	A categoria do recurso, como texto, imagem, som, dados etc.
Formato	O formato do dado do recurso, usado para identificar o software e possivelmente o hardware que pode ser necessário à exibição ou operação.
Identificador de recurso	String ou número usado para identificar um recurso, de forma única.
Fonte	Uma referência, um segundo recurso do qual o presente é derivado.
Idioma	O idioma do conteúdo intelectual do recurso.
Relação	Possibilita relacionamento com outros recursos. A especificação desse elemento visa a fornecer um meio de expressar relacionamentos entre recursos que têm relação formal com outros, mas que existem por si mesmos.
Cobertura	As características espaciais ou temporais do conteúdo intelectual do recurso. Cobertura espacial refere-se a uma região física. Cobertura temporal refere-se sobre o que é o recurso, e não quando foi criado ou tornado disponível;
Direito autoral	Informações acerca do direito sobre a propriedade de um recurso ou assuntos correlatos.

Fonte: adaptado de (DUBLIN CORE METADATA INICIATIVE, 2012)

O padrão de metadados DC se caracteriza pela sua simplicidade no processo descritivo sendo facilmente gerado pelo responsável do documento, pela interoperabilidade semântica já que a existência de um modelo comum aumenta a possibilidade de comunicação entre sistemas, pelo alcance

Normalmente essa sintaxe é representada utilizando-se XML (<http://www.w3.org/TR/1999/REC-rdf-syntax-19990222>).

internacional e pela sua extensibilidade visto que permite adaptação de acordo com as necessidades adicionais de descrição.

4.2.2 NOBRADE

A Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) baseia-se em duas normas internacionais: A *General International Standard Archival Description* -ISAD(G), ou Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística e a Norma Internacional de Registo de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias- ISAAR (CPF), ambas desenvolvidas pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e estabelecem diretrizes gerais para a descrição arquivística, devendo ser usada em conjunto com normas ou recomendações nacionais existentes em cada país.

Apesar de ser baseada nas normas internacionais, a NOBRADE

não é uma mera tradução das normas ISAD(G) e ISAAR(CPF), que já existem e estão publicadas. Seu objetivo, ao contrário, consiste na adaptação das normas internacionais à realidade brasileira, incorporando preocupações que o Comitê de Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos (CDS/CIA) considerava importantes, porém, de foro nacional. Esta norma deve ser intensamente divulgada no âmbito das instituições arquivísticas e nos eventos ligados aos profissionais da área, de modo a possibilitar o seu aperfeiçoamento (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 9).

Dessa forma, estabelece diretrizes para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor e tem o objetivo de facilitar o acesso e a permuta de informações tanto em âmbito nacional quanto internacional. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas.

A norma está estruturada em oito áreas compreendendo 28 elementos de descrição, elencados no quadro abaixo:

Quadro 10- Elementos de descrição NOBRADE

1 Área de identificação	1.1 Código de referência
	1.2 Título
	1.3 Data(s)
	1.4 Nível de descrição
	1.5 Dimensão e suporte
2 Área de contextualização	2.1 Nome(s) do(s) produtor(es)
	2.2 História administrativa/Biografia
	2.3 História arquivística
	2.4 Procedência
3 Área de conteúdo e estrutura	3.1 Âmbito e conteúdo
	3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade
	3.3 Incorporações
	3.4 Sistema de arranjo
4 Área de condições de acesso e uso	4.1 Condições de acesso
	4.2 Condições de reprodução
	4.3 Idioma
	4.4 Características físicas e requisitos técnicos
	4.5 Instrumentos de pesquisa
5 Área de fontes relacionadas	5.1 Existência e localização dos originais
	5.2 Existência e localização de cópias
	5.3 Unidades de descrição relacionadas
	5.4 Nota sobre publicação
6 Área de notas	6.1 Notas sobre conservação
	6.2 Notas gerais
7 Área de controle da descrição	7.1 Nota do arquivista
	7.2 Regras ou convenções
	7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)
8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos

Fonte: adaptado da NOBRADE (2006)

Desses elementos de descrição disponibilizados na NOBRADE sete são obrigatórios: 1) código de referência; 2) título; 3) data(s); 4) nível de descrição; 5) dimensão e suporte; 6) nome(s) do(s) produtor(es); 7) condições de acesso (somente para descrições em níveis⁵⁹ 0 e 1).

Feitas as devidas distinções na revisão teórica acerca dos conceitos que envolvem a organização e representação da informação e do conhecimento, incluindo os processos e instrumentos da representação temática e descritiva, partimos para a seção 5, na qual serão analisados os resultados de pesquisa.

⁵⁹ Considera-se a existência de seis principais níveis de descrição, a saber: acervo da entidade custodiadora (nível 0), fundo ou coleção¹⁴ (nível 1), seção (nível 2), série (nível 3), dossiê ou processo (nível 4) e item documental (nível 5). São admitidos como níveis intermediários o acervo da subunidade custodiadora (nível 0,5), a subseção (nível 2,5) e a subsérie (nível 3,5). Graficamente, o Apêndice A mostra como se estruturam os níveis 0 a 5 (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2006, p. 11).

5 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao considerar que “objetos não são ordinariamente documentos mas se transformam em, se processados com finalidades de fornecer informação” (BUCKLAND, 1991, p.7), torna-se o selo postal objeto de estudo da Ciência da Informação como fonte a ser analisada e disponibilizada como qualquer outro documento.

Analisar textos documentos imagético-textuais alude à tradução verbal e interpretação do aspecto visual do documento, como fotografias, selos postais, pinturas, etc. Há um trabalho de significação dos conteúdos implícitos e explícitos. Desse conjunto de documentos, o selo postal do tipo comemorativo, tem características verbovisuais que transcendem a função administrativo-postal e por isso interpelam, para além das esferas do mercado filatélico, todos que com ele se deparam.

Os documentos estão dispostos ao longo do catálogo em categorias que englobam os documentos emitidos na época do Brasil **Império**⁶⁰ (1822-1889) e **República**⁶¹ (1889 até os dias atuais) além das subdivisões por espécie documental, algumas delas ora apresentadas nesta pesquisa, tais como os selos aéreos, selos comemorativos, selos regulares, os pré-filatélicos e bilhetes postais. De forma geral, os documentos estão dispostos em seções segundo a sua finalidade postal.

Considerando que a documentação filatélica brasileira é dividida em várias espécies distintas de documentos, o tempo hábil para finalização da pesquisa e os padrões identificados em análise preliminar, foi feita a leitura da seção de selos comemorativos emitidos entre 1900 até 2019 nas 31 edições do catálogo e definidos os documentos que constituirão, em um primeiro momento, o corpus documental de pesquisa: os selos representados na primeira série comemorativa emitida no Brasil, em 1940, impressa por conta da “Comissão da Comemoração do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil” e composta por

⁶⁰ O Brasil Império foi o período da História do Brasil que teve seu início com a aclamação do Imperador D. Pedro I, em 1822, e se prolongou até a Proclamação da República, em 1889.

⁶¹ A República é a forma de governo vigente no Brasil desde 15 de novembro de 1889, quando foi proclamada por José do Patrocínio na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Desde então, o Brasil já teve seis repúblicas distintas, a saber: Primeira República (1889-1930); Governo Provisório e Constitucional de Vargas (1930-1937); Estado Novo (1937-1945); Quarta República (1945-1964); Ditadura Militar (1964-1985) e Nova República (1985-até os dias atuais).

quatro selos que representam, respectivamente: a) o Descobrimento do Brasil; b) Independência do Brasil; c) Abolição da escravatura e d) Proclamação da República:

Figura 29- Descobrimento do Brasil 1940



Fonte: MEYER (2016)

Figura 30- Independência do Brasil 1940



Fonte: MEYER (2016)

Figura 31- Abolição da escravatura 1940



Fonte: MEYER (2016)

Figura 32- Proclamação da República 1940



Fonte: MEYER (2016)

As quatro imagens, de certa maneira, celebravam justamente um sentimento que os republicanos queriam que o povo percebesse. Uma trajetória de liberdade no Brasil, refletida através de quatro eventos significativos. Ou como sugere Marson (1989, p. 83) "punha-se em relevo que a República coroava uma trajetória de liberdade no Brasil". Tanto na Europa, como no Brasil, com o advento do selo postal comemorativo, o elemento frase-motivo passou a ter, igual ou maior valor representativo do que a imagem-motivo (SALCEDO, 2010, p. 107).

Inicialmente, foram utilizadas as variadas edições do Catálogo RHM para identificar os selos que fariam parte do corpus da pesquisa. Após análise do sistema de classificação criado pelos editores (ver quadro 11) e dos metadados utilizados para descrever os documentos surgiu a necessidade de enriquecer e padronizar as informações existentes no catálogo, de forma que seja feito o uso adequado dos termos descritores com um olhar atento sob o grau de precisão na representação desses documentos, a fim de facilitar o processo de busca e pesquisa do leitor que não é especialista, como no caso dos colecionadores.

Dessa forma, encara-se as atribuições do catálogo como uma análise preliminar, considerando a leitura de outros documentos correlatos. Foram consideradas as informações impressas nos selos postais comemorativos⁶² e também as atribuições dos editores de forma a complementar a análise descritiva para posterior atribuição de conceitos.

⁶² "Com a explosão do volume de emissões comemorativas de forma desordenada, além da emissão de outros documentos filatélicos (*bloco comemorativo, folhinha comemorativa, envelope de 1º dia de circulação* etc) e dos carimbos comemorativos que acompanham cada peça emitida, Ferreira (2003, p 82) admite, na primeira década do século XX, que tentar formar "qualquer coleção pretensamente universal, seria sempre um fracasso" (SALCEDO, 2010, p. 108).

Quadro 11- Classificação RHM

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO
A	Aéreos, Comemorativos Aéreos
ACR	Acre
AM	Amazonie
B	Blocos Comemorativos
BP	Bilhetes Postais
BPO	Agências Postais Britânicas no Brasil (British Post Office)
BPR	Bilhetes Postais da Revolução de 1932
C	Comemorativos
CB	Cartas-Bilhete
CBH	Cartas-Bilhete Rowland Hill
CBR	Cartas-Bilhete da Revolução de 1932
CC	Contribuição Cívica
CD	Caderneta de Selos
COU	Counani
CP	Cartas Pneumáticas
CT	Cintas
D	Depósitos
EM	Envelopes
ENGP	Envelopes da Campanha da Guerra do Paraguai
ENH	Envelopes Rowland Hill
ENR	Envelopes da Revolução de 1932
EPD	Envelopes de Primeiro dia e circulação
EV	Envelopes para a remessa de valores
F	Folhinhas (A - Autorizadas e O - Oficiais)
FDC	Envelopes de Primeiro Dia de Circulação (First Day Covers)
G	Guerra do Paraguai
H	Hansen (Dupla numeração - C)
IT	Ilha da Trindade
J	Jornais
K	Condor
MAX	Máximos Postais
MIP	Marcas de Isenção Postal
MIP-m	Marcas de Isenção Postal, manuscritas
MIP-i	Marcas de Isenção Postal, impressas
MIP-c	Marcas de Isenção Postal, carimbos
O	Oficiais
P	Pré-filatélicos
PB	Personalizados Básicos
R	Cartas enviadas por Reis e Rainhas
RE	Reimpressões
RG	Cartas enviadas por Regentes
SBr	Selos da S.C.A.D.T.A.
SP	Selos personalizados ou Promocionais
T	Telégrafos
V	Varig
X	Taxas
Z	Zepellin
SUFIXOS	
FP	Falso Postal
Y	Marmorizados
SD	Sem denteação
ES	Dos espaços da filigrana

Fonte: Adaptado de MEYER (2016)

Durante a análise inicial foram identificados 7 padrões distintos de descrição documental para os mesmos selos comemorativos ao longo das 31 edições do Catálogo, incluindo sua versão digital, que estão dispostos abaixo. Foi possível identificar que há elementos descritores que se repetem em todas as edições dos catálogos. São elas: 1) Data de emissão; 2) Título; 3) Valor facial e 4) Valor atribuído pelo catálogo. A partir de 1995 a moeda vigente também passa a ser identificada.

Entre 1975 e 1979, além destes elementos foram incluídos a coloração dos selos e outras características técnicas, a saber:

Dm – Documento desmonetizado;

Ed – Edital de emissão;

Dt – Denteação;

Fh - Quantidade de selos por folhas (estampa na linguagem postal);

Ip- Processo de impressão utilizado pela Casa da Moeda ou outro órgão impressor (calcografia, *off set*, rotogravura, talho doce, tipografado etc.);

Ti – Tiragem da emissão(exemplares) para unidades de milhão. Geralmente indicada de forma abreviada, por exemplo: 2.0 = dois milhões de exemplares. Utiliza-se os termos ilim. (ilimitada) ou indet. (indeterminada) para os casos em que a tiragem não foi previamente definida pelos Correios.

Figura 33 – Padrão descritor catalogado entre 1975 e 1979

1	1-1-1900	4.º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO	2
Dm. — set. 1900 — Ed. 1-12-1890 — Dt. 13 — Fh. — 50 — Ip. Lito, na Paulo Robim & Pinto — Lei 599 de 31-12-1898 — Ti — 400.000 ex.			
			
3	100	vermelho	4
2	200	azul amarelo verde	14,00
3	500	azul	14,00
4	700	verde	14,00
1A s/dt. (par 1.500,00) (qdr. 4.500,00)			50,00
1B 1800 em lugar de 1900			50,00

Fonte: (MEYER, 1975, p. 44)

Quando os valores dos documentos são apresentados em duas colunas, como no caso acima, a coluna da esquerda diz respeito ao documento novo. No caso dos selos postais devem ser considerados aqueles com ou sem goma, sem pintas de ferrugem, sem carimbo e sem marca de charneira⁶³ ou qualquer obliteração, conforme emitido pelos Correios. A coluna da direita vale para os selos usados com carimbo da época. Entre 1980 e 1990 os editores incluem, além dos descritores já identificados, uma terceira coluna (conforme indicado abaixo).

Nessa configuração, a coluna da esquerda é válida para os selos novos. Com goma original, sem pintas de ferrugem, sem carimbo e sem marca de charneira ou qualquer obliteração, conforme emitido pelos correios. A coluna do meio é considerada para selos novos sem goma (lavados) e a coluna da direita é utilizada para os selos usados com carimbo da época. Vale lembrar que a moeda vigente para cotações varia de acordo com cada edição do catálogo.

⁶³ Um pequeno pedaço de papel com goma nos dois lados.

Figura 34 - Padrão descritor catalogado entre 1980 e 1990

1-1-1900 — 4.º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL



Dm. — set. 1900
Dt. — 13
Fh. — 50
Ip. — Lito, na Paulo
Robim & Pinho
Lei 559 de 31-12-1898
Tl. — 0,1

1	100	vermelho	79,20	30,00	30,00
2	200	amarelo, verde	79,20	30,00	30,00
3	500	azul	79,20	30,00	30,00
4	700	verde	79,20	30,00	30,00
	Série:	316,80	120,00	120,00
1 B	1800	em lugar de 1900	798,00	485,00	420,00

A partir de 1995 mudanças significativas surgem: a) uma classificação tipológica alfanumérica, que segue o padrão anteriormente indicado no quadro 9. A numeração é cronológica e não interrompem-se as séries e emissões. Antecedendo a cada número há letras maiúsculas que designam a seção à qual pertencem os selos ou peças filatélicas; b) a utilização de notas explicativas e c) representação temática.

No caso do exemplo abaixo, **C** indica que são selos do tipo comemorativo e os números **1, 2, 3** e **4** indicam que estes são os primeiros selos comemorativos emitidos no Brasil, já que os números são atribuídos por ordem cronológica de emissão dos documentos. Além disso, aparecem mais dois detalhes técnicos:

Pp- Indica o tipo e espessura do papel empregado;

Ds- Nome do desenhista da arte que aparece no documento.

Figura 35 – Padrão descritor catalogado em 1995

1-1-1900 - 4º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL



Ds. - CE, TS, EN, CS
Dt. - 12,5 - 13 L
Fh. - 50
Ip. - lito na PRP
Pp. - sem filigrana
Tf. - 0,1

A	C-1	100 réis	Descobrimto do Brasil	15,0	8,0	6,0
	C-2	200 réis	Independência	15,0	8,0	6,0
	C-3	500 réis	Abolição dos escravos	15,0	8,0	6,0
	C-4	700 réis	República	15,0	8,0	6,0
		valor da série (4 selos)		60,0	32,0	24,0
	C-1 B	100 réis	1800 em lugar de 1900	180,0	90,0	90,0

C

B

A série foi impressa por conta da "Comissão da Comemoração do 4º Centenário", tendo sido destinado o produto da venda destes selos como contribuição aos festejos. Os selos, tanto novos como carimbados, foram vendidos pelo Correio de 1.1.1900 até 28.2.1900. No mesmo período a empresa Laemmert & Cia./RJ vendeu os selos com carimbo de favor.

De 1.3.1900 até 7.9.1900 a empresa Laemmert foi autorizada a vender os selos também sem carimbo. A tiragem original era de 400 mil exemplares de cada selo. Em 11.5.1901 foram incineradas 300.000 séries no forno da Alfândega.

A Convenção Postal de Washington de 1897 vedava o emprego destes selos no serviço internacional. A série foi impressa na Paulo Robin & Pinho e aprovada pela Lei 559 de 31.12.1898.

Entre 1996 e 1999 o catálogo elenca os selos comemorativos de maneira resumida, apenas com as indicações de data de emissão, título, classificação, valor facial, coloração e valores atribuídos pelos editores. Essa representação mais resumida indica que o Catálogo RHM assume uma forma mais econômica de publicação, conforme comentado pelos próprios editores ao longo das edições.

Figura 36 - Padrão descritor catalogado entre 1996 e 1999

**1-1-1900 - 4º CENTENÁRIO DO
DESCOBRIMENTO DO BRASIL**

			
C-1	100 rs, vermelho	12,00	6,00
			
C-2	200 rs, amar/verde	12,00	6,00
			
C-3	500 rs, azul	12,00	6,00
			
C-4	700 rs, verde	12,00	6,00

Até o ano de 2010 o Catálogo RHM segue a mesma lógica de padronização dos selos do tipo comemorativo. A única diferença são os valores correntes e o fato de que os documentos são representados em suas cores originais.

Figura 37 - Padrão descritor catalogado entre 2001 e 2010

**1-1-1900 - 4º CENTENÁRIO DO
DESCOBRIMENTO DO BRASIL**

				
C-1	100 rs	60,00	30,00	12,00
				
C-2	200 rs	60,00	30,00	12,00
				
C-3	500 rs	60,00	30,00	12,00
				
C-4	700 rs	60,00	30,00	12,00

Fonte: (MEYER, 2001, p. 168)

A partir de 2013 os editores retomam o padrão adotado em 1995, com os documentos representados nas cores originais e sem os dados técnicos de emissão.

Figura 38- Padrão descritor catalogado a partir de 2013

01-01-1900 – 4º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL



C-1	100 réis, Descobrimto do Brasil	110	40	15
C-2	200 réis, Independência	110	40	15
C-3	500 réis, Abolição da escravatura	110	40	15
C-4	700 réis, República	110	40	15
	Valor da série (4 selos)	440	160	60
C-1 B	100 réis 1800 em lugar de 1900	1.300	540	540

A série foi impressa por conta da "Comissão da Comemoração do 4º Centenário", tendo sido destinado o produto da venda destes selos como contribuição aos festejos. Os selos, tanto novos, como carimbados, foram vendidos pelo Correio de 1.1.1900 até 28.2.1900. No mesmo período, a empresa Laemmert & Cia./RJ vendeu os selos com carimbo de favor.

De 1.3.1900 até 7.9.1900, a empresa Laemmert foi autorizada a vender os selos também sem carimbo. A tiragem original era de 400 mil exemplares de cada selo. Em 11.5.1901, foram incineradas 300.000 séries no forno da Alfândega.

A Convenção Postal de Washington de 1897 vedava o emprego destes selos no serviço internacional.

A série foi impressa na Paulo Robin & Pinho e aprovada pela Lei 559 de 31.12.1898.

Fonte: (MEYER, 2013, p. 168)

Em 2017 a Editora RHM lança a versão digital do catálogo de Selos do Brasil. Há 22 categorias principais de itens, subdivididas em 993 subcategorias. Desde 2002 a RHM conta com uma loja virtual para acesso a acervo disponível, contudo somente em 2017 foi lançada a primeira versão digital do Catálogo RHM.

MEYER (2017, on-line) indica seu posicionamento acerca do processo de editoração do Catálogo ao considerar a cibercultura:

Prezados Filatelistas, estamos passando por uma mudança radical em nossas vidas. A nova geração já lê tudo no celular, na internet e nos tablets. Eu sou do tempo do papel e gosto dos livros impressos, mas descobri que com o catálogo on-line que já existe posso revisar, aumentar informações, mudar valores com rapidez e tudo isso grátis. Ninguém precisa comprar a edição 2017, mas aqueles que querem ir ao banheiro ou deitar na cama com algo impresso está aí a nova edição e por um preço pequeno quando imaginamos que alguém... que ficou meses trabalhando em duas edições (impressa e virtual) e ainda por cima dar este trabalho ou por pouco dinheiro (para uma tiragem de 1.000 exemplares) ou grátis no site www.catalogorhm.com.br.

A edição digital do Catálogo tem um potencial de atualização e revisão muito maior do que é possível ao considerar a temporalidade do processo editorial das versões impressas compiladas anualmente. O catálogo digital é categorizado de forma muito semelhante a estrutura elaborada na obra física. O menu de navegação inclui as mesmas categorias documentais, bem como a mesma lógica de compilação por ano de emissão de cada peça. Certamente o Catálogo RHM digital foi um marco para a filatelia tanto brasileira quanto internacional, de forma que massifica o acesso a parte do patrimônio nacional e abre espaço para possibilidades que não eram possíveis anteriormente.

Abaixo estão os descritores da série comemorativa 4º Centenário do Descobrimento do Brasil dispostos na versão digital do Catálogo RHM. Na busca é possível identificar alguns elementos básicos também inclusos nos catálogos impressos: a data de emissão, título da série, valor facial, classificação alfanumérica, representação temática, notas explicativas e valor de compra sugerido para itens novos e usados.

Figura 39- Padrão descritor do catálogo on-line



rhm:c0001 - 100 RÉIS DESCOBRIMENTO DO BRASIL

01-01-1900 - 4º CENTENÁRIO DO DESCOBRIMENTO DO BRASIL

100 RÉIS DESCOBRIMENTO DO BRASIL

Cotação do novo sem goma (lavado) e do usado com carimbo da época.

Série foi impressa por conta da "Comissão da Comemoração do 4º Centenário", tendo sido destinado o produto da venda destes selos como contribuição aos festejos. Os selos, tanto novos, como carimbados, foram vendidos pelo Correio de 1/1/1900 até 28/2/1900. No mesmo período, a empresa Laemmert & Cia./RJ vendeu os selos com carimbo de favor.

De 1/3/1900 até 7/9/1900, a empresa Laemmert foi autorizada a vender os selos também sem carimbo. A tiragem original era de 400 mil exemplares de cada selo. Em 11/5/1901, foram incineradas 300.000 séries no forno da Alfândega.

A Convenção Postal de Washington de 1897 vedava o emprego destes selos no serviço internacional.

A série foi impressa na Paulo Robin & Pinho e aprovada pela Lei 559 de 31/12/1898.

Fonte: (MEYER, 2019, on-line)

Figura 40- Padrão descritor do catálogo on-line



Fonte: (MEYER, 2019, on-line)

Figura 41- Padrão descritor do catálogo on-line



Fonte: (MEYER, 2019, on-line)

Observam-se nas diversas edições, seja impressa ou digital, variações nos graus de especificidade e exaustividade da representação temática, definição e inserção de metadados, além do sistema de classificação adotado, incluindo o uso de notas explicativas. Esses elementos sofrem alterações de acordo com cada imagem e espécie documental a ser analisada, para além de todas as especificidades comuns aos selos postais comemorativos e de cada

edição do Catálogo RHM. Importante salientar que a pesquisa em outras fontes, para além da imagem a ser analisada, como por exemplo os editais de emissão, e a compreensão do assunto tratado por parte de quem classifica, incluindo os conhecimentos inerentes à pessoa, são indispensáveis para este tipo de análise e representação.

A partir dessa problemática reflete-se acerca do quanto a forma como as informações estão dispostas em obras dessa natureza implicam na eficácia de busca dos leitores com variados níveis de especialidade no tema abordado. Considerando que obras de referência assim como o Catálogo de Selos do Brasil são especializadas, o processo de descrição documental deve conter o máximo de dados extraídos do documento a ser descrita, bem como do seu contexto de produção, dados estes que podem ser recuperados a partir de documentos afins, como é o caso dos editais de emissão para os selos postais.

Ainda, é importante pontuar que o indivíduo responsável pelo processo de representação documental por si só não tem a capacidade de definir tudo aquilo que pode ser considerado ou não uma informação essencial para o leitor ou usuário. As distintas visões de mundo daqueles que olham e que procuram um documento implicam em novos olhares que podem demandar outras definições e relações. Esse processo pode ser bem identificado ao tratar da análise de assuntos ou indexação de uma obra.

Além disso, o fato de o Catálogo de Selos do Brasil ser uma obra também disponibilizada virtual e gratuitamente promove um alcance e disponibilidade de acesso muito maior, o que implica em maiores discussões acerca da arquitetura das informações disponibilizadas, além da usabilidade do sistema, o que inclui um conjunto de regras e práticas que avaliam como os usuários aprendem e usam um produto para atingir seus objetivos.

Dessa forma, esta pesquisa analisou como os padrões adotados na representação documental de uma obra de referência podem auxiliar o leitor que não é capaz de fazer as relações intertextuais e interdocumentais que somente colecionador consegue. Assim, identificados os descritores na amostra realizada e feita a análise inicial são propostas na subseção abaixo algumas diretrizes para a leitura documentária de documentos filatélicos, com aplicação nos selos do tipo especial. Logo, é sugerido o que deve ser visualizado na materialidade do

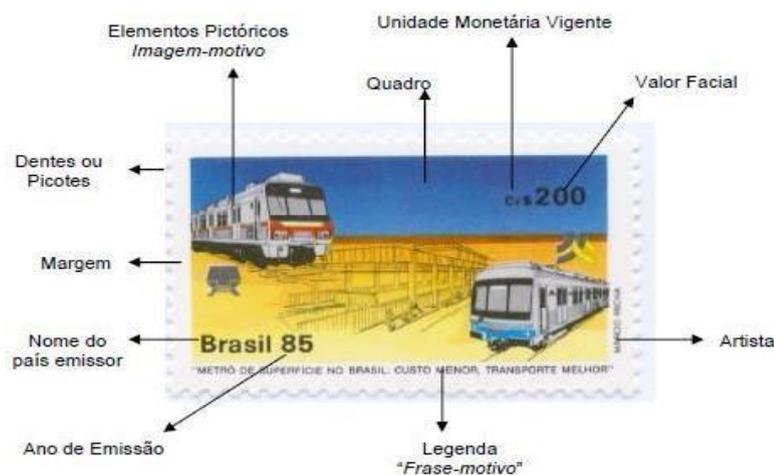
suporte e na abstração das ideias para pensar a representação temática e descritiva.

5.2 Diretrizes para a leitura documentária de selos postais comemorativos e especiais

Sabendo-se que existe um padrão normativo internacional de elementos constituintes dos selos comemorativos, adotados pelo Brasil desde 1900, os critérios e descritores desenvolvidos nesta pesquisa podem ser aplicados a todos os selos postais comemorativos brasileiros emitidos de 1900 até os dias atuais. Os selos especiais acompanham a mesma lógica de produção, porém fogem ao planejamento de emissões anuais. Vale pontuar que essa representação não tem a pretensão de ser permanente e deve constantemente repensada, pois a partir de novos olhares outros campos poderão ser demandados.

Diante disso foi pensada a importância que deve ser dada aos termos descritores do selo postal comemorativo levando em consideração a sua natureza e elementos intrínsecos a este documento, que por sua vez exigem maior grau de exaustividade. Dito isso, na Figura 42, a seguir, tem-se os descritores que podem ser considerados na análise desse tipo de documento, propostos por Salcedo (2010).

Figura 42: Componentes de análise do selo postal comemorativo



Fonte: Salcedo (2010, p. 153)

Salcedo (2011) propõe em seu livro uma tabela de descritores de selos postais. O autor elenca dados técnicos de publicação dos documentos, assim como adota a utilização de resumos que contextualizam os selos representados, conforma ilustrado abaixo:

Figura 43 - Representação do Selo Comemorativo Bonecos de Olinda- 1991



Instituição emissora	Correios do Brasil	Data de emissão do selo	08.02.1991
Autoria	Martha Poppe e Márcio Rocha	Carimbos de 1º dia de circulação	08.02.1991 Rio de Janeiro
Processo de impressão	Offset	Dimensões da imagem	25 x 35mm
Local de impressão	Casa da Moeda do Brasil	Dimensões do selo	30 x 40mm
Tipo de papel	Couchê Gomado, com Fosforescência nas margens	Denteação	12 x 11,5
Cor	Multicolor	Nome da série - Correios do Brasil	Carnaval Brasileiro
Filigrana	Não	Enunciado verbal no selo	nº 15 de 1989
Nº de selos por folha completa	30	Enunciado verbal do RHM + Id. (2008)	Carnaval Brasileiro - C1722
Nº de selos emitidos	2.125.000	Enunciado verbal do Scott + Id. (2002)	Olinda - 2301
Valor facial	Cr\$ 25,00	Registro oficial	Edital nº 4 de 1991
Tipo de selo	Comemorativo		

Fonte: (SALCEDO, 2011, p. 62)

Para cada selo postal elaborei uma tabela chamada Descritores de selos postais. Essas tabelas são divididas em duas partes. Na margem esquerda estão listados os descritores. São os mesmos em todas as tabelas. Ao lado direito, para cada descritor, pode existir um conteúdo que, penso eu, indica dados técnicos relevantes sobre cada selo postal (SALCEDO, 2011, p. 12).

Ainda, discutimos em Feitosa e Salcedo (2019) a elaboração de um protótipo de modelo para representar selos postais comemorativos brasileiros. O instrumento elaborado tem o objetivo de atender ao tratamento temático do documento postal diante da perspectiva adotada.

Figura 44- protótipo de modelo para representar selos postais

IMAGEM.MOTIVO	
INDIVIDUO	
EVENTO	
INSTITUIÇÃO	
LEGENDA	
ANO DE EMISSÃO	

Fonte: Feitosa e Salcedo (2019, p. 246)

A partir do debate gerado e revisão constante dos resultados alcançados em um primeiro momento de pesquisa, considerando os métodos e padrões descritores anteriormente citados e a espécie documental em questão foram estabelecidos dezoito descritores e critérios para a representação de selos postais comemorativos e especiais.

Essas diretrizes estão baseadas na tabela de descritores proposta pelo colecionador Salcedo (2011), nos Editais de Emissão Postal, na Portaria nº 3.063 de junho de 2018, que estabelece os critérios e os procedimentos para elaboração do Programa Selos Postais - PSP, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, no modelo de classificação de selos postais comemorativos proposto por Feitosa e Salcedo (2019) e nos padrões de descrição Dublin Core e NOBRADE, conforme contextualizado acima.

Exposto isso, considerar-se-á os critérios articulados com os descritores do quadro 12, em que são indicados os campos que serão explicados a seguir:

Quadro 12- Critérios e descritores

Descritores	
Imagem-motivo	Conjunto de elementos pictóricos na interface documental que diz respeito ao motivo de emissão do selo postal. A descrição deve detalhar as características da ilustração, tendo cautela para que a descrição feita não seja generalista e tampouco superficial.
Indivíduo	Personagens relacionadas ao motivo de emissão que estejam representados no documento.
Evento	Acontecimentos relacionados ao motivo de emissão do documento e que estejam representados no selo postal. É comum que um selo comemorativo seja emitido em virtude de um evento ocorrido, mas apareça a figura de uma pessoa ou instituição. Neste caso, o quarto critério estabelece que a pessoa ou instituição devem ser indicados, em 'indivíduo' ou 'instituição'.
Instituição	Entidades e/ou organizações relacionadas ao motivo de emissão e que estejam representadas no documento.
Coloração	Indicação das cores de impressão. Podem ser monocromáticos ou policromáticos.
Título	Enunciado verbal utilizado pela editora. Geralmente é retirado do edital de emissão de cada documento. Os documentos serão nomeados prioritariamente de acordo com o título atribuído pelo Edital de Submissão dos correios, fonte oficial e institucional, ou pelo Catálogo de Selos do Brasil (MEYER, 2019).
Legenda	Elementos verbovisuais textuais que podem ou não aparecer na interface documental. O enunciado verbal, ou legenda, deve ser reproduzido em seu formato ortográfico original, independentemente do acordo ortográfico da língua portuguesa em vigência.
Data de emissão	Data de emissão do selo postal comemorativo que pode estar, ou não, diretamente relacionado com o tema de celebração. O ano de emissão do selo, não deve ser interpretado como legenda. A confusão pode ocorrer por conta da organização das informações no suporte. É comum que no selo comemorativo apareçam o ano de emissão do selo e o ano de acontecimento do evento comemorado. Em alguns casos, o ano de emissão pode estar diretamente relacionado com o tema de celebração. Por isso é pertinente considerá-lo na representação temática. Dessa forma, o ano de acontecimento do evento deve ser indicado junto ao descritor 'evento' e a data de emissão em 'data de emissão'. Percebe-se que alguns selos comemorativos não possuem em sua impressão o ano de emissão. Neste caso, essa informação deve ser retirada do Catálogo de Selos do Brasil (MEYER, 2015) ou do Edital de Emissão publicado pelos Correios. Considere que todo ano é publicado um novo catálogo, atualizando seu conteúdo com as novas emissões anuais dos Correios do Brasil.
Valor facial	Preço do documento expresso de acordo com a moeda vigente do ano de emissão. "O valor facial é o uma impressão que se faz no selo postal onde é indicado quanto aquele selo custa no uso administrativo da agência postal. Por exemplo, se o envio de uma carta custa R\$0,50 (cinquenta centavos de Real), o usuário pode aderir sobre a carta um selo em que o valor facial seja de R\$0,50, ou dois selos em que o valor facial seja de R\$0,25 (vinte e cinco centavos de Real), cada um, ou cinco selos de R\$0,10 (dez centavos de Real)" (SALCEDO, 2010, p. 114).
Entidade emissora	A entidade responsável pela criação, disponibilização e veiculação do documento. No caso do Brasil é a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou Correios.
Colaborador	Outros responsáveis pela elaboração do documento. Inclui autoria da arte apresentada no quadro do documento. Nesse campo deve-se incluir os responsáveis pelas fotografias, além de artistas e designers quando houver.
Dimensões e suporte	Descrição das dimensões físicas do documento, incluindo tipo de papel e impressão. Os selos postais comemorativos, em grande parte, seguem um padrão de formato quadrangular ou retangular. "Existem selos postais triangulares, redondos e elípticos, mas esses são à exceção da regra" (SALCEDO, 2010, p. 108). "O selo postal é um fragmento de papel, recortado ou destacado de uma folha de papel, denominada <i>folha completa</i> , em que vários selos postais são impressos. Não existe um único tipo de papel para imprimir selos postais. Diversos tipos são utilizados para múltiplas situações" (SALCEDO, 2010, p. 107), como por exemplo: acetinado, avergoado, bastonado, cartolina, cebola, costelado, couché, liso, pontinhado, sulfite, laminado etc. Em relação aos processos utilizados para impressão, no Brasil e em outros países, foram identificados o tipográfico, a rotogravura ou heliogravura, o xilográfico, o talho-doce e o mais moderno, Off-Set. "A identificação do tipo de impressão é um conceito relevante no colecionismo de selos postais" (SALCEDO, 2010, p. 107).
Local	Região física de emissão. Os correios têm uma lista de lançamentos de selos por ano. O lançamento é um evento oficial e pode acontecer em distintas cidades simultaneamente e com presença de diferentes personalidades, algumas oficiais. Para cada local será criado um carimbo com o design do motivo de emissão do selo ou dos selos, e no carimbo haverá o registro do local e do dia. O carimbo com o selo são colados num envelope que será colecionado como Envelopes de primeiro dia

	de circulação e a série será completa quando o colecionador conseguir todos os envelopes lançados nas diferentes cidades.
Espécie	Categorização documental de acordo com as emissões postais e filatélicas.
Resumo	Texto que descreve resumidamente o conteúdo do documento. Preferencialmente deve-se utilizar como texto base as informações do respectivo edital de emissão.
Palavras-chave	Pontos de acesso da indexação. Deve considerar os temas de emissão de Selo Comemorativo ou de Selo Especial elencados na Portaria nº 3.063 de junho de 2018. Entre eles: arte e arquitetura; cultura popular; data comemorativa ou fato histórico; fauna e flora; meio ambiente; natal; personalidades e turismo.
Classificação	Sistema de classificação adotado pela editora RHM. (Ver quadro 11).
Relação	Relacionamentos interdocumentais que podem ou não estar conectados pelo motivo de emissão e que são independentes. Quando um selo fizer parte de uma série impressa, é indicado que essa informação esteja clara, por tratar-se de uma informação essencial aos pesquisadores e colecionadores. Deve ser indicado no descritor "Relação".

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Dessa forma, elenca-se abaixo o padrão de descrição definido para selos postais comemorativos:

Quadro 13 - Padrão de descrição para selos postais comemorativos

Padrão de descrição para selos postais comemorativos
1 Elementos pictóricos
1.1 Imagem-motivo:
1.2 Indivíduo:
1.3 Evento:
1.4 Instituição:
1.5 Coloração:
2 Elementos verbais
2.1 Título:
2.2 Legenda:
2.3 Data de emissão:
2.4 Valor facial:
2.5 Entidade emissora:
2.6 Colaborador:
2.7 Dimensões e suporte:
2.8 Local:
3 Elementos de categorização
3.1 Espécie:
3.2 Resumo:
3.3 Palavras-chave:
3.4 Classificação:
3.5 Relação:

Fonte: elaborado pela autora (2020)

Diante da exposição dos elementos que podem ser levados em consideração ao analisar o selo postal comemorativo, bem como o que já foi exposto a respeito do método de representação elaborado, avancemos para o enfoque prático da pesquisa.

Considerada a quantidade de mais de 5000 tipos de selos postais classificados no Catálogo RHM, no escopo temporal supracitado, para ilustrar e exemplificar a classificação proposta nesta pesquisa foi selecionada a Série Mulheres⁶⁴ Brasileiras que Fizeram História emitida em 2019 e composta por 6 selos: Elza Soares, Hortência, Hebe Camargo, Carolina Maria de Jesus, Maria da Penha e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. Utiliza-se, ainda, os respectivos editais de emissão n° 15/2019, 17/2019, 21/2019, 24/2019, 27/2019 e 32/2019.

⁶⁴ São inúmeros os selos postais brasileiros dedicados às mulheres e suas obras. É gratificante verificar o quão nobre tem sido a presença da mulher na Filatelia, destacando a sua função em vários contextos, mostrando que as mulheres estão cada vez mais conscientes dos papéis que desempenham na sociedade. É, portanto, justo que mulheres valorosas tenham as suas contribuições e os seus valores perpetuados em selos postais. Mais uma vez, a filatelia brasileira tem a honra de emitir selos sobre mulheres. Agora será a vez de Mulheres que Fizeram História, destacando seis personalidades vencedoras em suas vidas. São elas: Elza Soares, Hortência Marcari, Hebe Camargo, Carolina Maria de Jesus, Maria da Penha e Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. As mulheres merecem essa honraria, que também dignifica e enriquece a Filatelia brasileira. Esses selos representam o reconhecimento do Brasil e do mundo à história de vida, de trabalho e de força que as motivaram na tarefa de transformar o mundo (Fonseca, 2019, p. 2).

Figura 45- Elza Soares



Fonte: Blog dos Correios (2019)

1 Elementos pictóricos

- 1.1 Imagem-motivo:** Retrato da cantora e compositora Elza Soares segurando um microfone durante sua performance em show.
1.2 Indivíduo: Elza Soares
1.3 Evento: Show de Elza Soares no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.
1.4 Instituição: não apresenta
1.5 Coloração: policromático

2 Elementos verbais

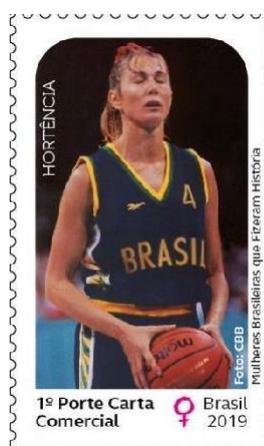
- 2.1 Título:** Elza Soares
2.2 Legenda: Mulheres Brasileiras que Fizeram História
2.3 Data de emissão: 23/07/2019
2.4 Valor facial: 1º Porte Carta Comercial⁶⁵
2.5 Entidade emissora: Correios
2.6 Colaboradores: Patrícia Lino; Jamile Costa Sallum e Daniel Eff.
2.7 Dimensões e suporte: 26 x 44mm, papel cuchê gomado, impressão ofsete.
2.8 Local: Rio de Janeiro, Brasil.

3 Elementos de categorização

- 3.1 Espécie:** Especial
3.2 Resumo: Essa emissão faz parte de uma série de seis selos, celebrando seis Mulheres que fizeram história. A primeira homenageada é a cantora e compositora Elza Soares. A imagem é uma foto que foi tirada durante um show no Centro de Convenções Ulysses Guimarães em Brasília.
3.3 Palavras-chave: Elza Soares. Mulheres Brasileiras que Fizeram História. Selo especial.
3.4 Classificação: C3826
3.5 Relação: Edital de Emissão nº 15/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação - Rio de Janeiro, RJ-23/07/2019.

⁶⁵ O primeiro porte da carta comercial teve valor atualizado de R\$ 1,85 para R\$ 1,95 em 2018.

Figura 46- Hortência



Fonte: Blog dos Correios (2019)

1 Elementos pictóricos

- 1.1 **Imagem-motivo:** Retrato da ex-atleta brasileira Hortência em quadra durante partida de basquete.
 1.2 **Indivíduo:** Hortência Marcari
 1.3 **Evento:** 26º Jogos Olímpicos em Atlanta de 1996.
 1.4 **Instituição:** não apresenta
 1.5 **Coloração:** Policromático

2 Elementos verbais

- 2.1 **Título:** Hortência
 2.2 **Legenda:** Mulheres Brasileiras que Fizeram História
 2.3 **Data de emissão:** 15/08/2019
 2.4 **Valor facial:** 1º Porte Carta Comercial
 2.5 **Entidade emissora:** Correios
 2.6 **Colaboradores:** Confederação Brasileira de Basketball; Jamile Costa Sallum e Daniel Eff.
 2.7 **Dimensões e suporte:** 26 x 44mm, papel cuchê gomado, impressão ofsete.
 2.8 **Local:** São Paulo, Brasil.

3 Elementos de categorização

- 3.1 **Espécie:** Especial
 3.2 **Resumo:** Essa emissão faz parte de uma série de seis selos, celebrando seis Mulheres que fizeram história. A segunda homenageada é a ex-atleta de basquete brasileiro, Hortência Marcari. A imagem é uma foto que foi tirada no momento da famosa “paradinha da Hortência”, tempo em que ela se concentra para fazer um arremesso de lance livre, durante um jogo dos 26º Jogos Olímpicos em Atlanta de 1996.
 3.3 **Palavras-chave:** Hortência Marcari. Mulheres Brasileiras que Fizeram História. Basquete. CBB. Selo especial.
 3.4 **Classificação:** C3828
 3.5 **Relação:** Edital de Emissão nº 17/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – São Paulo, SP-15/08/2019.

Figura 47- Hebe Camargo



Fonte: Blog dos Correios (2019)

1 Elementos pictóricos

- 1.1 **Imagem-motivo:** Retrato da Hebe Camargo posando no estúdio do fotógrafo Chico Audi.
- 1.2 **Indivíduo:** Hebe Camargo
- 1.3 **Evento:** não apresenta
- 1.4 **Instituição:** não apresenta
- 1.5 **Coloração:** Policromático

2 Elementos verbais

- 2.1 **Título:** Hebe Camargo
- 2.2 **Legenda:** Mulheres Brasileiras que Fizeram História
- 2.3 **Data de emissão:** 19/09/2019
- 2.4 **Valor facial:** 1º Porte Carta Comercial
- 2.5 **Entidade emissora:** Correios
- 2.6 **Colaboradores:** Chico Audi; Jamile Costa Sallum e Daniel Eff.
- 2.7 **Dimensões e suporte:** 26 x 44mm, papel cuchê gomado, impressão ofsete.
- 2.8 **Local:** São Paulo, Brasil.

3 Elementos de categorização

- 3.1 **Espécie:** Especial
- 3.2 **Resumo:** Essa emissão faz parte de uma série de seis selos, celebrando seis Mulheres que fizeram história. A terceira homenageada é a estrela da televisão brasileira Hebe Camargo. A imagem é uma foto que foi tirada em 2003, no estúdio do fotógrafo Chico Audi.
- 3.3 **Palavras-chave:** Hebe Camargo. Mulheres Brasileiras que Fizeram História. Selo Especial.
- 3.4 **Classificação:** C3831
- 3.5 **Relação:** Edital de Emissão nº 21/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – São Paulo, SP-19/09/2019.

Figura 48- Carolina Maria de Jesus



Fonte: Blog dos Correios (2019)

1 Elementos pictóricos

- 1.1 Imagem-motivo:** Retrato da escritora Carolina Maria de Jesus de braços cruzados em frente à uma residência na favela de Canindé, em São Paulo.
- 1.2 Indivíduo:** Carolina Maria de Jesus
- 1.3 Evento:** não apresenta
- 1.4 Instituição:** não apresenta
- 1.5 Coloração:** Preto e branco

2 Elementos verbais

- 2.1 Título:** Carolina Maria de Jesus
- 2.2 Legenda:** Mulheres Brasileiras que Fizeram História
- 2.3 Data de emissão:** 04/10/2019
- 2.4 Valor facial:** 1º Porte Carta Comercial
- 2.5 Entidade emissora:** Correios
- 2.6 Colaboradores:** Jamile Costa Sallum e Daniel Eff.
- 2.7 Dimensões e suporte:** 26 x 44mm, papel cuchê gomado, impressão ofsete.
- 2.8 Local:** São Paulo, Brasil.

3 Elementos de categorização

- 3.1 Espécie:** Especial
- 3.2 Resumo:** Essa emissão faz parte de uma série de seis selos, celebrando seis Mulheres que fizeram história. A quarta homenageada é uma das primeiras escritoras negras do Brasil, Carolina Maria de Jesus. A imagem é uma foto que foi tirada na favela de Canindé, São Paulo, em 1958.
- 3.3 Palavras-chave:** Carolina Maria de Jesus. Mulheres Brasileiras que Fizeram História. Selo Especial.
- 3.4 Classificação:** C3834
- 3.5 Relação:** Edital de Emissão nº 21/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – São Paulo, SP- 04/10/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – Sacramento, MG- 04/10/2019.

Figura 49- Maria da Penha



Fonte: Blog dos Correios (2019)

1 Elementos pictóricos

1.1 Imagem-motivo: Retrato da farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes posando no estúdio do fotógrafo Cid Moreira.

1.2 Indivíduo: Maria da Penha Maia Fernandes

1.3 Evento: não apresenta.

1.4 Instituição: não apresenta.

1.5 Coloração: Policromático

2 Elementos verbais

2.1 Título: Maria da Penha

2.2 Legenda: Mulheres Brasileiras que Fizeram História

2.3 Data de emissão: 04/11/2019

2.4 Valor facial: 1º Porte Carta Comercial

2.5 Entidade emissora: Correios

2.6 Colaboradores: Cid Moreira Fotografias; Jamile Costa Sallum e Daniel Eff.

2.7 Dimensões e suporte: 26 x 44mm, papel couchê gomado, impressão ofsete.

2.8 Local: Ceará, Brasil; Minas Gerais, Brasil.

3 Elementos de categorização

3.1 Espécie:

3.2 Resumo: Essa emissão faz parte de uma série de seis selos, celebrando seis Mulheres que fizeram história. A quinta homenageada é a líder de movimentos dos direitos das mulheres, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes. A imagem é uma foto que foi tirada em 2011, no estúdio do fotógrafo Cid Moreira.

3.3 Palavras-chave: Maria da Penha. Mulheres Brasileiras que Fizeram História. Selo Especial.

3.4 Classificação: C3837

3.5 Relação: Edital de emissão nº 27/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – Fortaleza, CE- 04/11/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – Nova Lima, MG- 04/11/2019.

Figura 50- Aracy de Carvalho Guimarães Rosa



Fonte: Blog dos Correios (2019)

1 Elementos pictóricos

- 1.1 **Imagem-motivo:** Retrato de Aracy de Carvalho Guimarães Rosa de braços cruzados.
- 1.2 **Indivíduo:** Aracy de Carvalho Guimarães Rosa
- 1.3 **Evento:** Não apresenta.
- 1.4 **Instituição:** Não apresenta.
- 1.5 **Coloração:** Preto e branco

2 Elementos verbais

- 2.1 **Título:** Aracy de Carvalho Guimarães Rosa
- 2.2 **Legenda:** Mulheres Brasileiras que Fizeram História
- 2.3 **Data de emissão:** 04/12/2019
- 2.4 **Valor facial:** 1º Porte Carta Comercial
- 2.5 **Entidade emissora:** Correios
- 2.6 **Colaboradores:** Jamile Costa Sallum e Daniel Eff
- 2.7 **Dimensões e suporte:** 26 x 44mm, papel cuchê gomado, impressão ofsete.
- 2.8 **Local:** Brasília, Paraná e São Paulo – Brasil.

3 Elementos de categorização

- 3.1 **Espécie: Especial**
- 3.2 **Resumo:** Essa emissão faz parte de uma série de seis selos, celebrando seis Mulheres que fizeram história. A sexta homenageada é a mulher que arriscou a própria vida para salvar outras, a heroína Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. A imagem é uma foto que foi tirada entre 1939 e 1945.
- 3.3 **Palavras-chave:** Aracy de Carvalho Guimarães Rosa. Mulheres Brasileiras que Fizeram História. Selo Especial.
- 3.4 **Classificação:** C3846
- 3.5 **Relação:** Edital de emissão nº 32/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – Brasília, DF- 04/12/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – Curitiba, PR- 04/12/2019; Carimbo de 1º Dia de Circulação – São Paulo, SP- 04/12/2019.

6 O FIM

Em 2017, ao final de uma apresentação em evento científico, um dos avaliadores me fez o seguinte questionamento: o que você considera como maior resultado de sua pesquisa? Confesso que no momento essa pergunta me incomodou. Será que não fui convincente? Minha pesquisa não é válida? Meu olhar não é válido? Pensei. Não me recordo da resposta, talvez eu tenha citado algo escrito no relatório final. Na tréplica ele diz: você está errada. O maior resultado de sua pesquisa é você mesma. Aquilo não fez muito sentido pra mim na época, mas hoje consigo enxergar além de todo o processo.

Aceitar trilhar um caminho de pesquisa totalmente desconhecido, sem domínio dos conteúdos, e passar a me enxergar nele me fez desenvolver uma autonomia nunca antes sentida. Esse meu desafio, enquanto pupila, de traçar novas perspectivas e olhares a partir da Filatelia em diálogo com a Ciência da Informação me faz satisfeita com os resultados de todo o percurso trilhado.

Diante da concepção de uma memória social, cabe indicar que o trabalho contribui com a difusão livre da memória e da identidade nacional, na medida em que considera a popularização do acesso à documentação filatélica e postal brasileira. A disponibilização desse tipo de patrimônio documental cria meios para que a população preserve e também renove o olhar sobre a sua própria identidade. Dessa forma, promove maior possibilidade de acesso ao conjunto de informações históricas, sociais, culturais e econômicas que estão contidas nesses documentos auxiliando colecionadores, pesquisadores e professores além de todo o público-alvo em potencial.

Assim, entendo que pesquisas atentas a materialidade dos documentos, bem como das abstrações ali contidas, como é o caso da análise da representação da memória postal brasileira, possibilitam releituras das narrativas presentes nos documentos: as pessoas, os fatos, eventos, relacionamentos, processos e escopo temporal.

É importante considerar que esses documentos estão inseridos em um contexto político de produção, de forma que é possível enxergar aquilo que foi outrora validado, mas também há histórias que foram silenciadas em detrimento de outras. Dito isso, é salutar que haja uma certa sensibilidade ao consideraras

perspectivas e pontos de vista adotados neste processo, considerando tanto sua época de produção, quanto o período atual em que se olha para o objeto.

De forma geral, esses registros funcionam como um elo entre um ser social, sua história e o conhecimento político, econômico, social e cultural. Assim, o estudo da documentação postal emitida no Brasil desperta a possibilidade de um novo olhar sobre aspectos culturais, sociais, históricos e econômicos do povo brasileiro.

A problemática de pesquisa envolveu questionamentos que partem da ideia de que há indivíduos com graus distintos de conhecimento no campo da Filatelia e que o contexto de produção e sistematização do Catálogo RHM podem influenciar diretamente nas práticas do colecionismo filatélico.

Dessa forma, ao analisar a trajetória percorrida até aqui, baseada tanto na pergunta de pesquisa sobre quais são os modos de representação documental no Catálogo RHM, considerado o período de 1975 até 2019, quanto no objetivo geral desse estudo, o qual foi investigar as variações nos padrões de metadados adotados na representação temática e descritiva dos selos postais comemorativos no Catálogo de Selos do Brasil, considero que o andamento foi satisfatório, enriquecedor e os objetivos propostos alcançados.

Contudo, vale ressaltar que houve uma dificuldade no que diz respeito à disponibilidade do objeto de pesquisa. As várias edições impressas do Catálogo RHM não estavam dispostas conjuntamente em um único ambiente. Em 2017, pela primeira vez, o Catálogo RHM foi publicado *on-line*. Isso não minimizou o problema supracitado, mesmo que com o surgimento da Internet haja uma maior diversificação de fontes adicionais de informação filatélica, pois as informações sobre a editoração do catálogo, assim como as minúcias da lógica de padronização adotada são, unicamente, visualizadas nos exemplares impressos. Vale ressaltar, que a dificuldade inicial foi sanada, visto que durante a pesquisa tive acesso aos 31 catálogos, e obras diversas, por intermédio do acervo privado de um bibliófilo filatélico da cidade do Recife.

O debate gerado desde o referencial teórico, que tratou dos conceitos de documento e memória da Ciência da informação, da Filatelia enquanto campo área de conhecimento e prática, da contextualização histórica e editorial do Catálogo RHM, considerando que é inédito o estudo de uma série editorial

filatélica na esfera acadêmica brasileira, e a análise da representação da memória postal brasileira, atendeu ao propósito desta pesquisa.

Ainda, as diretrizes para a leitura documentária de selos postais comemorativos e especiais, bem como a sua aplicação funcionam de forma efetiva enquanto proposta de um novo instrumento técnico para representação documental de selos postais comemorativos e especiais.

Foi esquematizado um procedimento para tratamento temático do documento postal diante da perspectiva adotada, tendo em vista que a partir das especificidades encontradas diante da análise documental, o método aplicado é mutável e recorrentemente discutível, tendo o mesmo passado por algumas adaptações e modificações.

Diante disso, há perspectiva para trabalhos futuros que considerem outras espécies documentais, bem como os relacionamentos que podem ser estabelecidos entre documentos, a partir do regime informacional aos quais estejam inseridos e o seu agenciamento, no sentido de que envolve os objetos e o que fazemos e falamos sobre eles, considerando pessoas, instituições, coisas, processos e outros documentos.

REFERÊNCIAS

ALIANZA INTERNACIONAL DE EDITORES INDEPENDIENTES. **Declaración internacional de los editores independientes, para contribuir a la defensa y promoción de la biodiversidad**. Paris: Alianza Internacional de Editores Independientes, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2Ws7DRk>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais 10.5007/1518-2924.2003v8n15p18. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 8, n. 15, p. 18-40, 2003. DOI: 10.5007/1518-2924.2003v8n15p18 Acesso em: 11 dez. 2019.

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais. **R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.**, Florianópolis, n.15, 2006. p. 1- 23.

ANDERSEN, J. Communication technologies and the concept of knowledge organization. **Knowledge Organization**, 2002, 29: 29-39.

ANDERSON, J. D. Organization of knowledge. In: FEATHER, J.; STURGES, P. (Ed.). **International Encyclopedia of Information and Library Science**. London: Routledge, p. 336-353. 1996.

ARAÚJO, E. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1986.

BARCELLOS, M. de A. As pequenas e médias editoras diante do processo de concentração: oportunidades e nichos. In: BRAGANÇA, A.; ABREU, M. (Orgs.). **Impresso no Brasil**: dois séculos de livros brasileiros. São Paulo: Unesp, 2010.

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en bibliotecología y documentación. In: CARRARA, Kester (Org.). **Educação, universidade e pesquisa**: textos completos do III simpósio em filosofia e ciência: paradigmas do conhecimento no final do milênio. Marília: Unesp-Marília-Publicacoes; São Paulo: FAPESP, 2001. p. 35-60.

BARROS, C. M.; PADILHA, R. Novas perspectivas para a classificação. **Em Questão**, v. 21, n. 1, 2015. DOI:10.19132/1808-524500.210-215. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/17150>. Acesso em: 02 Set. 2017.

BEAK, J.; OLSON, H. A. Analysis of metadata schemas for children's libraries. In: Smiraglia, R. P., ed., Proceedings from North American Symposium on **Knowledge Organization**, 3, Toronto, 2011, pp. 13-22. Disponível em: <http://iskocus.org/nasko2011-proceedings.php>.

- BEGHTOL, C. Ethical decision-making for knowledge representation and organization systems for global use. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, New York, v. 56, n. 9, p. 903-912, 2005.
- BELLOTO, H. L. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2002.
- BOCCATO, V. R. C.; FUJITA, M. S. L. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos BAD**, v. 2. n. 1, p. 84-100, 2006.
- BRAGANÇA, Anibal; MOREIRA, Sônia Virgínia. (Orgs.). **Comunicação, acontecimento e memória**. São Paulo: INTERCOM, 2005.
- BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia. (Orgs.). **Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros**. São Paulo: UNESP, 2010.
- BRASCHER, M.; CAFÉ, L. **Organização da informação ou organização do conhecimento?** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 813, de 23 de dezembro de 1901. **Lex**: Fixa a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercício de 1902 e dá outras providencias. Disponível em: <http://bit.ly/2MgGrn0> Acesso em: 22. jul. 2019.
- BRASIL. Portaria nº 3063/2018/SEI-MCTIC, de 12 de junho de 2018. **Lex**: Estabelece os critérios e os procedimentos para elaboração do Programa Selos Postais – PSP, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Disponível em: <http://bit.ly/2YudHNO> Acesso em: 10. jul. 2019.
- BRIET, S. **O que é a Documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.
- BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. **Journal of Information Science**, v. 2, Part I (p.125-133), Part II (p.209-221), Part III (p.269-275), and v. 3, Part IV (p.3-12), 1980.
- BUCHER, O.; HILL, L. Treatment of Georeferencing. in Knowledge Organization Systems: North American Contributions to Integrated Georeferencing. In: Jacob, E. K.; Kwasnik, B. (Eds.). **Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization**, 2009. Syracuse, NY, pp: 47-57. Disponível em: <http://iskocus.org/nasko2009-proceedings.php>.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.
- BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.

BUCKLAND, M. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.9, p.804-809, 1997.

BUFREM, L. S. (Coord.). **Catálogo coletivo de dicionários da língua portuguesa em bibliotecas de Curitiba**. Curitiba: Departamento de Biblioteconomia da UFPR, 1993.

BUFREM, L. S. **Editoras universitárias no Brasil: uma crítica para a reformulação da prática**. São Paulo: EDUSP, 2015.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: história e imagem**. São Paulo: EDUSC, 2004.

CAMPBELL, D. G. Tensions between language and discourse in north american knowledge organization. In: Jacob, E. K.; Kwasnik, B. (Eds.). (2009). **Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization**, 2009, 2. Syracuse, NY, pp: 10-16. Disponível em: <http://iskocus.org/nasko2009-proceedings.php>.

CAMPELLO, B. S.; CAMPOS, C. M. **Fontes de informação especializada: características e utilização**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha Batista de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **Transinformação**, Campinas , v. 24, n. 2, p. 77-90, Aug. 2012 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862012000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 Jan. 2020.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CIVITA, V. **Manual do Filatelista**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

COLLINSON, Robert L. **Índices e indexação: guia para indexação de livros, e coleções de livros, periódicos, e coleções de livros, periódicos, partituras musicais, com uma seção de referência e sugestões para leitura adicional**. São Paulo: Polígono, 1971.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias: segunda edição**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações técnicas, n. 50)

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: norma geral internacional de descrição arquivística, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações técnicas, n. 49)

CORREIOS. **Tipos de selos postais**. Disponível em: <https://bit.ly/2WshhrK>. Acesso em: 20 de jun. 2018.

CUNHA, M. B. **Para saber mais**: fontes de informação em ciência e tecnologia. Brasília [DF]: Briquet de Lemos, 2001.

CUNHA, M. R. A Memória na era da reconexão e do esquecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2011. Disponível em: encurtador.com.br/cimS6 Acesso em: 30 jan. 2019.

CUNHA, M. R. **Manual de fontes de informação**. Brasília [DF]: Briquet de Lemos, 2010.

CUNHA FILHO, P. C. da; SALCEDO, D. A.; HOLANDA, R. (Orgs.). **Imagem e cotidiano**: ensaios de cultura visual. Recife: EDUFPE, 2014.

DAHLBERG, I. **Knowledge organization**: its scopes and possibilities. Knowledge organization, Frankfurt, n. 20, p. 211-222, 1993

DAHLBERG, I. Current trends in Knowledge Organization. In: GARCIA MARCO, F. J. **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación 1**. Actas del I Encuentro de ISKO-España, 1993, Madrid. Zaragoza: Librería General, 1995. p. 7-25

DAHLBERG, I. **Knowledge Organization**. 2006. Disponível em: http://www.db.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/knowledge_organization_Dahlberg.htm> Acesso em: 20 nov. 2019.

DUBLIN CORE METADATA INITIATIVE. Dublin Core Metadata Element Set, Version 1.1. 2012. Disponível em: <<http://dublincore.org/documents/dces/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

DUMONT, L. M. M. et al. A editoração no Brasil: aspectos gerais. **R. Esc. Bibliotecon**. UFMG, Belo Horizonte, v. 8 n. 2, p. 156-184, 1979.

ECO, Humberto. **A vertigem das listas**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

EDWARDS, C. (2011). Soviet classifications and situated knowledges. In SMIRAGLIA, Richard P., ed. **Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization**, 2011. Toronto, pp. 13-22. Disponível em: <http://iskocus.org/nasko2011-proceedings.php>.

FEITOSA, K. L.; SALCEDO, D. A. Selos comemorativos brasileiros: uma proposta de representação do conhecimento. **Perspectivas em Ciência da**

Informação, v. 24, n. 1, p. 232-251, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/2Z64acs>. Acesso em: 20 maio 2019.

FERREIRA, D. **Produção editorial**: etapas de produção de um livro. 2016. Disponível em: <http://twixar.me/4x6n>. Acesso em: 28 mar. 2018.

FONSECA, E. N. da. **Bibliografia de obras de referência pernambucanas**. Recife: Imprensa Universitária, 1964.

FOSKETT, A. C. **A abordagem temática da informação**. São Paulo: Polígono; Brasília: UnB, 1973.

FROHMANN, B. **Deflating information: from science studies to documentation**. Toronto: University of Toronto Press, 2004.

FROHMANN, B. Revisting "What is a documnt". **Journal of Documentation**, v.6, n.2, p.291-303, 2009.

GABRIEL, A. S. **Catálogo ilustrado de Máximos Postais emitidos pelos Correios do Brasil (1973-2013)**. Edição do autor: São José do Rio Preto, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2MAwgLI>. Acesso em: 26 de mar. 2019.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Knowledge organization from a "culture of the border": towards a transcultural ethics of mediation. In: LÓPEZ-HUERTAS, M. J. (Ed.). **Challenges in knowledge representation and organization for the 21st century**: integration of knowledge across boundaries. Würzburg: ERGON-Verlag, 2002. p. 516-522.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **Transinformação**, Campinas, v.18, n.2, p.103-112, maio/ago. 2006.

GARCIA GUTIERREZ, A. **Epistemología de La documentación**. Barcelona: Stonberg Editorial, 2014.

GASKELL, P. **A new introduction to bibliography**. New Castle, DE: Oak Knoll Press, 2012.

GIL LEIVA, I. **La automatización de la indización de documentos**. Gijón: Trea, 1999.

GIL LEIVA, et al. Consistência na Indexação em bibliotecas universitárias brasileiras. **Transinformação**, Campinas, v.20. n.3, p.233-53, set./dez., 2008.

GILLILAND-SWETLAND, A. J. **Introduction to metadata**: Setting the stage. 2000. Disponível em: <https://goo.gl/CH9Ebk> Acesso em: 19 abr. 2017.

GREEN, R. See-also relationships in the Dewey Decimal Classification. In Smiraglia, Richard P., ed. **Proceedings from North American Symposium on**

Knowledge Organization, 2011. Toronto, pp. 41-51. Disponível em: <http://iskocus.org/nasko2011-proceedings.php>.

GOMES, M. A.; DUMONT, S. M. M. Possíveis relações entre o uso de fontes de informação e a competência em informação. **Transinformação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 133-143, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://goo.gl/b6nvUk>. Acesso em: 01/08/2017.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, 2012. Disponível em: <http://twixar.me/Jx6n>. Acesso em: 5 abr. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**. Brasília [DF], v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://twixar.me/zx6n>. Acesso em: 22 jun. 2019.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A Documentação e o Neodocumentalismo. In: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Orgs.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

GONÇALVES, J. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Rev. Memória em Rede**, Pelotas, v.7, n.13, Jul./Dez.2015. Disponível em: <http://twixar.me/jx6n>. Acesso em: 15 fev. 2019.

GOULART, C. **Direito autoral descomplicado**: soluções práticas para o dia a dia. Brasília - DF: Thesaurus, 2009.

GUGLIOTTA, A. C. Pensando e repensando o documento. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 314-331, jul. 2017. ISSN 1983-5213. Disponível em: <https://bit.ly/2KvtZ1K>. Acesso em: 18 maio 2018.

GUIMARÃES, J. A. C.; DODEBEI, V. (Orgs.) Organização do conhecimento: passado, presente e futuro em um contexto de diversidade cultural. In: **Organização do Conhecimento e Diversidade Cultural**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2015.

HOFFMAN, G.L. (2009) Applying the User-Centered Paradigm to Cataloging Standards in Theory and Practice: Problems and Prospects. In: Jacob, E. K.; Kwasnik, B. (Eds.). (2009). **Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization**. Syracuse, NY, pp: 27-34. Disponível em: <http://iskocus.org/nasko2009-proceedings.php>.

HORCH, R. E. Bibliografia textual. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 3/4, p. 147-154, jul./dez. 1978. Disponível em: <https://bit.ly/2I2qgWA>. Acesso em: 7 fev. 2019.

HJORLAND, B. Nine principles of knowledge organization. In: ALBRECHTSEN, H.; ORNAGER, S. (ed.) **Knowledge organization and quality management**.

Frankfurt/main: Indeks, 1994. p. 91-100. (Advances in Knowledge Organizatio, v. 4).

HJORLAND, B. Fundamentals of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Wurzburg, v. 30, n.2, p. 87-111, 2003.

HJORLAND, B. What is knowledge organization (KO). **Knowledge organization**, Frankfurt, v. 35, n. 2 –3, p.86-101, 2008.

KIPP, M. E. I. (2007). Tagging for health information organisation and retrieval. In: Tennis, J. T., Ed. **Proceedings of the North American Symposium on Knowledge Organization**. Toronto, pp. 63-74. Disponível em: <http://iskocus.org/nasko2007-proceedings.php>.

KNAPP, W. **O que é editora**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KENNEY, A. R.; RIEGER, O. Y.; ENTLICH, R. **Llevando la teoría a la práctica: tutorial de digitalización de imágenes**. Disponível em: <http://www.library.cornell.edu/preservation/tutorial-spanish/contents.html>
Acesso em 20 nov. 2019.

LANCASTER, L. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília [DF]: Briquet de Lemos, 2004.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2 ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 2006.

LINDOSO, F. Livrarias independentes e preço do livro. **Publishnews**, São Paulo, 25 de out. de 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2ObCChC>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

LÓPEZ-HUERTAS, M. J. Some current research questions in the field of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Würzburg, v. 35, n. 2/3, p. 113-136, 2008.

LOURENÇO, C. A. L. **Modelagem de dados como ferramenta de análise de padrões de metadados em bibliotecas digitais: o padrão de metadados brasileiro para teses e dissertações segundo o modelo entidade-relacionamento**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

LUND, N. W. Document theory. **Annual review of information science and technology**, n. 43, p. 399-432, 2009. Disponível em: <http://twixar.me/Bx6n>. Acesso em: 07 mar. 2019.

MAI, J. E. The modernity of classification. **Journal of Documentation**, London, v. 67, n. 4, p. 710-730, 2011

MAIMONE, G. D. **Estudo do tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas**: cenário paulista - análises e propostas. Campinas, SP: 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2007.

MAIMONE, G. D.; GRACIOSO, L. de S. Representação temática de imagens: perspectivas metodológicas. **Informação & Informação**, v. 12, n. 1, p. 130-141, jul. 2007.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. **Datagramazero**, v. 9, n. 2, Artigo 02, abr. 2008.

MANINI, M. P. **Análise documentária de fotografias**: um referencial de leitura de imagens fotográficas para fins documentários. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, USP.

MÉNDEZ RODRÍGUEZ, E. **Metadados y recuperación de información**: estándares, problemas y aplicabilidad en bibliotecas digitales. Gijón: Trea, 2002. 429 p.

MEYER, P. **Catálogo Enciclopédico de Selos & História Postal do Brasil**: das origens à 1890. São Paulo: RHM, 1999a.

MEYER, P. **Catálogo de Assinaturas do Brasil**: personalidades Luso-brasileiras. São Paulo: Catálogo RHM, 2013.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1975.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1977.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1979.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1981.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1985.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1987.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1990.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1999b.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 1990.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 2001.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 2004.

MEYER, P. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: RHM, 2016.

MEYER, P. F. Catálogo RHM 2017. **Selos do Brasil**: fórum eletrônico, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2QPghYE>. Acesso em: 31 abr. 2019.

MENESES, U. T. B. A história cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Rev. Inst. Est. Bras.**, São Paulo, n. 34, p. 9-24, 1992. Disponível em: <http://twixar.me/Vx6n>. Acesso em: 17 jun. 2019.

MENESES, U. T. B. Os paradoxos da memória. In: **Memória e cultura**: a importância da memória na formação cultural humana. São Paulo: SESC, 2007.

MILANI, S. O.; GUIMARÃES, J. A.C. (2011). Biases in knowledge representation: an analysis of the feminine domain in Brazilian indexing languages. In Smiraglia, Richard P., ed. **Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization**, 3. Toronto, pp. 94-104. Available: <http://iskocus.org/nasko2011-proceedings.php>

MIRANDA, M. J. K. F. O.; SALCEDO, D. A.; GRIMALDI, S. Memória, Ciência da Informação e Filatelia: pernambucanidades em mapas conceituais. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15, Belo Horizonte, 2014. **Anais...**, v. 15, 2014. Disponível em: <http://twixar.me/sx6n>. Acesso em: 05 fev. 2019.

MOSTAFA, S. P. A documentalidade como conceito filosófico. In: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Orgs.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

MORAES, R. B. de. **O bibliófilo aprendiz**. 3 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A.; ROBLDANO ARILLO, J. **O conteúdo da imagem**. Curitiba: UFPR, 2003. 134 p.

MURGUIA, E. I. Percepções e aproximações do documento na Historiografia, Documentação e Ciência da Informação. In: CRIPPA, G.; MOSTAFA, S. P. (Orgs.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas: Alínea, 2011.

NARDON, C. N. **O preço do livro no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.

OMAR ACHA, J. La renovación de la historia del libro: la propuesta de Roger Chartier. Información, cultura y sociedad, Buenos Aires, n. 3, p. 61-74, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2wRiOUj>. Acesso em: 23 abr. 2019.

OLSON, H. A.; BOLL, J. J. **Subject analysis in online catalogs**. 2. ed. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 2001.

OLSON, H. A. **The power to name**: locating the limits of subject representation in libraries. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2002.

OTLET, P. **Documentos e documentação**. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

PENA, R. S. Contribuições do saber histórico para uma prática interdisciplinar. **Cadernos de História**, Uberlândia, v.15, n.1, p 125-136, 2007. Disponível em: <http://twixar.me/kx6n>. Acesso em: 22 nov. 2018.

PRIMO, A. O aspecto relacional das interações na Web 2.0 **E-Compós** (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em: <http://twixar.me/f66n>. Acesso em: 11 jun. 2019.

RABELLO, R. A dimensão categórica do documento na Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: Florianópolis, v. 16, n. 31, p.131-156, 2011. Disponível em: <http://twixar.me/166n>. Acesso em: 13 mar. 2019.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília [DF]: Briquet de Lemos, 2009.

RAYWARD, W. B. The Origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v. 48, n. 4, p. 289-300, 1997.

REYES GÓMEZ, F. El libro moderno desde la bibliografía material y la biblioteconomía. Ayer: **revista de historia contemporánea**, Madrid, v. 58, n. 2, p. 35-56, 2005.

SALCEDO, D. A. Filatelia e memória: pequenos embaixadores de papel. In: VERRI, G. M. W. (Orga.). **Registros do passado no presente**. Recife: Bagaço, 2008. p. 155-195.

SALCEDO, D. A. **A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000**. Recife: EDUFPE, 2010.

SALCEDO, D. A.; SANTANA, Adriana. Memória e representação do jornalismo brasileiro: o caso do selo postal. **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 2, p. 42-58, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3as3SDk>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SALCEDO, D. A. **Pernambuco nos selos postais**: fragmentos verbo-visuais de pernambucanidades. Recife: FacForm, 2011.

SALCEDO, D. A. **Espelhos de papel**: pelo estatuto do selo postal adesivo. Recife, 2013. 253 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Artes e Comunicação Programa de Pós-graduação em Comunicação, 2013.

SALCEDO, D. A.; MENEZES, P. O. Análise da história filatélica e flutuação econômica postal brasileira entre 1956 e 1963: um olhar no Repositório

Filatélico Brasileiro (REFIBRA). ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO - CIFORM, 13, 2017. **Anais...** Salvador: ICI/EDUFBA, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2RiraUB>. Acesso em: 13 mar. 2019.

SALCEDO, D. A.; FEITOSA, K. L. Índices para obras de referência: o caso da bibliografia filatélica brasileira (bifibra). **Biblios** (Peru), n. 72, p. 22-34, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/BEGV8. Acesso em: 22 abr. 2019.

SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/12528/14379>. Acesso em: 03 dez. 2019.

SCHIFFER, F.; MEYER, R. H. **Catálogo de selos do Brasil**. São Paulo: Ave Maria, 1975.

SCHULTZ, Claire K. Hans P. Luhn: pioneer of Information Science, selected works. New York: Spartan Press, 1968.

SILVA, Maria dos Remédios da.; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. *Transinformação*, Campinas. v.16, n. 2, p.133-161, 2004. Disponível em: . Acesso em 12 de fev. de 2016.

SMIT, J. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SMIRAGLIA, R. P. The progress of theory in knowledge organization. **Library Trends**, Champaign, v. 50, n.3.p. 330-349, 2002.

SMIRAGLIA, R. P. Modulation and Specialization in North American Knowledge Organization: Visualizing Pioneers In: In: Jacob, E. K.; Kwasnik, B. (Eds.). (2009). **Proceedings from North American Symposium on Knowledge Organization**, 2009, 2. Syracuse, NY, pp: 35-46. Disponível em: <http://iskocus.org/nasko2009-proceedings.php>.

SMIRAGLIA, R.P. Epistemology of domain analysis. In: **Cultural frames of knowledge**. Würzburg: Ergon-Verlag, 2012, pp. 111-24

SOARES, M. S. B.; MARTIN, M. T.; FRANCELIN, M. M. Pluralismo lógico e epistemografia interativa como ferramentas desclassificadoras do conhecimento. **Rev. digit. bibliotecon. cienc. inf.**, Campinas, v.11, n.1, p. 55-71, jan./abr. 2013

SOUSA, L. M. A. E.; FUJITA, M. S. L.; GRACIOSO, L. S. (Orgs.). **A Imagem em Ciência da informação**: reflexões teóricas, experiências práticas. Marília: Cultura acadêmica, 2014.

SOUZA, M. I. F.; VENDRUSCULO, L. G.; MELO, G. C. Metadados para a descrição de recursos de informação eletrônica: utilização do padrão Dublin Core. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 29, n. 1, p. 93-102, abr. 2000.

SVENONIUS, E. **The intellectual foundations of information organization**. Cambridge: The MIT Press, c2000. 255p.

TENNIS, J. T. Epistemology, theory and methodology in Knowledge Organization: Toward a Classification, Metatheory, and Research Framework. **Knowledge organization**, Frankfurt, v. 35, n. 2-3, p. 102-112, 2008.

TOFFLER, A. **A terceira onda**. Trad. João Távora. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

WILSON, T. D. Information science and research methods. **Library and Information Science**, 2002. Disponível em: <http://informationr.net/tdw/publ/papers/slovak02.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

WILSON, T. D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, London, v. 62 n. 6, p. 658-670, Dec. 2006. Disponível em: . Acesso em: 7 jan. 2011.

YATES, F. A. **A arte da memória**. Campinas: Unicamp, 2007.

ZINS, C. Conceptual approaches for defining 'data', 'information', and 'knowledge'. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.58, n.4, p.479-493, 2007.

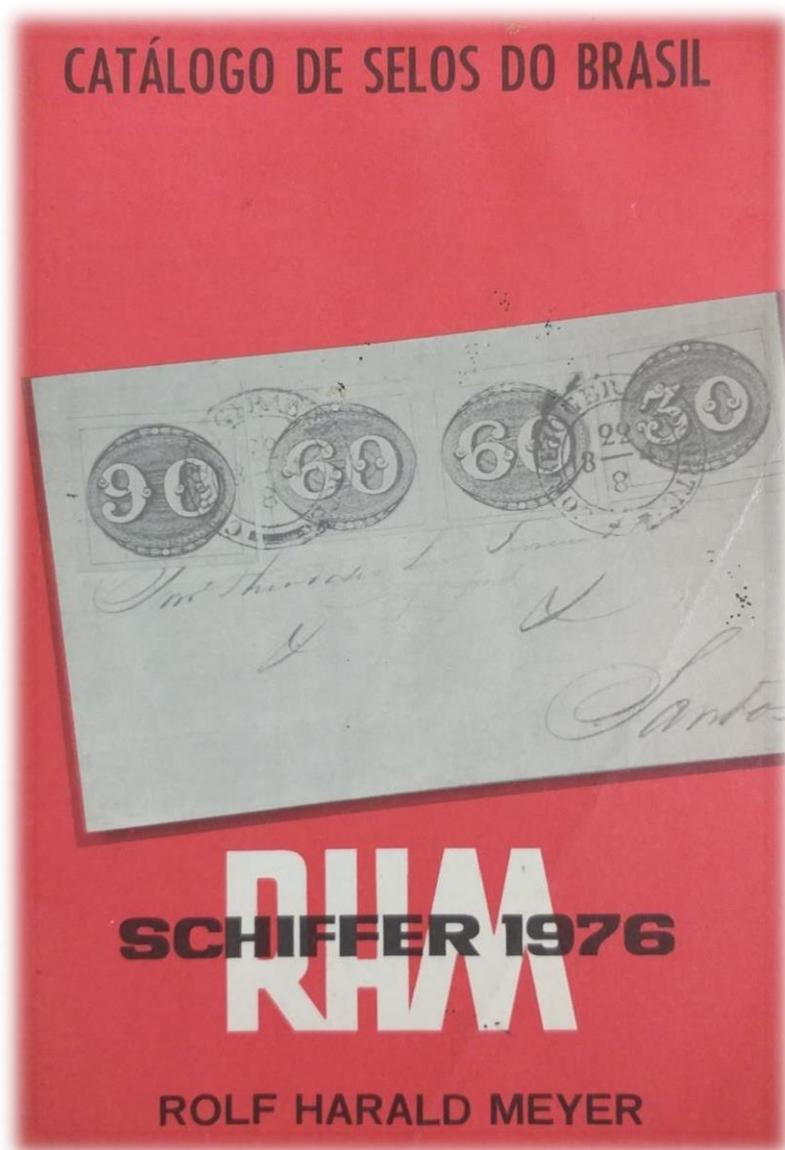
ZINS, C. Knowledge organization: an epistemological perspective. **Knowledge organization** 31: 2004, p. 49-54.

ANEXO A - CAPAS DOS CATÁLOGOS RHM

As notas explicativas contêm informações retiradas dos próprios catálogos. Todas as imagens foram digitalizadas das obras originais que constituem uma biblioteca filatélica brasileira com mais de 300 obras, de um colecionador em Recife. As visitas à biblioteca e a digitalização aconteceram durante o segundo semestre de 2019. Pela ajuda oferecida agradeço ao colecionador.



Reprodução de selo regular, coloração laranja, no valor facial de 5 Cts. Esse selo faz parte da série tipo "cifra" emitida em 1972.



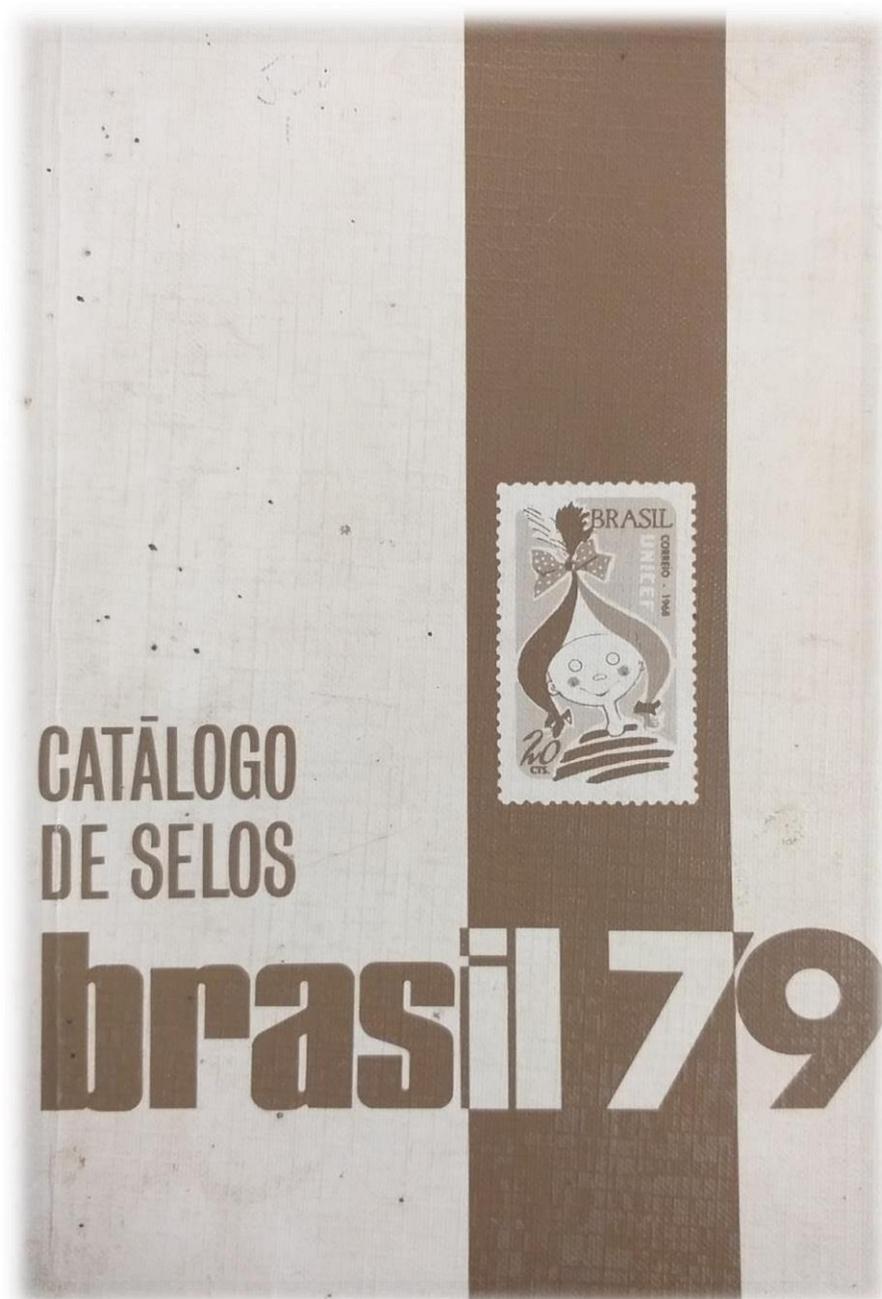
Na capa, a única série completa de selos do tipo Olhos-de-Boi sobre carta da qual se tem conhecimento. Brasil, 1843.



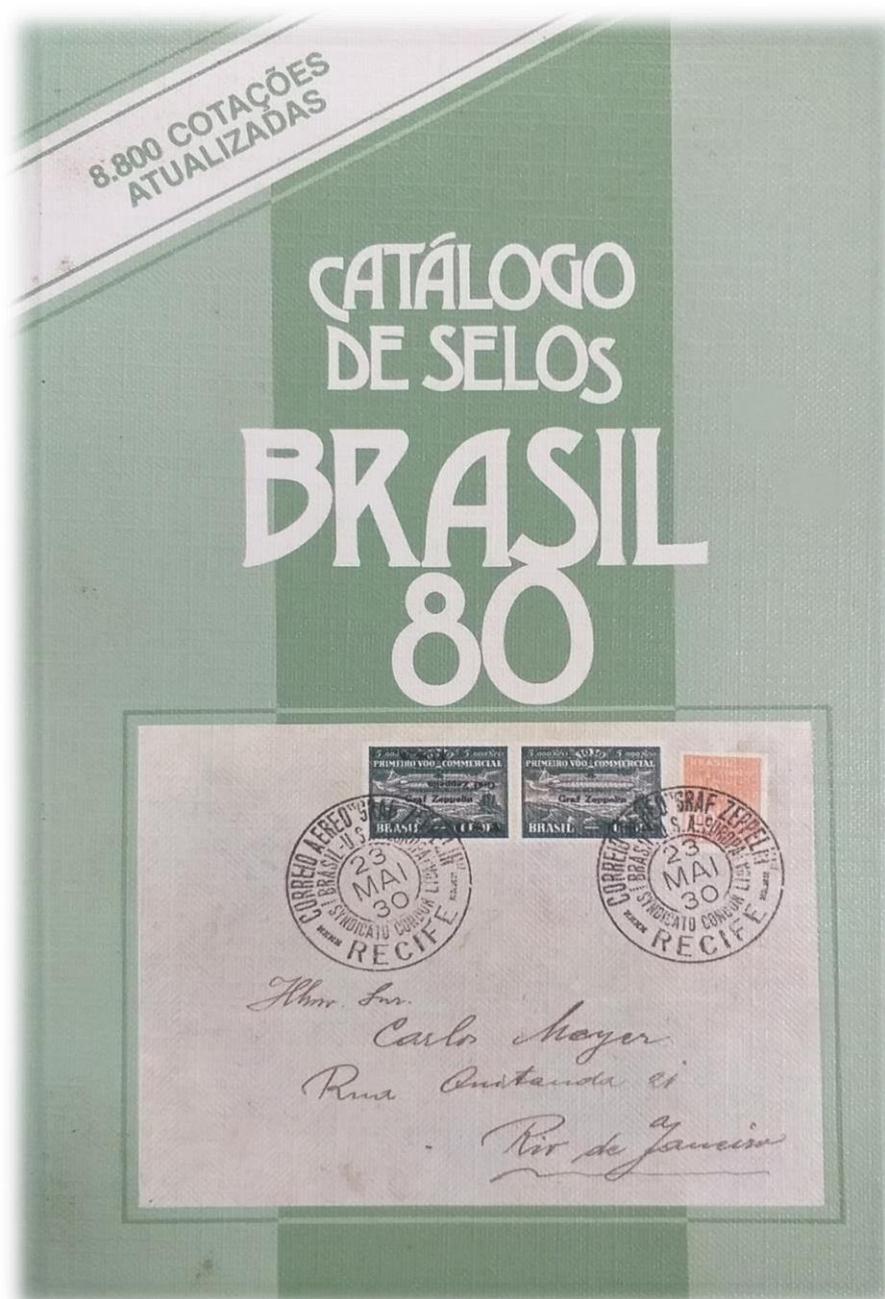
Capa comemorativa em alusão ao
 cinquentenário da VARIG. Apresenta carta
 “expresso registrado” de Rio Grande a Porto
 Alegre. Essa peça filatélica faz parte da
 premiada coleção VARIG do professor Dr.
 Humberto Cerruti, de São Paulo.



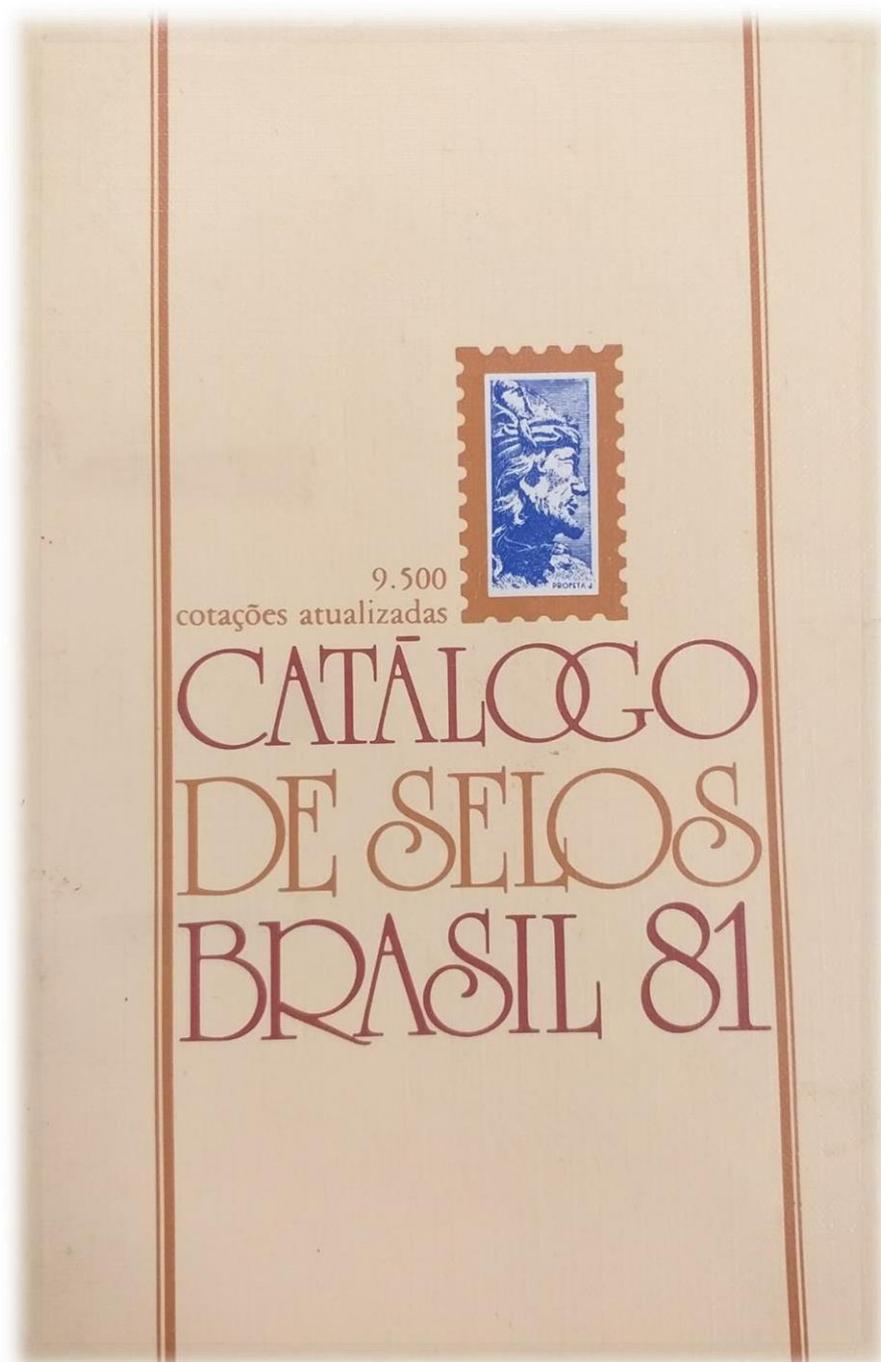
Reproduz um envelope da Família Imperial de
1º Janeiro de 1878.



Capa em homenagem ao ano I da Criança Brasileira. Apresenta os selos de 20 centavos "Maria Chiquinha" de 1968, desenho de Waldir Granado.



Ilustra um envelope enviado de Recife ao Rio de Janeiro, com selos especiais do tipo Zeppelin.



Apresenta detalhe do selo “Profeta Joel”, emitido em 1958, inspirado na obra-prima de José Maria Lisboa, o Aleijadinho. Essa capa homenageia o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência

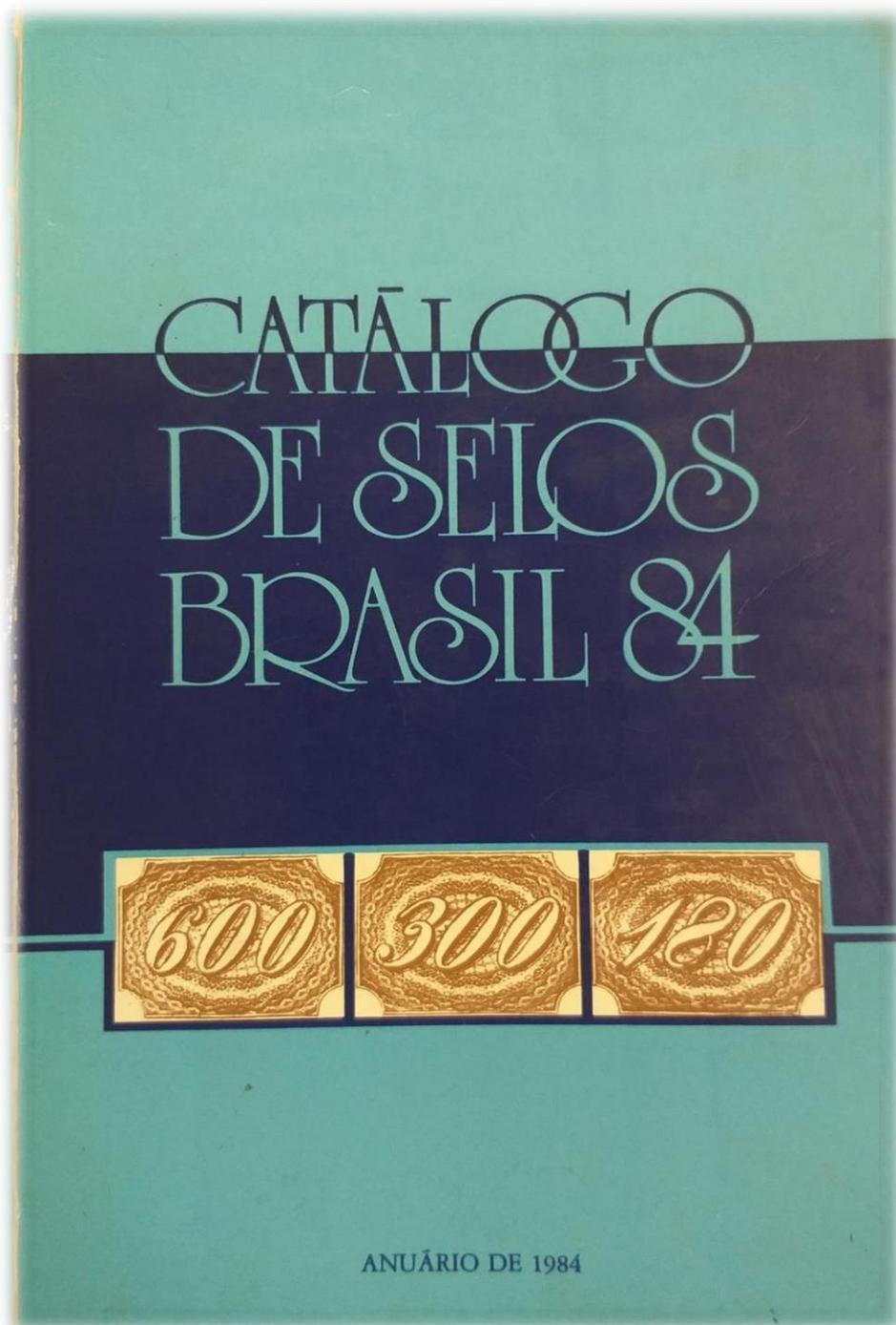
CATÁLOGO DE SELOS BRASIL 82



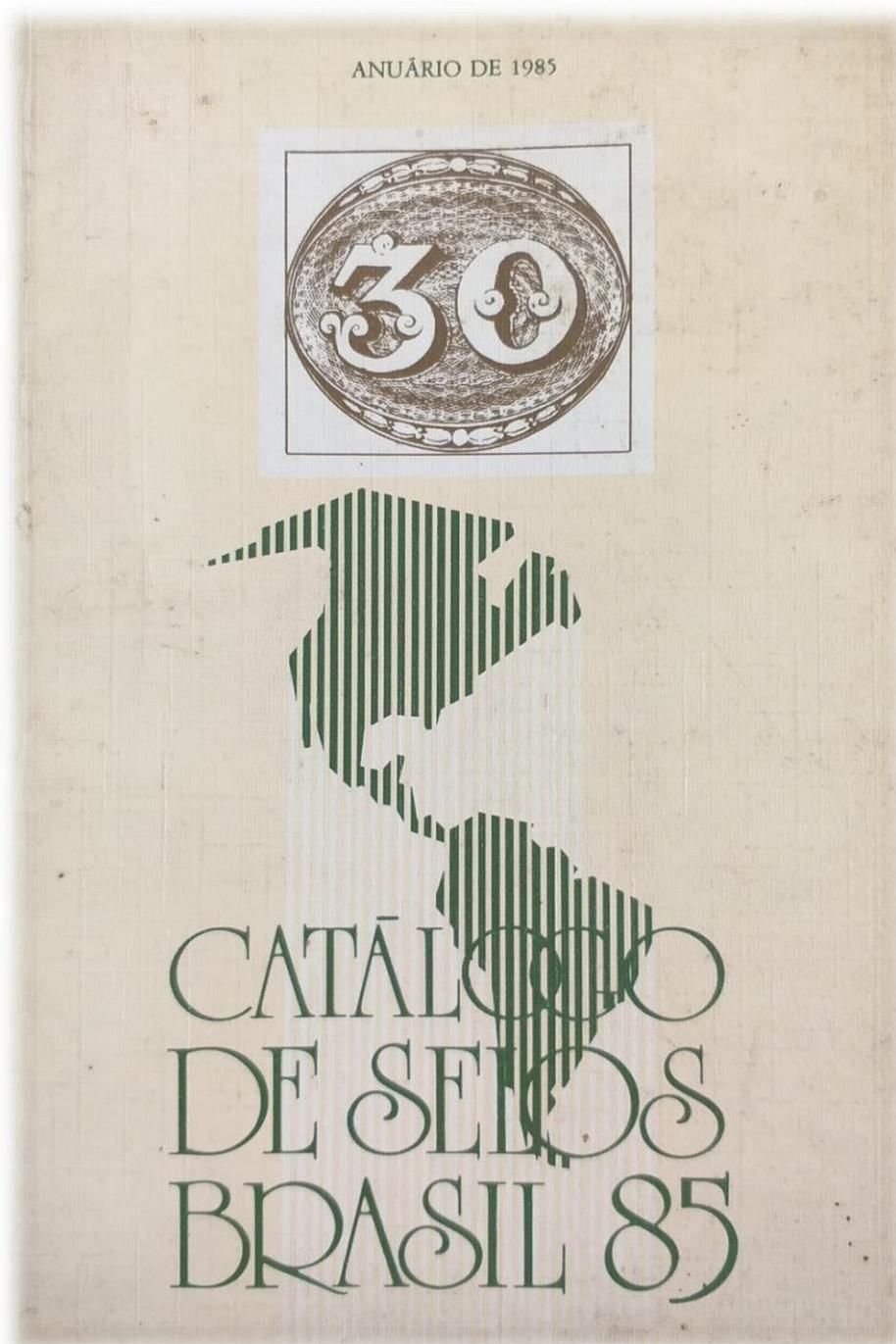
Reproduz o selo de Dom Pedro II, emitido em
1882.



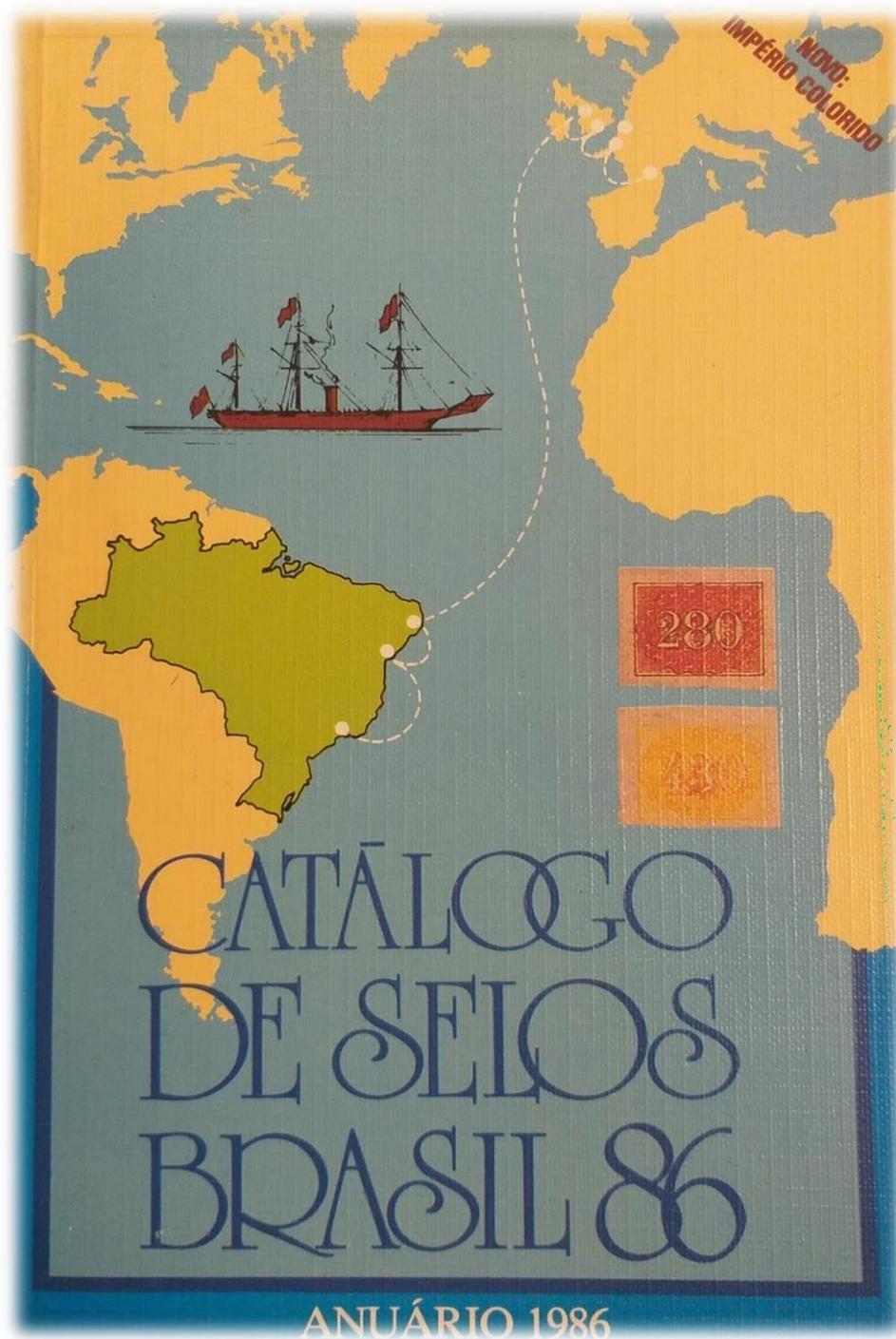
Capa comemorativa em alusão aos 40 anos do
Catálogo de Selos do Brasil.



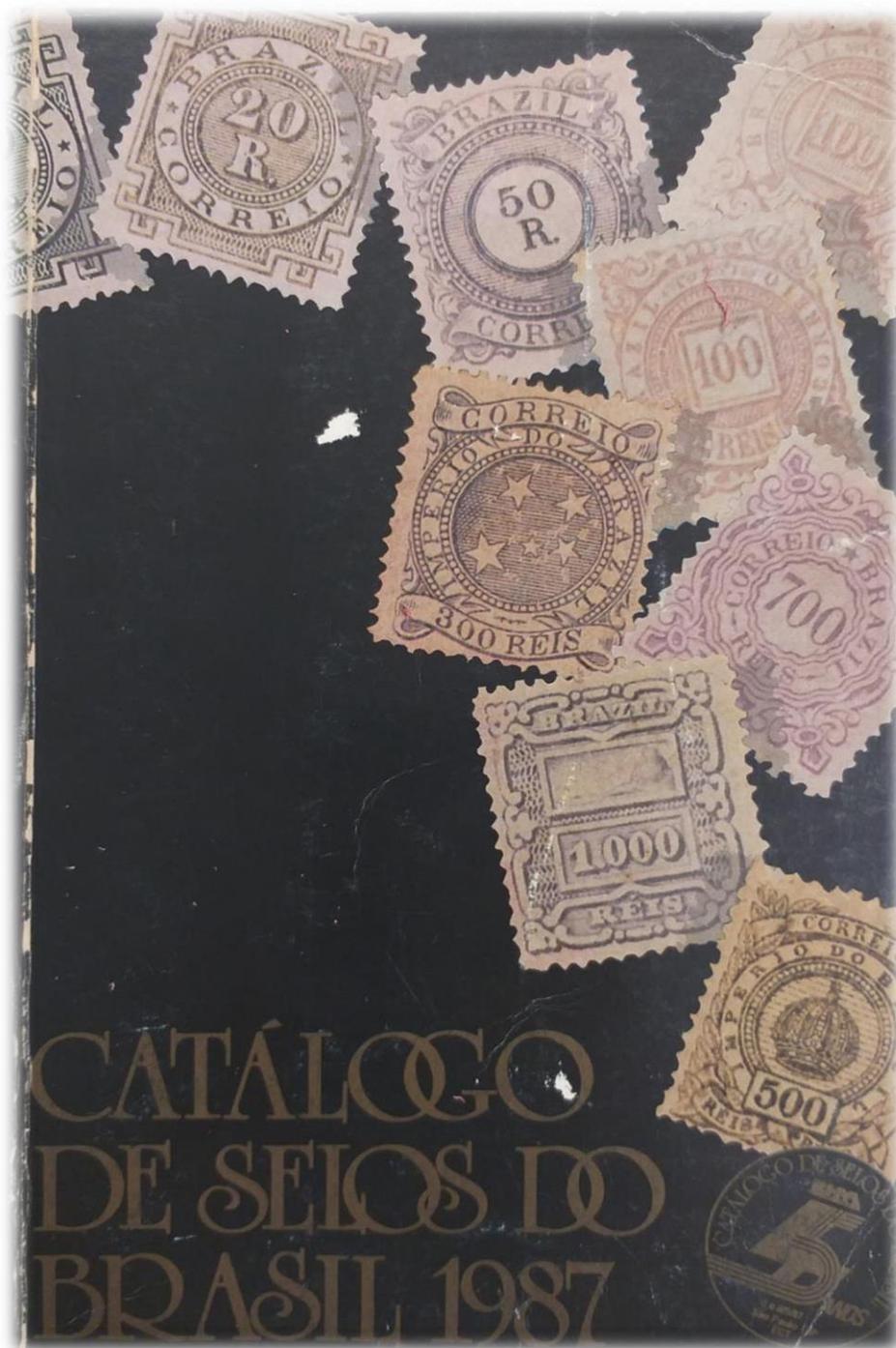
Na capa, os selos do tipo "Inclinados".



Na capa, o selo “Olho-de-Boi 30 Réis”, primeiro selo do continente americano.



Na capa, os dois primeiros selos brasileiros destinados a cobrir os percursos marítimos para o exterior. A ilustração denota o mapa com indicação das principais rotas marítimas da época e um veleiro que transportava as missivas.



Na capa, os selos da última série imperial e o carimbo comemorativo da ECT em homenagem ao 45° aniversário desta obra.

CATÁLOGO DE SELOS BRASIL 1988



ANUÁRIO 1988

Ilustra-se o selo comemorativo 1101, com a borboleta "*Diaethria clymena janeira*" com o número 88 em sua asa. Esse selo foi eleito um dos 5 selos de borboleta mais bonitos do mundo.

CATÁLOGO DE SELOS BRASIL 1989



DIA DO SELO
BRASILIANA 89



VOLUME II — 1967 a 1988

Bloco comemorativo que reproduz o quadro “A Pátria” de Pedro Bruno com a Bandeira Nacional no Brasil República.

CATÁLOGO DE SELOS BRASIL 1989/90



VOLUME 1 — 1843 a 1967

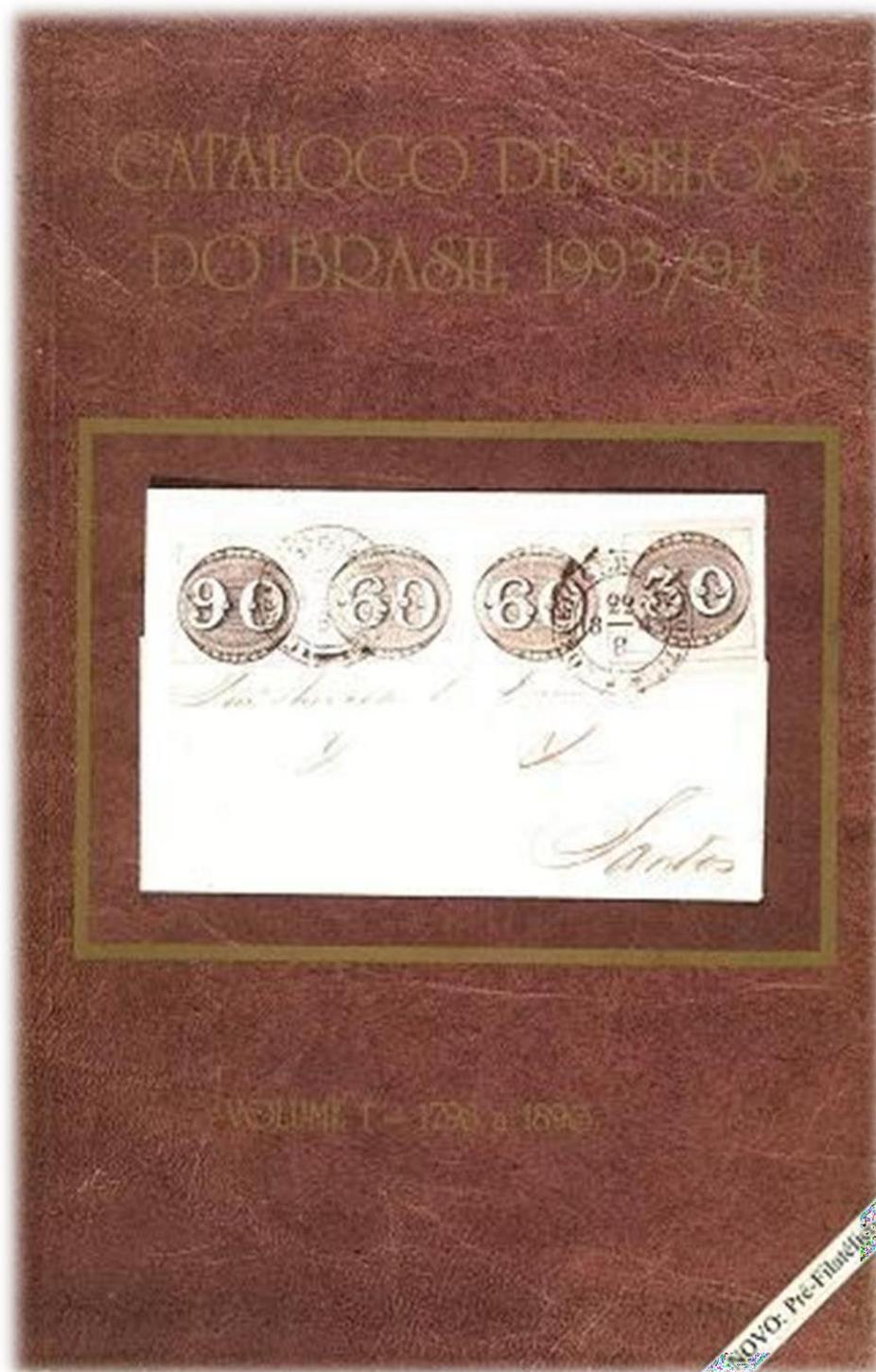
Reproduz os selos do Mal. Deodoro da
Fonseca, primeiro presidente da república
emitidos em 1908.

CATÁLOGO DE SELOS BRASIL 1990/91



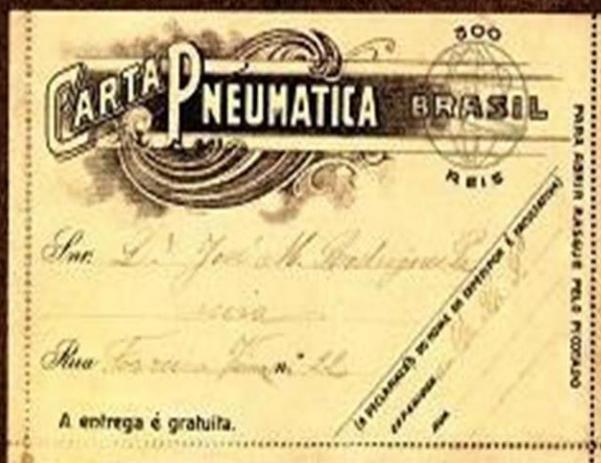
VOLUME II — 1967 a 1990

Na capa, o Bloco comemorativo que comemora os 150 anos do primeiro selo postal do mundo, o *One Penny Black* da Grã-Bretanha e Irlanda. Ao lado, o selo 30 réis Olho-de-Boi e o Sir Rowland Hill, autor da Reforma Postal. Ainda, a imagem da Rainha Vitória e D. Pedro II.



Reproduz a única sobrecarta com a série completa dos Olhos-de-Boi, em homenagem ao sesquicentenário dos primeiros selos postais das Américas.

CATÁLOGO DE SELOS DO BRASIL 1994



Volume IV - 1867 a 1993
Inteiros Postais

obra
inédita

Ilustra o primeiro modelo de Carta Pneumática utilizado no Rio de Janeiro, a partir de 1911.

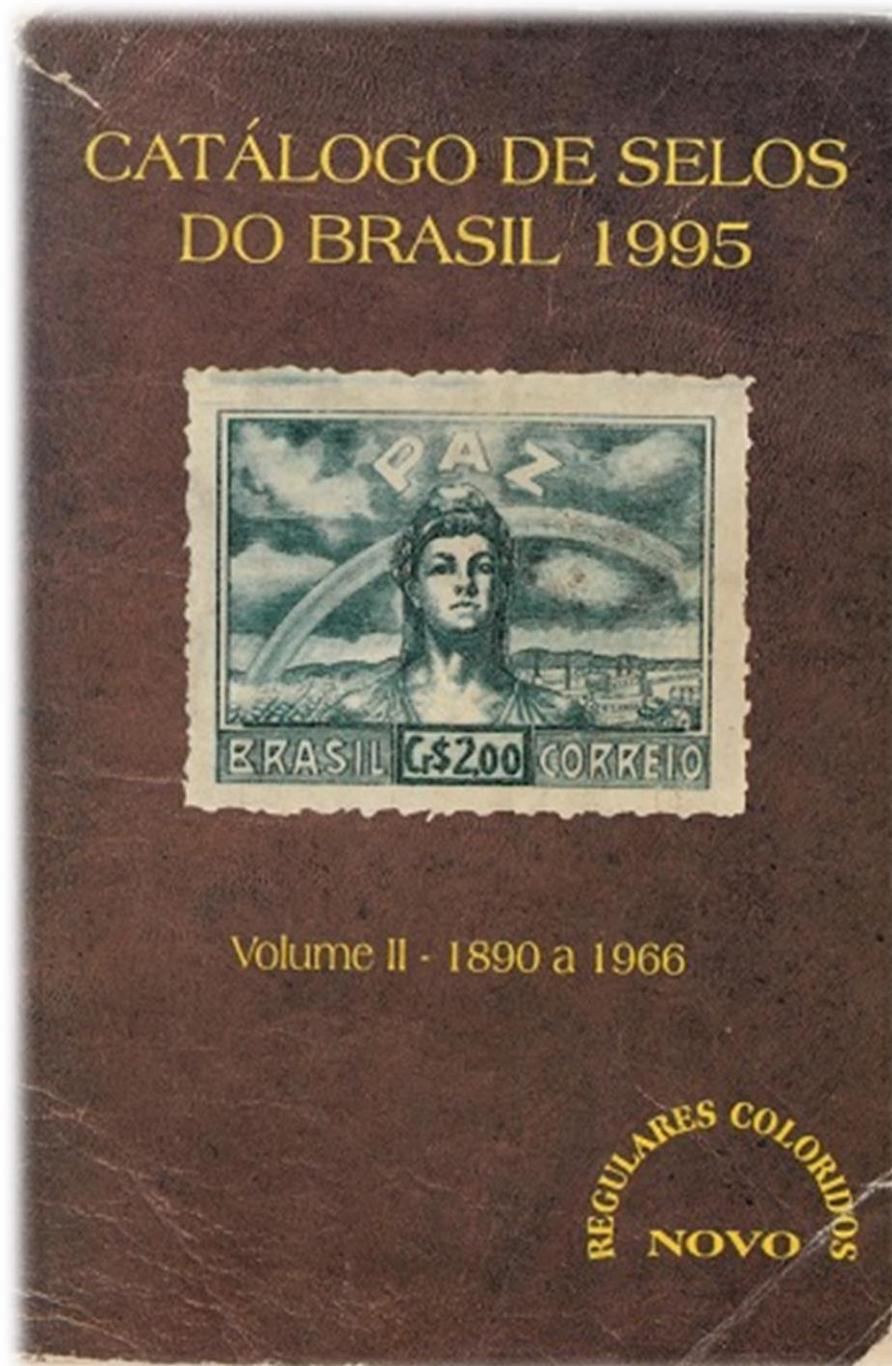
CATÁLOGO DE SELOS DO BRASIL 1994



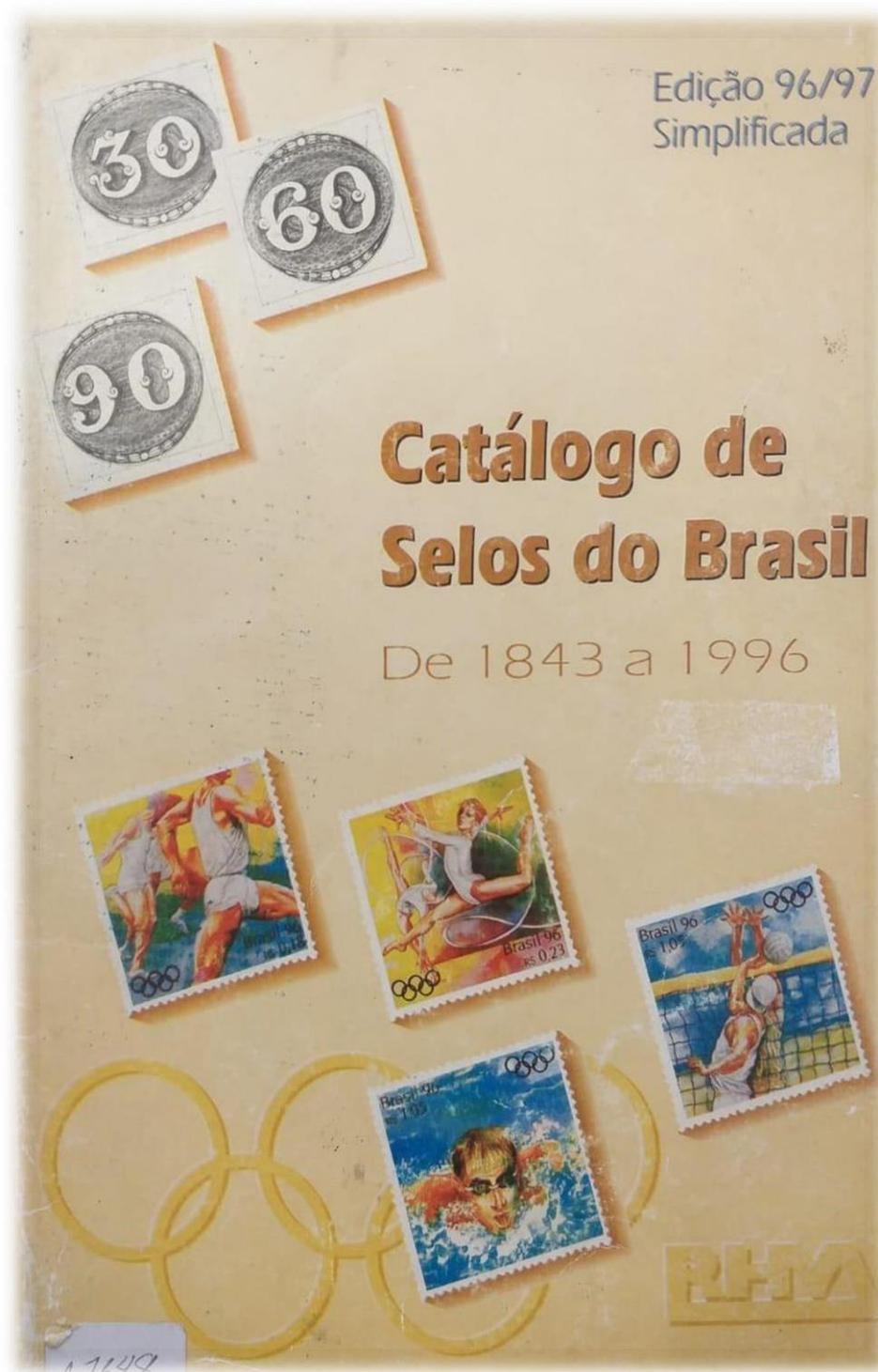
Volume III - 1967 a 1993



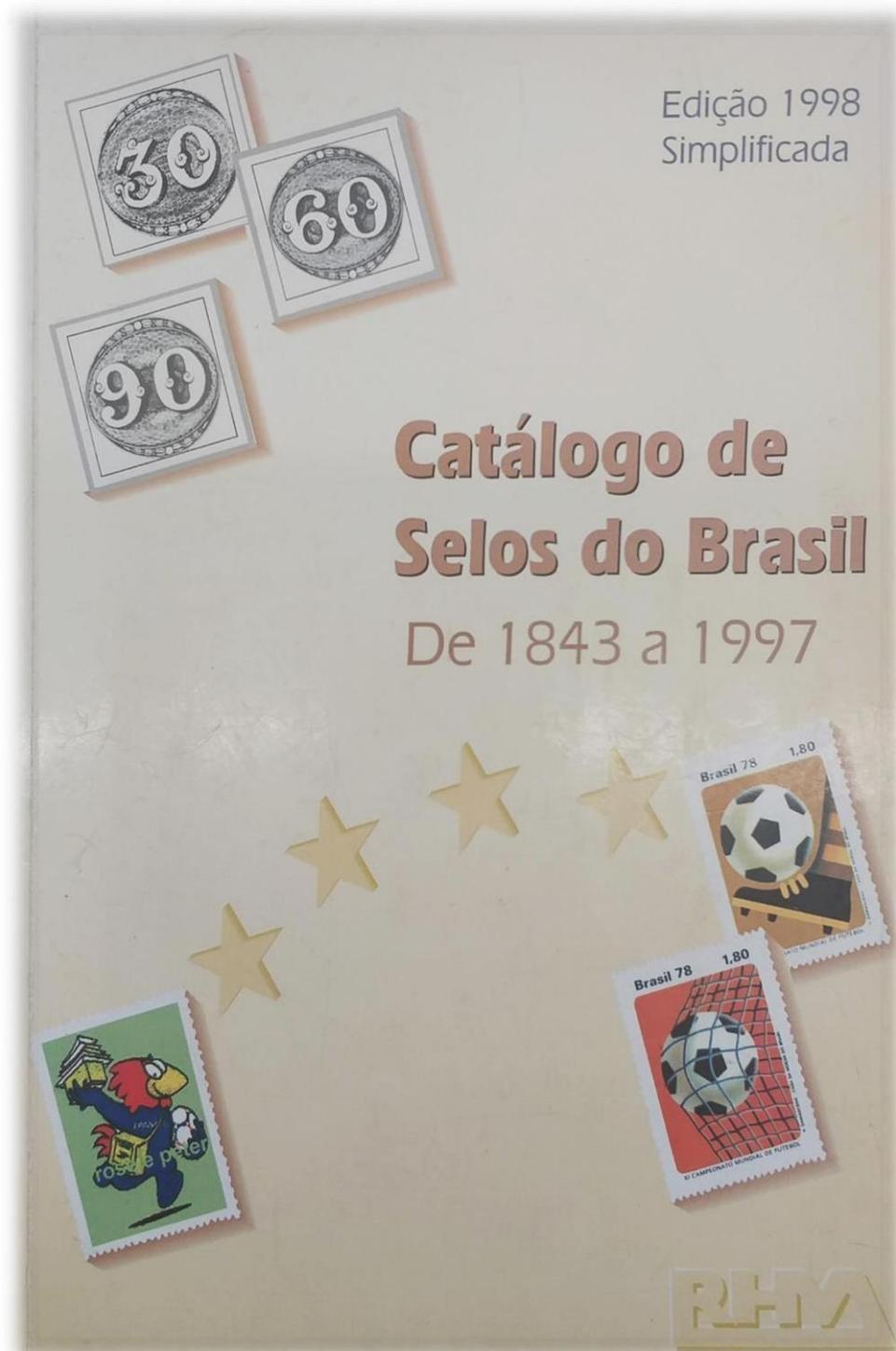
Apresenta o Bloco comemorativo com imagem
de Ayrton Senna da Silva (1960-1994).



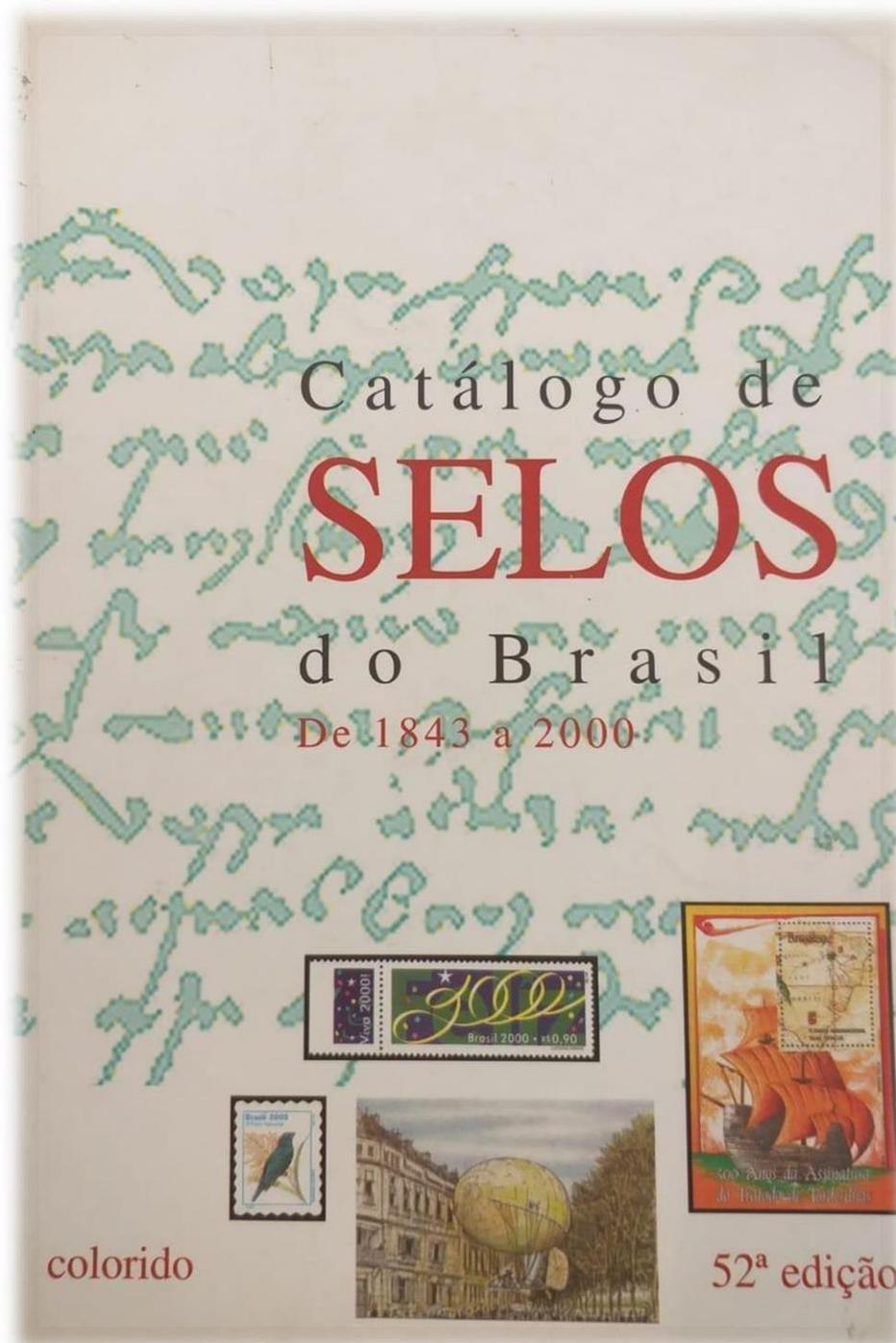
Nesta capa reproduz-se o selo comemorativo de maio de 1945, em alusão À Vitória dos Aliados e o final da Segunda Guerra Mundial.



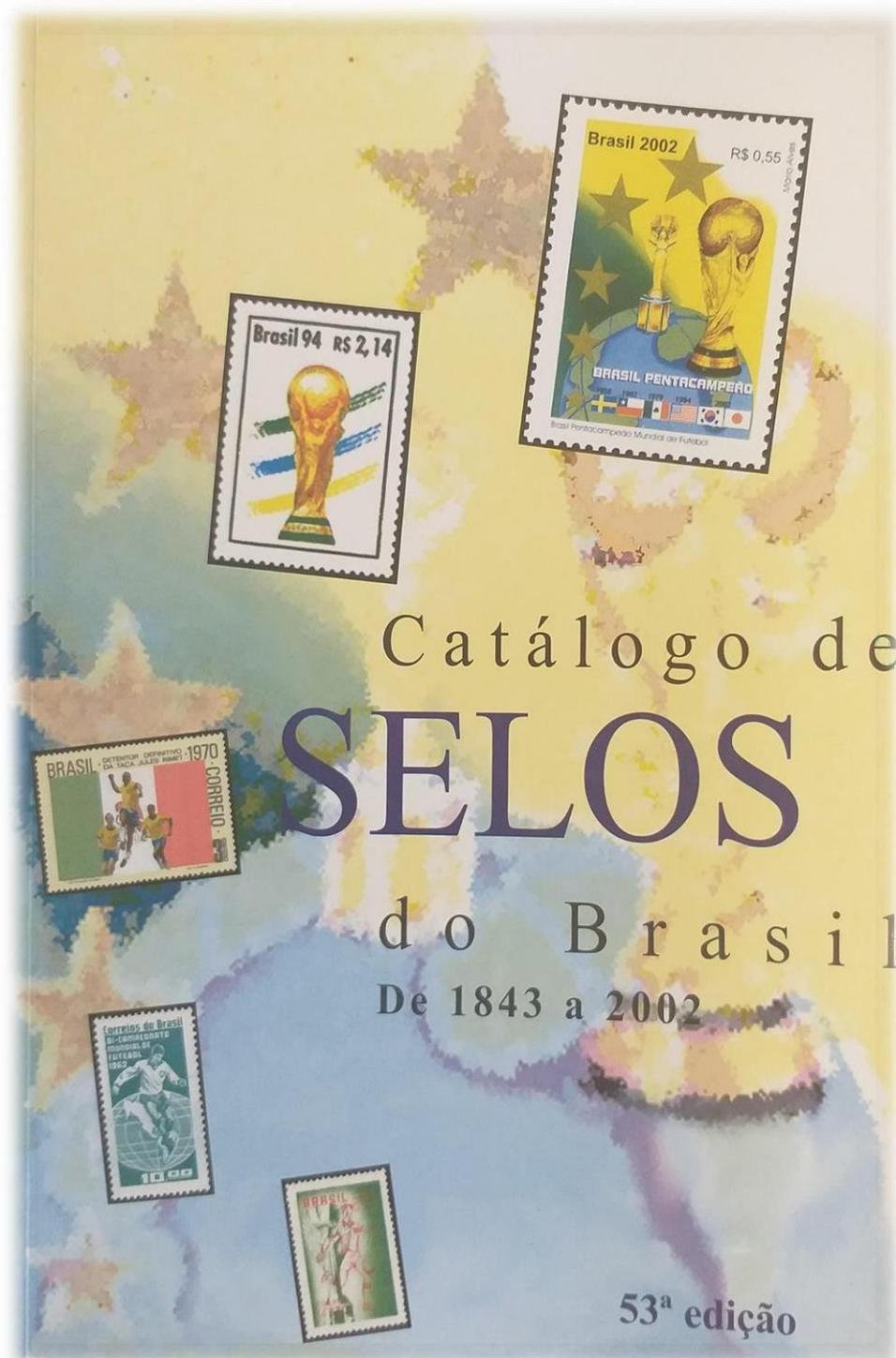
Série comemorativa da 26ª Olimpíada de
Atlanta em 1996.



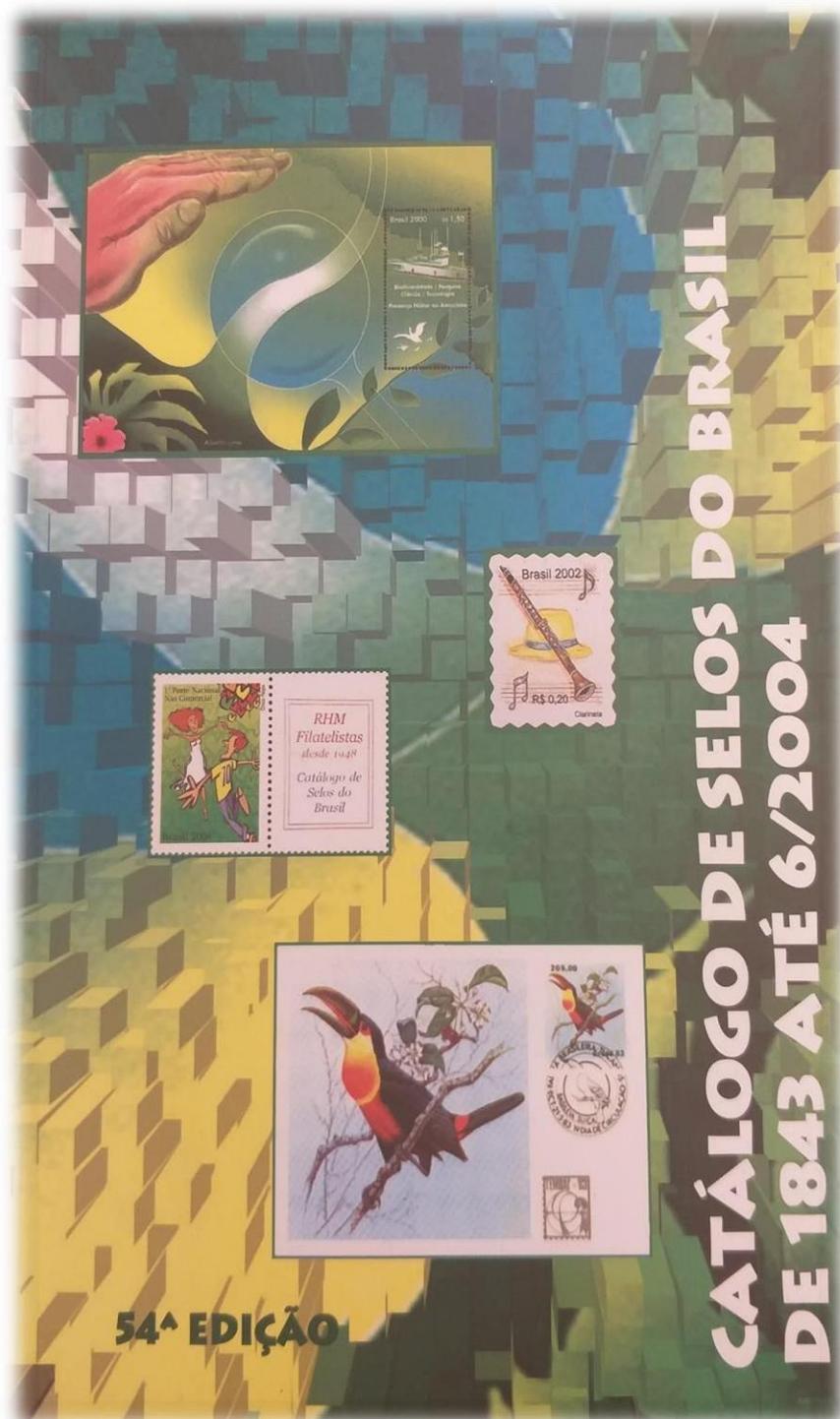
Série comemorativa do 11° Campeonato
Mundial de Futebol - Argentina 1978.



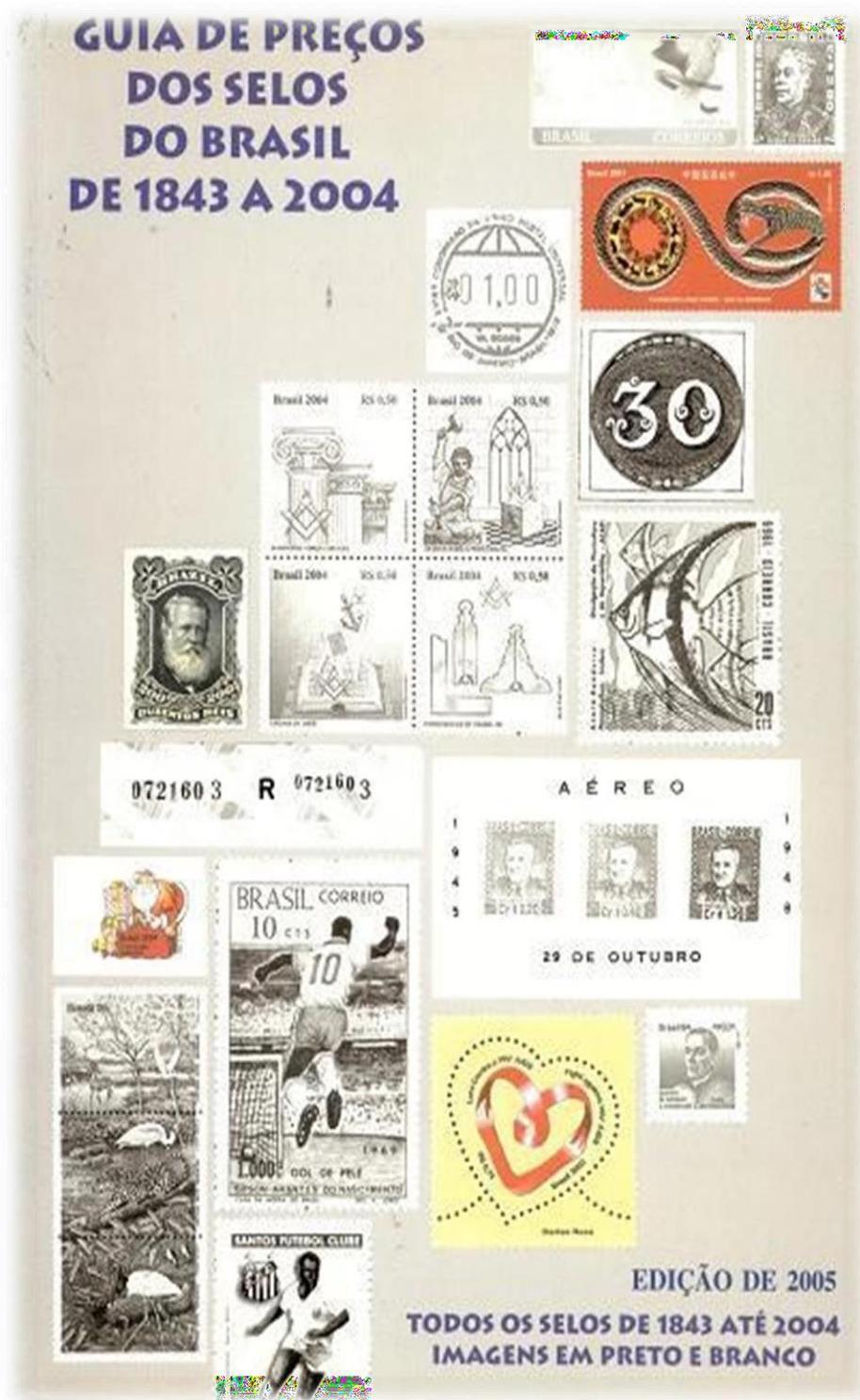
Selo regular “pássaros urbanos”, Viva 2000 e
500 anos do Tratado de Tordesilhas.



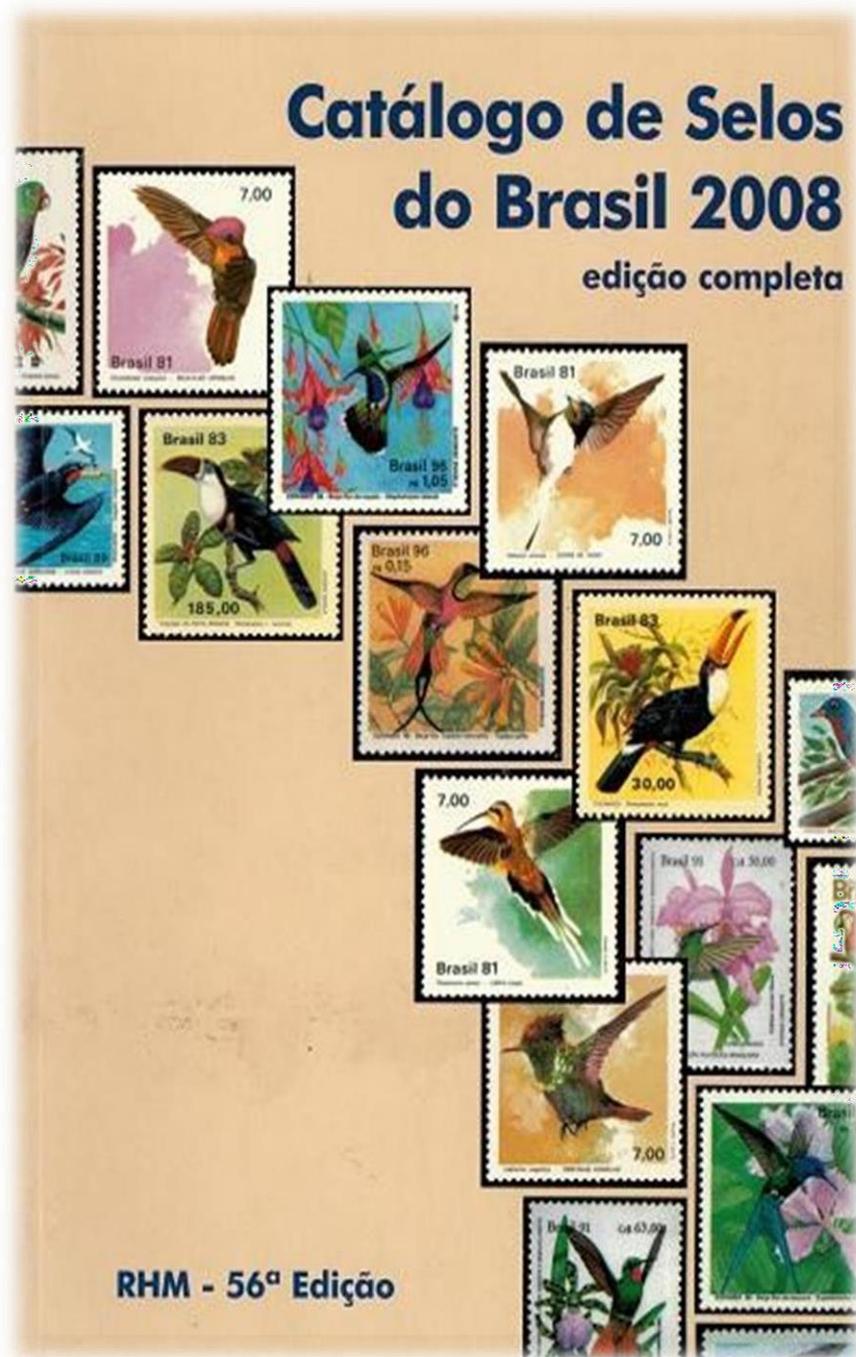
Séries comemorativas – esportes.



Quatro espécies de documentos filatélicos:
máximo postal, bloco comemorativo, selo
regular e selo personalizado.



Na capa, várias espécies de documentos filatélicos distintos.



Série temática "pássaros".

Catálogo de Selos do Brasil 2010

RHM - 57ª Edição



Documentação filatélica pré-1900.

Catálogo de Selos do Brasil 2013

Completo de 1648 - 2012



RHM - 58ª Edição



Bloco comemorativo da Exposição Filatélica
Mundial BRASILIANA 1993.

Catálogo de Selos do Brasil 2016

Volume I de 1648 a 1943



RHM - 59ª Edição

Bloco comemorativo das Olimpíadas- mascote
dos Jogos Olímpicos - Rio 2016.

Catálogo de Selos do Brasil 2016

Volume II de 1943 a 2015

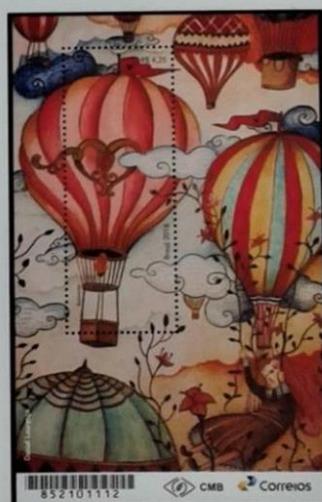


RHM - 59ª Edição

Bloco comemorativo das Olimpíadas- mascote
dos Jogos Paralímpicos- Rio 2016.

Catálogo de Selos do Brasil 2019

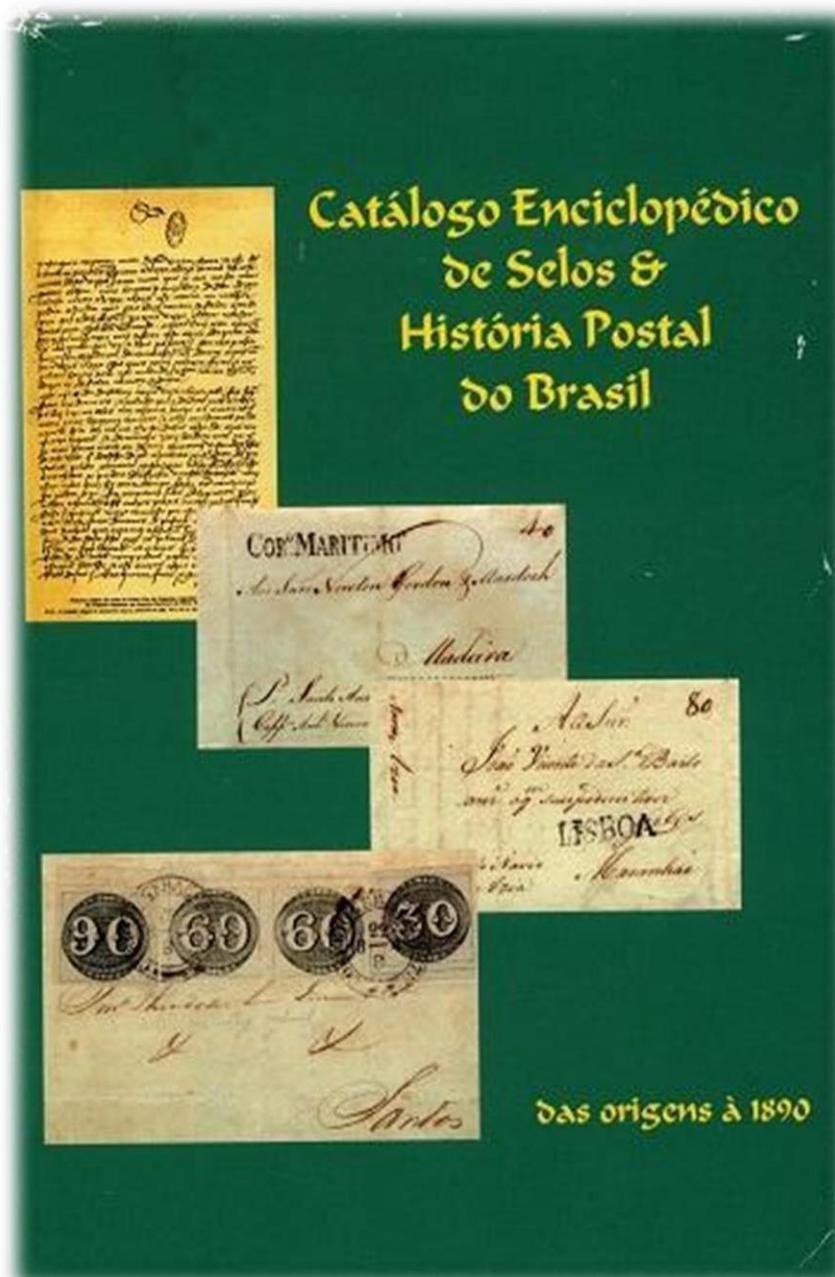
1648 a 2019



RHM - 61ª Edição

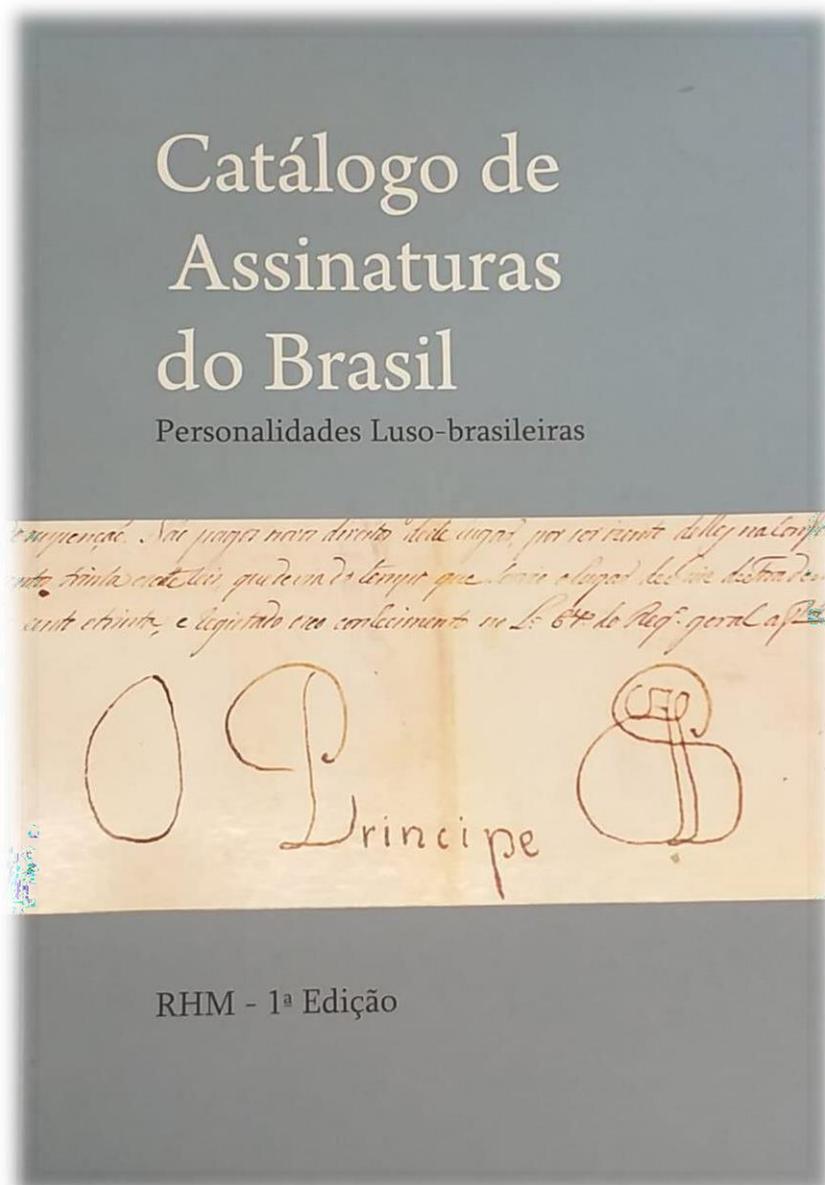
Integram a capa o selo “Sociedade Filatélica Paulista” emitido em 1969; Selo especial da série “Borboletas Brasileiras” emitido em 2016 e a emissão postal especial “Balonismo” de 2018.

ANEXO B - CAPA DO CATÁLOGO ENCICLOPÉDICO



Apresenta a primeira página da famosa carta de Pero Vaz de Caminha, a primeira peça filatélica Luso-Brasileira, a primeira peça filatélica Lusitana e a única sobrecarta completa com a série dos "Olhos-de-Boi".

ANEXO C - CAPA DO CATÁLOGO DE ASSINATURAS DO BRASIL



Expõe um dos tipos de assinatura de Dom João VI de Portugal, Regente de 1792 a 1816, rei de Portugal 1816 a 1825 e titular do Brasil de 1825 a 1826.

ANEXO D – PORTARIA Nº 3.063, DE 12 DE JUNHO DE 2018

Estabelece os critérios e os procedimentos para elaboração do Programa Selos Postais - PSP, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

PORTARIA Nº 3.063, DE 12 DE JUNHO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto na Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017, e na Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece os critérios e os procedimentos para elaboração do Programa de Selos Postais - PSP, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

§ 1º O PSP é o documento que contém a relação de motivos do selo comemorativo, do selo especial, do selo regular e do selo mídia.

§ 2º Os motivos relacionados no PSP serão acrescidos dos normatizados por entidades intergovernamentais, de Natal, da Série Relação Diplomática, das emissões comuns, das emissões conjuntas e dos selos regulares.

§ 3º A Comissão Filatélica Nacional - CFN tem a atribuição de eleger os motivos do selo comemorativo e do especial associados aos temas especificados nos incisos I ao VII, IX, XIII e XIV do art. 3º desta Portaria, que compõem o PSP da ECT.

§ 4º A relação de motivos eleitos pela CFN será ratificada pelo Presidente da ECT e homologada pelo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, são adotadas as seguintes definições:

- I - Carimbo de Primeiro Dia de Circulação: carimbo confeccionado exclusivamente para registrar o dia em que o selo postal entra em circulação;
- II - Edital de Lançamento: documento destinado a registrar a emissão de selo postal, com informações sobre o motivo abordado, detalhamento técnico e descrição dos elementos que compõem a respectiva imagem, redigido nos idiomas português, inglês e outros, em decorrência da emissão;
- III - Emissão Postal: selo, conjunto de selos ou qualquer outra peça postal, cujos motivos estejam associados aos temas definidos no programa de selos postais da ECT;
- IV - Iconografia: representação visual que ilustra o motivo do selo postal;
- V - Peça Postal: produzida pela ECT relacionada à emissão de selo postal;

- VI - Motivo: extrato do tema que comporá a Iconografia do selo postal;
- VII - Programação Filatélica Anual: relação de informações referentes às emissões de selos postais, contendo identificação das peças postais vinculadas, local e data de emissão;
- VIII - Selo Comemorativo: selo postal alusivo à comemoração de data de destaque nacional ou internacional, com tiragem limitada;
- IX - Selo Especial: selo postal não relacionado à data comemorativa, alusivo a motivo de interesse público e de repercussão nacional ou internacional, com tiragem limitada;
- X - Selo Mídia: selo postal, com tiragem limitada, destinado à difusão de informação de tendências atuais, relacionadas a evento, personalidade, fato ou campanha, de impacto e relevância no cenário nacional ou internacional, com ou sem caráter comemorativo;
- XI - Selo Regular: selo postal com tiragem ilimitada, a partir de uma mesma arte, podendo ocorrer impressões sucessivas;
- XII - Série: emissões sucessivas de selo postal com o mesmo tema, com editais específicos, lançadas em momentos distintos, finitas ou não; e
- XIII - Tema: assunto de onde é extraído e definido o motivo focalizado no selo postal Comemorativo ou Especial.
- Art. 3º A emissão de Selo Comemorativo ou de Selo Especial será alusiva, ao menos, a um dos seguintes temas:
- I - Arte e Arquitetura: manifestação artística ou arquitetônica de notável relevância nacional ou internacional;
- II - Cultura Popular: manifestação cultural e de saber tradicional que compõe a identidade brasileira na sua diversidade;
- III - Data Comemorativa ou Fato Histórico: aniversário de cidade ou evento expressivo de caráter sociocultural, econômico ou científico;
- IV - Emissão Comum: emissão com temática comum, lançada por dois ou mais países, em datas distintas ou não;
- V - Emissão Conjunta: emissão com temática comum e com mesmo motivo, geralmente com a mesma arte, proveniente de acordo entre dois ou mais países;
- VI - Fauna e Flora: conjunto de animais e plantas da biodiversidade brasileira ou mundial;
- VII - Meio Ambiente: ação de preservação e promoção do patrimônio ambiental;
- VIII - Natal: emissão comemorativa tradicional no PSP;
- IX - Personalidade: Chefe de Estado, pessoa reconhecida nos aspectos histórico, artístico, educativo, científico, esportivo e econômico de destaque nacional ou internacional;

X - Série América - UPAEP: emissão anual de temática comum para os Países membros da União Postal das Américas, Espanha e Portugal;

XI - Série MERCOSUL: emissão anual com temática comum para os Estados Parte do Mercado Comum do Sul;

XII - Série Relações Diplomáticas: emissão que objetiva homenagear países com os quais o Brasil mantém relações diplomáticas;

XIII - Turismo: local ou atração de reconhecido valor cultural, importância histórica e beleza natural ou artificial; e

XIV - Outros: campanhas governamentais, valores da cidadania, direitos humanos, assuntos relacionados ao bem-estar da humanidade, universo esportivo em geral, entre outros assuntos relevantes.

§ 1º As emissões da Série América - UPAEP e da Série MERCOSUL serão anuais.

§ 2º Os temas das emissões da Série América - UPAEP serão definidos no âmbito da União Postal das Américas, Espanha e Portugal.

§ 3º Os temas da série MERCOSUL serão definidos conforme as resoluções normativas editadas pelo Grupo Mercado Comum do referido Bloco.

§ 4º A Série Emissão Conjunta e a Série Relação Diplomática têm emissão optativa, estando limitadas a duas edições anuais, cada uma, podendo ser comemorativas ou especiais.

§ 5º A emissão da Série Relação Diplomática deverá observar o intervalo mínimo de 5 (cinco) anos entre emissões destinadas a homenagear um mesmo país.

Art. 4º Compete à ECT a decisão sobre os temas e motivos para as emissões de selos postais.

Parágrafo único. Os motivos que comporão o PSP, de acordo com os respectivos temas, serão sugeridos:

I - pela CFN: Arte e Arquitetura; Cultura Popular; Data Comemorativa ou Fato Histórico; Fauna e Flora; Meio Ambiente; Personalidade; Turismo e Outros; e

II - pela ECT: Emissão Comum, Emissão Conjunta, Selo Mídia, Natal, Série Relação Diplomática, Série América - UPAEP, Série MERCOSUL e Emissão Selos Regulares.

Art. 5º A ECT, para os temas previstos no inciso I do parágrafo único do art. 4º desta Portaria, realizará a captação das propostas de motivos, junto à sociedade civil ou órgãos governamentais até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano, a fim de elaborar o PSP do ano seguinte.

§ 1º A ECT selecionará previamente as propostas recebidas, considerando as disposições do art. 3º desta Portaria e as seguintes emissões:

I - Data Comemorativa ou Fato Histórico: ocorrerá no ano do respectivo centenário ou a cada cinquenta anos após esse marco;

II - Aniversário de Município: a partir do tricentenário, considerada a importância da localidade para o contexto econômico, histórico e sociocultural do País; e

III - Personalidade:

a) preferencialmente no aniversário de nascimento do homenageado, vedada referência à data fúnebre; e

b) homenageando pessoa viva, desde que considerados os seguintes critérios em relação a:

1) pessoa de renomado reconhecimento nacional ou internacional, com notabilidade em contribuições socioculturais, artísticas, científicas, educativas, econômicas e esportivas, exceto agente político em exercício de mandato ou afastado;

2) atletas nacionais com medalha de ouro em Jogos Olímpicos ou Paralímpicos da Era Moderna, em até um ano da respectiva premiação; e

3) ganhadores de Prêmio Nobel, em até um ano após a ocorrência da premiação.

§ 2º Instituições privadas, de caráter político ou religioso, e pessoas jurídicas de direito privado não poderão ser homenageadas com a emissão de Selo Comemorativo ou de Selo Especial.

Art. 6º A CFN, observados o art. 4º e o art. 5º desta Portaria, elegerá os motivos até o mês de março do ano anterior à execução do PSP correspondente.

§ 1º A reunião da CFN para a eleição dos motivos do PSP será presencial ou virtual.

§ 2º A organização, o funcionamento e as atribuições da CFN serão definidos pela ECT.

Art. 7º A composição fixa da CFN será formada por:

I - Mínimo de 9 e máximo de 21 participantes; e

II - Do total de participantes, 4 membros serão funcionários da ECT, dos quais, pelo menos 2, pertencerão à área de Filatelia.

§ 1º A ECT poderá convidar, para a composição da CFN, representantes de órgãos do Poder Executivo, da Casa da Moeda do Brasil, da Federação Brasileira de Filatelia - FEBRAF, da Associação Brasileira de Comerciantes Filatélicos - ABCF, da Associação Brasileira de Jornalistas Filatélicos - ABRAJOF.

§ 2º A ECT poderá, ainda, convidar representantes de outras entidades, órgãos governamentais e sociedade civil.

§ 3º A ECT assessorará tecnicamente a organização e o funcionamento das sessões da CFN, gerenciando a sistemática para a eleição dos motivos.

§ 4º As atribuições de Presidente e Secretário da CFN serão exercidas pelos representantes da ECT.

Art. 8º A relação dos motivos eleitos pela CFN, que constituirá o PSP, será elaborada pela ECT, ratificada por seu Presidente e encaminhada à homologação do Ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, até o dia 15 (quinze) de abril de cada ano.

§ 1º A homologação do PSP deverá ocorrer até o dia 15 (quinze) de maio de cada ano.

§ 2º A divulgação do PSP deverá ocorrer até o dia 31 (trinta e um) de maio de cada ano.

Art. 9º O PSP, encaminhado ao MCTIC para homologação, conterà, no mínimo, 10 (dez) e, no máximo, 16 (dezesesseis) emissões postais, ressalvadas as disposições deste artigo.

§ 1º É facultado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações promover a inclusão de até 8 (oito) motivos, por ano, ao PSP homologado, independentemente do limite fixado no caput.

§ 2º A ECT prestará o apoio técnico necessário ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC para a análise de viabilidade das inclusões de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Poderá haver a exclusão de motivos do PSP, da cota ministerial, por iniciativa do MCTIC, desde que o processo de produção não tenha sido contratado pela ECT.

§ 4º O MCTIC observará a antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data prevista para a respectiva emissão como prazo limite para a inclusão de motivo no PSP homologado, de modo a viabilizar os prazos necessários para criação, impressão, distribuição e outras medidas requeridas ao lançamento do selo postal.

§ 5º A ECT, em casos excepcionais e de relevância nacional ou internacional, poderá promover a inclusão, no PSP homologado, de até 4 (quatro) motivos, independentemente do limite fixado no caput.

§ 6º Em caso de impedimento técnico que venha a ser verificado após a aprovação do PSP, a ECT deverá solicitar ao MCTIC a exclusão de motivo eleito pela CFN.

§ 7º As exclusões de que tratam o § 3º e o § 6º deste artigo poderão ser substituídas por outros motivos, de relevância nacional ou internacional e de promoção e incentivo à filatelia, definidos pela ECT ou pelo MCTIC, com a aprovação deste último.

§ 8º As cotas de inclusões do MCTIC e da ECT não possuem caráter cumulativo, ou seja, o saldo restante em um exercício não poderá ser utilizado no ano seguinte.

Art. 10. A ECT definirá as características técnicas, os valores faciais, as tiragens e os critérios de criação, produção, comercialização, local e data do primeiro dia de circulação dos selos postais.

Art. 11. A ECT publicará edital de lançamento para registro e divulgação dos selos postais em âmbito nacional e internacional.

Art. 12. A propriedade e o direito de reprodução das imagens, bem como da obra de arte e da arte-final, especialmente elaboradas para ilustrar o selo postal, são da ECT.

Parágrafo único. A utilização de imagem do selo postal depende da autorização da ECT e observará:

I - Dispositivos do Código de Ética de Impressores de Selos, filiados à União Postal Universal - UPU; e

II - Os mesmos padrões de qualidade e requisitos de segurança considerados nas definições de que trata o art. 10 desta Portaria.

Art. 13. A ECT estabelecerá os procedimentos administrativos e operacionais para a aplicação das disposições prevista nesta Portaria.

Art. 14. Ficam revogadas:

I - a Portaria/MC nº 500, de 08 de novembro de 2005;

II - a Portaria/MC nº 135, de 25 de março de 2009; e

III - a Portaria/MC nº 2.084, de 11 de maio de 2016.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GILBERTO KASSAB